



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NPGeo**  
**DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

**SÔNIA MARISE RODRIGUES PEREIRA TOMASONI**

**DINÂMICA SOCIOESPACIAL DA PRODUÇÃO DE FOGOS DE ARTIFÍCIO EM  
SANTO ANTONIO DE JESUS-BA: TERRITÓRIO FOGUETEIRO**

**SÃO CRISTOVÃO – SE**  
**2015**

**SÔNIA MARISE RODRIGUES PEREIRA TOMASONI**

**DINÂMICA SOCIOESPACIAL DA PRODUÇÃO DE FOGOS DE ARTIFÍCIO EM  
SANTO ANTONIO DE JESUS-BA: TERRITÓRIO FOGUETEIRO**

Tese de Doutorado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como pré-requisito para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientadora: Profª Drª Vera Lúcia Alves França

**SÃO CRISTOVÃO – SE  
2015**

Tomasoni, Sônia Marise Rodrigues Pereira.  
T655 Dinâmica socioespacial da produção de fogos de artifício em Santo Antonio de Jesus-Ba: território fogueteiro / Sônia Marise Rodrigues Pereira Tomasoni. - 2015  
167 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lúcia Alves França.  
Tese (doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe.  
Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, São Cristovão, 2015.

1.Territorialidade humana - Santo Antonio de Jesus (BA). 2. Trabalho.  
3. Fogos de artifício. I. França, Vera Lúcia Alves. II. Universidade Federal de Sergipe. III. Título.

CDU: 911.3(813.8)

**SÔNIA MARISE RODRIGUES PEREIRA TOMASONI**

**DINÂMICA SOCIOESPACIAL DA PRODUÇÃO DE FOGOS DE ARTIFÍCIO EM  
SANTO ANTONIO DE JESUS-BA: TERRITÓRIO FOGUETEIRO**

Tese de Doutorado apresentada ao  
Núcleo de Pós-Graduação em Geografia  
da Universidade Federal de Sergipe como  
pré-requisito para obtenção do título de  
Doutora em Geografia.

Aprovada em 24/09/2015.

**BANCA EXAMINADORA**

Orientadora – Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vera Lúcia Alves França  
Universidade Federal de Sergipe – UFS/NPGEO

Examinadora – Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Inez da Silva de Souza Carvalho  
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Examinadora – Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vania Fonseca  
Universidade Tiradentes – UNIT

Examinadora – Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Josefa Lisboa Santos  
Universidade Federal de Sergipe – UFS/NPGEO

Examinador – Prof. Dr. Dean Lee Hansen  
Universidade Federal de Sergipe – UFS/NPGEO

*In memoriam:*

*João Mega*

*Heitor Tomasoni*

*Com amor incondicional:*

*Kên Tomasoni e Gleica Tomasoni*

*Com admiração e amor:*

*Marco Tomasoni – companheiro de vivências ...*

*As mulheres que fizeram fazem parte da minha rede de solidariedade  
feminina, especialmente, Leonídia (mãe Lô) e Alzira (a outra mãe), eternamente  
presentes.*

## AGRADECIMENTOS

Penso que o ato de agradecer reflete não só o reconhecimento, como também o significado que as pessoas têm em nossas vidas. Recebi com intensidade a contribuição de cada um, de forma única e excepcional, e agradeço imensamente pelo apreço, incentivo, apoio.

- » À professora Dr.<sup>a</sup> Vera França, minha orientadora, principal pessoa que me estimulou a concretização deste trabalho, acolheu-me e, durante a trajetória do doutorado, tornou-se minha amiga. Vera, obrigada pelo amparo intelectual e acima de tudo pelo apoio humano, demasiadamente humano.
- » Aos professores e professoras do NPGeo, especialmente Prof.<sup>a</sup>. Josefa, Prof. Dean e Prof.<sup>a</sup>. Alexandrina Luz, pelos ensinamentos acadêmicos.
- » Aos funcionários do NPGeo pelo auxílio que em momento algum foi negado.
- » Aos colegas do doutorado pelas valiosas vivências acadêmicas.
- » A Inez, pela colaboração nas discussões, ensinamentos, por ‘pegar’ na minha mão na condução da tese. Quando eu crescer, quero ser intelectual, igual a você.
- » A Márcia, amiga, comadre, colega da UNEB, agradeço a valiosa colaboração.
- » Aos colegas que auxiliaram na estrutura da tese, sou grata a Alex, Leandro e Juliana. Agradecimento especial a Juliana pelo esmero na formatação e o carinho como pessoa.
- » A minha família núcleo – os Rodrigues Tomasoni. Marco, Kên e Gleica, reconheço o apoio neste percurso acadêmico e em toda a minha vida. Kinho, você é peça essencial na construção desse projeto. Kên e Kika, sem vocês a vida não seria tão colorida, vocês são razão do meu todo. Kên, eu agradeço sua contribuição com a tradução. Gleica, sou grata pelas discussões sobre o universo feminino. Agradeço a amizade, companheirismo, cumplicidade e apoio.

- » A Breno Fernandes, sobrinho brilhante, pelo material, pela contribuição na correção e nas discussões.
- » A minha família, irmãos e irmãs, sobrinho(a)s, sobrinho(a)s-neto(a)s e cunhado(a)s pelo carinho, apreço e cumplicidade.
  - Às irmãs Dalva, minha Dinha, Carminha e Dé pela fraternidade, apoio e cumplicidade.
  - Aos irmãos Padim Manoel e Carlito (sempre presentes), Jonas, Vando e Cloves pela fraternidade e apoio.
  - Cunhado(a)s Elisa, Zé Pretto, Iva, Lia, Zélia por fazerem parte da minha família de forma tão participativa.
  - A todos sobrinho(a)s, todos eles, dos consaguíneos aos que me escolheram para ser a tia por consideração, sou grata pelo carinho e admiração.
  - A minha sobrinha e maninha Zeni, embora distante, tão presente.
  - Às filhas de coração: Tami, Tata, Liz e Vivi, sou grata pelo apreço.
  - Aos afilhados: Dani, Bele, Magno, Marisa, Enzo e Danilo pela consideração.
  - Samira, agradeço muito o amparo ao cuidar da minha saúde.
  - Especialmente pela nossa cumplicidade no/do universo feminino: Zeni, Goinha, Tina, Mila, Bele, Vanda – Kedma e Tágila, Dani, Chris, Sandra, Jacira, Liz, Livia, minha gratidão por enriquecer minhas vivências.
  - Aos sobrinhos-netos jovens e crianças: Henrique Pereira, Mateus, Daniel (eterna criança), Gabriel, Jonas, Arthur, Victor, Henrique Quinteiro, Carlos Neto, Pedro, Davi... sou grata pelo amor, apreço para comigo. Às sobrinhas-netas: pelo carinho e amor. Que elas encontrem um mundo mais justo e com melhores oportunidades do que aquelas que presenciei no trabalho de campo, vendo crianças adultificadas pelo trabalho. Que o tempo seja leve...leve para minhas meninas, crianças preciosas!



- » Às famílias de vários territórios que me adotaram...
  - Em Salvador, os Carvalhos, sou grata pelo apoio, carinho e fraternidade.
  - Em Santo Antonio de Jesus - Vanda e Noel sou grata pelo apoio.
  - Em Aracaju, Rosa meu muito obrigada pela amizade e amparo.
- » À amiga-irmã Dora, sempre, sempre presente! Agradeço a fraternidade, solidariedade.
- » A Antonio Puentes e Kên pela contribuição com os resumos.
- » A Lucas pela transcrição das entrevistas.
- » A Lene por cuidar tão bem da minha família e de mim.
- » Às mulheres fogueteiras pelas informações valiosas.
- » A Lina pelo auxílio durante a realização do trabalho de campo.
- » A Toneto, Ailton, Verônia, Sônia pela presteza e por disponibilizar informações preciosas.

A Trajetória desse doutorado foi atravessada, por vivências distintas, e, pude compartilhar minhas ansiedades (que não foram poucas), alegrias, risos, choros, com muitos amigos e amigas. Sob pena de não cometer injustiças vou nomeá-los de Maria(s), João(s), José(s) [...] Amigo(a)s dos territórios vizinhos e dos mais distantes, sou grata pela compreensão de minhas ausências para construção deste projeto e de outras ausências que se fizeram necessárias. Sou grata aqueles que compartilharam com discussões sobre o tema e outro(a)s pelo abraço.... Para todas e todos um carinhoso agradecimento.





Cada traque jogado pelas crianças da minha família, durante os festejos juninos, trazia à minha mente imagens das crianças do território fogueteiro de Santo Antonio de Jesus, as quais, para levar diversão a outras crianças, se envergam no trabalho infantil e atuam, invisíveis, nos bastidores da pirotecnia, enquanto o fruto de seu labor é atração no palco da festa.

*Questão crucial do nosso mundo e de nossas vidas [...] cujo desafio maior é dar sentido autoconstituente ao trabalho humano e tornar nossa vida fora do trabalho também dotada de sentido.*

*Ricardo Antunes*

## RESUMO

A presente tese tem seu foco na dinâmica socioespacial dos fogos de artifício, na produção do estalo de salão/traque, realizado majoritariamente pelo trabalho feminino, em Santo Antonio de Jesus – BA, município localizado no Território do Recôncavo, às margens da BR-101, 190 km distante de Salvador. A sede desponta como cidade polo pela presença de comércio e de infraestrutura em serviços. A partir de uma investigação sobre os territórios ocupados por essa produção, foi possível contextualizar as trabalhadoras no processo do labor pirotécnico, bem como observar o modo de vida das fogueteiras suas tensões, a natureza, o ritmo e as relações de trabalho tecidas durante o amearhar de seu labor. A discussão teórica apreendeu o território como referência para compreensão da realidade, assim como as relações, no território, com políticas públicas e o mundo do trabalho. A escala temporal, 1998-2015, justifica-se na busca de explicar a configuração da produção pirotécnica a partir da tragédia ocorrida em 11 de dezembro de 1998, a qual descortinou Santo Antonio de Jesus como segundo maior produtor de fogos de artifício do país e, assim sendo, um polo pirotécnico. A abordagem qualitativa, em consonância com a análise quantitativa dos dados investigados, permitiu explicar as relações construídas no território fogueteiro, assim como o objeto analisado. Para o desenvolvimento do trabalho, com base no empirismo, estabeleceram-se como instrumentos da pesquisa: observação *in loco*, narrativa, análise de documentos, registro fotográfico, questionários e entrevistas. As informações foram tratadas de forma que os dados expressem a realidade. A partir dos dados, obteve-se uma análise do território fogueteiro, constatando-se que o trabalho das mulheres é caracterizado como domiciliar e precário, abarcando a família, com a utilização de mão de obra do idoso e do trabalho infantil. A produção de estalo de salão/traque constituiu-se na informalidade. As políticas públicas implementadas para resolver as questões da informalidade e da clandestinidade não obtiveram sucesso, e a atividade pirotécnica, apesar de ter-se difundido, envolvendo outros municípios, mantém em Santo Antonio de Jesus seu principal território de produção, com destaque para os bairros periféricos Irmã Dulce e São Paulo. Embora realizada de forma precária, a produção de fogos contribui para a sobrevivência daquelas famílias, assim como para a organização de espaços da cidade, com a formação de territórios fogueteiros controlados pelos comerciantes locais.

**Palavras-chave:** Território, Dinâmica Socioespacial, Fogos de Artifício, Trabalho

## ABSTRACT

This thesis focuses on the social and spatial dynamics of fireworks production, carried out mostly by women, at Santo Antonio de Jesus-BA, city located on Territory of Recôncavo, beside the BR-101 road, 190km far from Salvador, the State Capital. The city emerges as a hub due to trading and infrastructure in services. Starting on an investigation about the territories occupied by this production, it was possible contextualize the female workers on the pyrotechnic labor process, as well as observing their life style, tensions, nature and work relations built during the hoarding of their labor. The theoretical discussion seized the territory as a reference for reality comprehension, as well as the relations on territory with public policies and the labor world. The timescale from 1998 until 2015, is justified because it seeks to explain the configuration of the pyrotechnic production, since the tragedy occurred on December 11<sup>th</sup> of 1998. This tragedy unveiled Santo Antonio de Jesus the title of second largest fireworks producer in Brazil, and therefore a pyrotechnic hub. The qualitative approach in line with the quantitative data analysis, allowed to explain the relations built in the fireworks territory and the object studied. During this work development, based on empirics, the following research tools were used: observation *in loco*, testimonies, document analysis, photographic registries, questionnaires and interviews. The information were treated on a way that data reflects the reality. From the data, a fireworks territory analysis was obtained, finding that the women work is amateur, home maid and hazardous, incorporating all the family using elderly and child labor. This production takes place in an informal and clandestine market. The public policies implemented in order to solve this problem were unsuccessful, and the fireworks production today spread to other cities, maintains Santo Antonio de Jesus the main production territory, mostly at Irmã Dulce and São Paulo Neighborhoods. Although the production is done in a precarious way, it contributes for the families' survival and the organization of city spaces, with formation of fireworks territory controlled by local traders.

**Key-words: Territory, Sociospatial Dynamics, Fireworks, Labour World**

## RESUMEN

La presente tesis tiene como foco principal el estudio de la dinámica socio-espacial de los fuegos artificiales, principalmente la producción del llamado *Estalo de salão/traque* (Estallido de sala), producido mayormente por el trabajo femenino en Santo Antonio de Jesús – BA, municipio localizado en el Territorio del Recôncavo, a las márgenes de la BR-101, a 190 km de distancia de la ciudad de Salvador. La sede de la ciudad despunta como un polo por la presencia de comercios y de la infraestructura en servicios. A partir de las investigaciones sobre los territorios donde se desarrolla la producción de ese tipo de fuego artificial, fue posible contextualizar las trabajadoras en este tipo de trabajo pirotécnico, bien como observar el modo de vida, sus tensiones, las formas, el ritmo y las relaciones de trabajo construidas durante las arduas jornadas. Las discusiones teóricas definieron el territorio como referencia para la comprensión de la realidad, así como las relaciones que existen en el territorio con las políticas públicas y el mundo del trabajo. La escala de tiempo, 1998-2015, se justifica para explicar la configuración de la producción pirotécnica a partir de la tragedia ocurrida el 11 de diciembre de 1998, la cual reveló Santo Antonio de Jesús como el segundo mayor productor de fuegos artificiales del país, caracterizándose el mismo como un gran polo pirotécnico. El abordaje cualitativo, en consonancia con el análisis cuantitativo de los datos colectados, permitió explicar las relaciones construidas en este territorio caracterizado como pirotécnico, así como el objeto de análisis. Para el desarrollo del trabajo, con base en el empirismo, se estableció como instrumentos de la investigación: observación *in loco*, narrativa, análisis de documentos, registro fotográfico, cuestionarios y entrevistas. Las informaciones fueron tratadas de forma que los datos expresaran la realidad. A partir de los datos se obtuvo un análisis del territorio pirotécnico, constatando que el trabajo de las mujeres es caracterizado como domiciliario y precario, abarcando gran parte de la familia con la inclusión de las personas más longevas y del trabajo infantil. La producción del *Estalo de salão/traque*, es realizada en la informalidad. Las políticas públicas implantadas para resolver los problemas de la informalidad y de la clandestinidad no obtuvieron los resultados esperados, y la actividad pirotécnica, a pesar de haberse difundido incluyendo otros municipios, mantiene en Santo Antonio de Jesús su principal territorio de producción, con mayor relevancia para los barrios periféricos de Irmã Dulce y São Paulo. No obstante, realizada de forma precaria esta producción de fuegos, contribuyó para la sobrevivencia de estas familias, así como para la organización del espacio de la ciudad conformando los territorios pirotécnicos controlados por los comerciantes locales.

**Palabras claves:** Territorio, Dinámica Socio-espacial, Fuegos Artificiales, Trabajo

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estado da Bahia – Territórios de Identidade .....	38
Figura 2: Santo Antonio de Jesus/BA no Território do Recôncavo.....	40
Figura 3: Território do Recôncavo – Produção de fogos de artifício, 2015.....	55
Figura 4: Santo Antonio de Jesus/BA – Produtos da terra .....	59
Figura 5: Embalagem para estalo de salão/traque .....	60
Figura 6: Santo Antonio de Jesus/BA – Alcance da produção de fogos de artifício, 2015 .....	61
Figura 7: Brasil – Alcance da produção pirotécnica de Santo Antonio de Jesus/BA, 1998 – 2015 .....	62
Figura 8: Santo Antonio de Jesus/BA – Rede de produção de fogos de artifício .....	65
Figura 9: Material utilizado para confecção do traque – Massa e papel de seda .....	69
Figura 10: Santo Antonio de Jesus/BA – Territórios fogueteiros: Bairros Irmã Dulce e São Paulo.....	73
Figura 11: Santo Antonio de Jesus/BA – Sistema produtivo informal de fogos de artifício, 1998 - 2015.....	87
Figura 12: Santo Antonio de Jesus/BA – Sistema produtivo informal de estalo de salão/traque, 2015.....	89
Figura 13: Bairro Irmã Dulce – Aspectos de saneamento básico.....	92
Figura 14: Bairro Irmã Dulce – Trabalhadoras na calçada .....	95
Figura 15: Bairros Irmã Dulce e São Paulo – Local de nascimento das fogueteiras, 2015 .....	97
Figura 16: Bairros Irmã Dulce e São Paulo – Idade das fogueteiras, 2015.....	98
Figura 17: Bairros Irmã Dulce e São Paulo – Escolaridade das Fogueteiras, 2015..	99
Figura 18: Bairros Irmã Dulce e São Paulo – Idade que iniciou o trabalho com fogos por bairro, 2015.....	100
Figura 19: Tabuleiro de uma jovem fogueteira .....	101
Figura 20: Bairros Irmã Dulce e São Paulo – Participantes do Programa Bolsa Família, 2015.....	106
Figura 21: Bairros Irmã Dulce e São Paulo – Possibilidade de sobreviver com a renda do traque por bairro, 2015.....	107
Figura 22: Bairros Irmã Dulce e São Paulo – Desempenham outras atividades, 2015 .....	108

Figura 23: Bairros Irmã Dulce e São Paulo – Outras atividades desempenhadas, 2015 .....	108
Figura 24: Bairros Irmã Dulce e São Paulo – Tempo de trabalho com a atividade pirotécnica, 2015 .....	109
Figura 25: Bairros Irmã Dulce e São Paulo – Carga horária diária na confecção de traque, 2015 .....	110
Figura 26: Bairros Irmã Dulce e São Paulo – Quantidade de dias trabalhados durante a semana, 2015.....	111
Figura 27: Bairros Irmã Dulce e São Paulo – Quantidade de moradores por residência, 2015 .....	112
Figura 28: Bairros Irmã Dulce e São Paulo – Renda com a produção de traque, 2015 .....	115
Figura 29: Bairros Irmã Dulce e São Paulo – Forma de aprendizado para confecção de fogos de artifício, 2015 .....	116
Figura 30: Bairros Irmã Dulce e São Paulo – Quantidade de pessoas da família que trabalham com fogos, 2015 .....	117
Figura 31: Bairros Irmã Dulce e São Paulo – Conhecimento sobre risco na atividade pirotécnica/traque, 2015 .....	120
Figura 32: Bairros Irmã Dulce e Bairro São Paulo – Aspectos da etapa da produção de traque. Embalagem em fábrica de fundo de quintal .....	121
Figura 33: Santo Antonio de Jesus/BA – Linha do tempo da produção pirotécnica	121

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Regionalizações do Estado da Bahia e o contexto de Santo Antonio de Jesus/BA .....	37
Quadro 2: Santo Antonio de Jesus/BA – Rede viária territorial .....	46
Quadro 3: Santo Antonio de Jesus/BA – Estabelecimentos comerciais e industriais .....	51
Quadro 4: Bairros Irmã Dulce e São Paulo – Políticas Públicas: CRAS, 2014.....	105
Quadro 5: Santo Antonio de Jesus/BA – Acidente com fogos de artifício, Período 1998-2014 .....	122



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Bahia – População, 2000-2010 .....	43
Tabela 2: Território do Recôncavo – Variação da população, 2000-2010.....	44
Tabela 3: Santo Antonio de Jesus/BA – População absoluta e relativa, 2000-2010 .	45
Tabela 4: Território do Recôncavo – Indicadores socioeconômicos, 2000-2010 .....	52
Tabela 5: Bairro Irmã Dulce – População por gênero, 2014 .....	90
Tabela 6: Bairro São Paulo – População por gênero, 2014 .....	91
Tabela 7: Bairros Irmã Dulce e São Paulo – Infraestrutura básica, 2014.....	93

## **LISTA DE SIGLAS**

ASFOGOS – Associação dos Produtores de Fogos de Artifício Santantoniense

CIA – Centro Industrial de Aratu

COEFENIX – Condomínio Fênix

COPEC – Complexo Petroquímico de Camaçari

CPE – Comissão de Planejamento Econômico

CRAS – Centro de Referência e Assistência Social

DESENBAHIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia

FTC – Faculdade de Tecnologia e Ciência

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDS – Índice de Desenvolvimento Social

IPE – Índice de Performance Econômico

IPS – Índice de Performance Social

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OAB – Organização dos Advogados do Brasil

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB – Produto Interno Bruto

PREALC – Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes

SEBRAE – Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SESOL – Superintendência de Economia Solidária

SETRE – Secretaria Estadual de Emprego, Trabalho, Renda e Esporte

SICM – Secretaria Estadual de Indústria, Comércio e Mineração

TI – Território de Identidade

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNISOL BRASIL – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

## SUMÁRIO

**LISTA DE FIGURAS**

**LISTA DE QUADROS**

**LISTA DE TABELAS**

**LISTA DE SIGLAS**

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1 DESCORTINAM-SE AS CATEGORIAS DE ANÁLISE DA GEOGRAFIA .....</b>	<b>6</b>
1.1 Território: Um olhar sobre sua multidimensionalidade .....	6
1.2 Dinâmica territorial e o papel das redes .....	14
1.3 Território e o mundo do trabalho .....	18
1.4 Território e políticas públicas .....	23
<b>2 DEFLAGRANDO A METODOLOGIA .....</b>	<b>29</b>
2.1 A opção pelo método .....	29
2.2 Dispositivos metodológico .....	31
2.3 Percursos metodológico .....	32
<b>3 CONSTRUINDO UMA PONTE ENTRE O SABER E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO .....</b>	<b>35</b>
3.1 Um panorama histórico das regionalizações do Estado da Bahia .....	36
3.2 Recôncavos como Território de Identidade .....	40
3.3 Dinâmica socioterritorial de Santo Antonio de Jesus/BA .....	46
<b>4 PANORAMA DA TRAJETÓRIA PIROTÉCNICA .....</b>	<b>54</b>
4.1 Sistema produtivo (in)formal de fogos de artifício em Santo Antonio de Jesus/BA .....	58
4.2 Contextualizando Santo Antonio de Jesus/BA na atividade pirotécnica .....	69
4.2.1 A Inserção do Projeto Fênix em Santo Antonio de Jesus/BA .....	73
4.2.2 O Movimento 11 de Dezembro .....	79

<b>5. REVELA-SE O TERRITÓRIO FOGUETEIRO DE SANTO DE JESUS/BA .....</b>	<b>85</b>
5.1 Caracterizando o trabalho – invisível – na produção de traque .....	85
5.2 Territórios fogueteiros: Bairros Irmã Dulce e São Paulo .....	89
5.3 Trabalho domiciliar – artesanal – na produção de traque .....	95
5.4 Informalidade, políticas públicas: O trabalho feminino .....	97
5.5 Globalização, precarização: Vislumbra-se o território fogueteiro .....	118
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>129</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>136</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>150</b>
APÊNDICE A – Questionário – Mulheres que trabalham confeccionando estalo de salão/traque: Bairros Irmã Dulce e São Paulo .....	150
APÊNDICE B – Entrevista – Produtor/Empresário .....	152
APÊNDICE C – Entrevista – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Fogos de Artifício de Santo Antonio de Jesus/BA.....	154
APÊNDICE D – Entrevista – Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente Santo Antonio de Jesus/BA.....	156
APÊNDICE E – Entrevista – Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente Santo Antonio de Jesus/BA.....	158
<b>ANEXOS .....</b>	<b>159</b>
ANEXO A – Ministério da Defesa – Exército Brasileiro. Ofício sobre controle de Estalo de Salão .....	159
ANEXO B – Cartilha Educativa: FÊNIX: Da Tragédia à Solução .....	160

## INTRODUÇÃO

*No final da manhã do dia 11 de dezembro de 1998, ocorreu uma explosão em uma das fábricas clandestinas de fogos de artifício, situada na localidade de Juerana, no município baiano de Santo Antonio de Jesus. O acidente teve como consequência a morte de adultos e crianças, totalizando 64 pessoas, na imensa maioria, mulheres. A tragédia descortinou um mundo de trabalho oculto ou mesmo invisível para muitos na cidade. Tal acontecimento, ao desnudar um cenário clandestino, deflagrou a realidade camuflada da indústria pirotécnica no território e mostrou a fronteira tênue entre a legalidade, a clandestinidade e a informalidade na produção de fogos de artifício no município.*

Como a grande maioria dos cidadãos da região, fui também atingida por essa tragédia, e, como pesquisadora, sempre questioneei a situação que vivia grande número de famílias. Durante os três primeiros anos de implementação do Programa de Erradição do Trabalho Infantil (PETI), participei do Grupo Gestor, como representante da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e por meio do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA). Como membro, acompanhava as atividades do programa nas escolas públicas da cidade e vivenciei as questões referentes a produção de fogos, especialmente do traque, aguçando o desejo de explicar a situação. O município de Santo Antonio de Jesus, tem como uma de suas atividades econômicas a produção de fogos de artifício, em sua maioria, realizada de forma clandestina, informal e precária.

Portanto, a presente pesquisa constitui uma análise da produção de fogos de artifício, visando explicar as relações socioespaciais no território fogueteiro de Santo Antonio de Jesus, especialmente aquelas áreas com produção de traque.

O trabalho tratou, inicialmente, de caracterizar a atividade pirotécnica, para então analisar as peculiaridades dessa atividade, tais como:

- » Como se constitui o cenário do território fogueteiro?
- » Como é realizado o sistema de produção de fogos de artifício?
- » Quais as relações de produção da atividade pirotécnica no território santantoniense?

- » Como se caracteriza o trabalho das mulheres nessa atividade?
- » Quais as relações de trabalho, as relações socioterritoriais e socioeconômicas das mulheres fogueteiras?
- » Qual o rebatimento das políticas públicas sobre o território santantoniense pós-tragédia?

A partir de tais indagações, buscou-se observar e construir o quadro socioespacial da atividade pirotécnica, bem como analisar suas implicações no espaço, com a formação de territórios fogueteiros. Tais análises visam ao entendimento das relações socioespaciais no território fogueteiro de Santo Antonio de Jesus. Dentro dessa dinâmica, o estudo embrenhou-se no mundo laborioso das trabalhadoras fogueteiras, revelando territórios distintos; buscando explicar as especificidades, singularidade, particularidades do trabalho pirotécnico – a produção de traque de salão; evidenciando as indissioncronias do território fogueteiro.

Nessa perspectiva, embasada na categoria território, a pesquisa permite explicar a dinâmica territorial fogueteira. Ademais, em se considerando que o sujeito feminino é o principal agente desse cenário, que o trabalho feminino domiciliar é importante característica do objeto de estudo, a pesquisa trata também do trabalho domiciliar. Assim sendo, torna-se relevante abordar o trabalho domiciliar para explicar o contexto socioterritorial no qual esta inserida a trabalhadora que se encarrega da produção do traque.

A explicação da dinâmica da produção de fogos de artifício – especificamente, do estalo de salão/traque – possibilita analisar, no território, causas e efeitos dessa atividade, a qual se coloca, ora como possibilidade para uma determinada situação, ora como resultado desencadeador do trabalho feminino, haja vista que é com essa atividade que se tem possibilidade de obter renda, demonstrando a limitação de oferta de trabalho no município.

A pirotécnia, compreendida como atividade territorializada, demonstra que a territorialidade da produção de estalo de salão/traque tem raízes históricas e que sua efetivação econômica criou novos territórios no município.

A pesquisa consiste, fundamentalmente, em analisar a territorialidade da produção de fogos de artifício – com o foco de estudo no traque – na cidade de Santo Antonio de Jesus, bem como em explicar e discutir o rebatimento dessa

atividade no território. O resultado final é a presente tese, formada por cinco capítulos, além das Considerações Finais.

No primeiro capítulo, com o título **Descortinam-se as categorias de análise da Geografia**, apresenta-se a fundamentação teórica que deu suporte para a contextualização da pesquisa e a explicação do fenômeno da pirotécnia, de suas singularidades, especificidades e idiossincronias. Para elaborar-se a análise socioespacial e obter-se melhor explicação da atividade pirotécnica, realizou-se uma leitura sobre o território, sua dinâmica e as relações territoriais que nele são articuladas. Tal debate trouxe, no seu bojo, os significados, entendimentos e desdobramentos da categoria território. Além disso, houve também o debruçamento sobre as categorias rede, políticas públicas e mundo do trabalho. Para tanto, autores como Milton Santos (1985,1994,1997), Raffestin (1993), Corrêa (1994), Haesbaert (1990, 2000, 2004), Castells (1999), Teixeira (2002), entre outros, deram sustentação ao aporte teórico.

No segundo capítulo, intitulado **Deflagrando a metodologia**, apresenta-se a metodologia. Explicitam-se os procedimentos metodológicos, os métodos, os dispositivos e o percurso metodológico que nortearam a pesquisa.

**Construindo uma ponte entre o saber e a produção do espaço** é o tema do terceiro capítulo, no qual se abordou as regionalizações do estado da Bahia, contextualizando o Recôncavo como território de identidade. É, também, aquele em que se estabelece uma análise diacrônica da dinâmica socioterritorial de Santo Antonio de Jesus. A contextualização social, histórica e econômica da região e do município permitiu identificar o cenário territorial e oferecer subsídios para explicar a trajetória da pirotecnia. Fez-se uma abordagem geográfica do município mostrando a importância da cidade como centro regional. Assim, a análise da dinâmica socioespacial santantoniense perpassa, também, pelas relações no mundo do trabalho, e nos conduz ao entendimento da atividade pirotécnica. Ideias de autores como França (2011), Pedrão (2007), Silva (1976, 2008), além de outros, alicerçaram o referido capítulo.

No quarto capítulo – sob o título **Trajetória pirotécnica: brevíssimo histórico** – se caracteriza a produção dos fogos de artifício e se explica a relação dessa atividade com o território. Aborda-se o sistema produtivo na cidade de Santo Antonio de Jesus, com o olhar detido sobre a territorialidade fogueteira e sobre as



relações de produção da tal atividade. Para tanto, contextualizou-se a pirotecnia, destacando o município; apresentando o rebatimento das políticas públicas pós-tragédia no território santantoniense e tratando do Projeto Fênix e do Movimento 11 de Dezembro. A fundamentação teórica conceitual que respaldou esse capítulo foi baseada em Valadão (2005), SEBRAE (2002, 2003) e em narrativas de agentes e de atores sociais que constroem o território fogueteiro.

No último capítulo, **Revela-se o território fogueteiro de Santo Antonio de Jesus**, por meio de análises do trabalho de campo, realizam-se interpretações dos dados e explicam-se as relações da atividade pirotécnica com o trabalho, domiciliar feminino. Apresentam-se relatos de atores envolvidos diretamente com a produção de estalo de salão/traque, ademais de tabelas e gráficos, que, juntos, ajudam a explicar a realidade das trabalhadoras fogueteiras. Antunes (1999, 2006), Thomaz Jr. (2000, 2011), Smith (1996), Moreira (2000) aportam o arcabouço teórico, conduzindo a discussão sobre os desdobramentos do mundo do trabalho: informalidade, clandestinidade, precarização, trabalho feminino, domiciliar e trabalho infantil.

Nas Considerações Finais, apresentam-se reflexões dos resultados obtidos (com a ressalva de que as mesmas não são conclusivas), tendo em vista a dinâmica da trajetória pirotécnica; os emaranhados das relações do trabalho com o território; a singularização e o rebatimento da atividade no território. Essa parte tem o intuito de expor, no presente estudo, o apreendido e o desvelado no território fogueteiro. Para tanto, a partir da leitura do processo de ocupação histórica na região, traça-se a trajetória dos fogos de artifício no Recôncavo e contextualiza-se a territorialização dessa atividade em Santo Antonio de Jesus. Aborda-se, ademais, o trabalho feminino, os desdobramentos de tal atividade e o perfil das trabalhadoras fogueteiras que produzem o estalo de salão/traque. Por fim, desvenda-se o labor dessas mulheres, o qual implica uma relação de trabalho domiciliar precário, informal, com fortes traços de clandestinidade.

Ao encerrar-se a pesquisa, espera-se que a tese forneça subsídios que venham contribuir para o planejamento da atividade pirotécnica no município, seja na regulamentação da atividade, seja na criação e/ou implementação de novas fronteiras de trabalho que possam oportunizar a inserção das mulheres no mercado formal. Assim, a tese constitui-se, também, como contribuição ao debate de políticas

públicas. A importância do trabalho reside na possibilidade de contribuir para o entendimento e para o conhecimento de fatores relevantes para a Geografia e para as relações socioeconômicas, presentes no território fogueteiro.

## 1 DESCORTINAM-SE AS CATEGORIAS DE ANÁLISE DA GEOGRAFIA

O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde.

Milton Santos

Depois que conhece uma nova ideia, a mente do homem nunca pode voltar a suas dimensões originais.

Oliver W. Holmes Jr.

Por se tratar de uma ciência que tem como um de seus focos o uso do território (SANTOS, 1994a), desde sua sistematização, a Geografia busca, por meio de métodos investigativos, explicações para a compreensão dos fenômenos que ocorrem no espaço geográfico. A análise das atividades socioespaciais pode ser realizada sob o prisma da abordagem territorial, a qual, para o desenvolvimento desta pesquisa, é descortinada pelo olhar das categorias geográficas: Território – e seus desdobramentos –, Rede, Políticas Públicas, Trabalho e seus desdobramentos. Tal leitura propicia a análise, desvenda a diversidade territorial e suscita a explicação dos fenômenos estudados.

A análise da(s) dinâmica(s) do espaço geográfico – sejam elas sociais, econômicas, físico-ambientais, políticas, culturais e tecnológicas – é um processo contínuo, que se dá no território. Tais dinâmicas se entrelaçam através das diversas redes de produção e podem ser avaliadas, de modo a se explicar seus fatores heterogêneos e múltiplos, num determinado território. A abordagem socioterritorial revela como tais fatores produzem o desenvolvimento territorial e como as políticas públicas se concentram em um ou outro território, visando o desenvolvimento de uma determinada região.

### 1.1 Território: Um olhar sobre sua multidimensionalidade

O termo “território” tem sua origem no latim, *territorium*, e tem comumente em sua essência a relação de um espaço com a vivência de pessoas ou de um grupo, de uma organização, instituição ou corporação que mantém poder e controle sobre o mesmo a partir de objetivos definidos. A categoria território suscitou, na contemporaneidade, um intenso debate nas ciências sociais, especificamente na

Geografia, e trouxe à tona significados diversos, com (re)leituras na sociedade, de dimensão econômica, política, ambiental, cultural e com destaque nos âmbitos acadêmico e político. Alguns autores dão sua contribuição para a explicação do território à luz da reestruturação do espaço, a partir das mudanças socioespaciais e do rebatimento dessas mudanças. A concepção de território coexiste historicamente em outras ciências, como, por exemplo, nas Ciências Naturais. Nessas, há entendimentos distintos da Geografia, âmbito no qual seu uso é objeto de análise social.

O território é considerado como “formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 1994a, p. 15). O território é entendido como algo dinâmico e unitário, reunindo materialidade e ação humana, e é constituído de objetos e de ações os quais desvendam os sistemas espaciais.

O sistema de objetos considerado como herança territorial e o sistema de ações é a própria ação humana, o resultado da ação do homem, das empresas, das instituições e das normas. Esses dois sistemas, materializados no território, devem ser considerados como um conjunto indissociável (SANTOS, 1997). O território é uma forma em si mesmo, é o espaço caracterizado a partir da sua apropriação pelas pessoas. Neste sentido, Milton Santos e Silveira (2000) entendem o território:

[...] como algo já preenchido por pessoas e objetos, historicamente constituídos, cuja integração com a natureza, bruta ou trabalhada constitui o quadro de vida a que ninguém escapa. Assim, o território usado – e não o território em si mesmo constitui um ator essencial da vida social (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p. 11).

Dado esse significado, o território apresenta multífaces decorrentes dos aspectos históricos temporais da sociedade, traduzindo a vida social. Na alusão ao conceito de território, já na sistematização da Geografia, cientistas sociais definiram o termo vinculado à ideia de superfície terrestre, como território nacional. Nesse contexto, o território é tratado, principalmente, com ênfase político-administrativa, isto é, como território nacional, espaço físico onde se localiza uma nação; espaço onde se delimita uma ordem jurídica e política; espaço medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras. Na atualidade, pensadores da Ciência Geográfica se debruçam para além do entendimento do

conceito de território como Estado-nação e traduzem a categoria território como espaço socialmente produzido, com diferentes possibilidades de abordagem conceitual, o qual apresenta multiface seja como categoria analítica, seja como instrumento de intervenção ou mesmo de ação política.

O território foi desvendado por Raffestin (1993, p. 143) como “o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”. Tal concepção traduz as ações dos agentes sociais, materializadas no espaço, as quais são capazes de reestruturar o território entre/em tempos e escalas distintas. O autor enfatiza que, “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, por uma representação), o ator territorializa o espaço” (Ibidem, p. 143) e, nesse sentido, entende o território como “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (Ibidem, p. 144).

A partir dessa análise, Claude Raffestin (1993) ressalta que, no território, se dá:

A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferros, circuitos comerciais e bancários, autoestradas e rotas áreas, etc (Ibidem, p. 144).

Nessa perspectiva, o autor aborda não somente o território, *per si*, mas também – e especificamente a partir da apropriação e materialização dos projetos – as diversas relações vigentes num determinado espaço/território. A preocupação do autor fica patente quando ele se reporta ao território como base para a produção de “qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações” (RAFFESTIN, op. cit., p. 145). Considere-se ainda que a implantação/implementação de projetos e/ou atividades constitui um território diferenciado e revela suas multifaces.

Sendo assim, se a atividade humana conduz a produção do território constatam-se as multifaces do território balizadas por relações de poder e considera-se as territorialidades como consequência da produção do espaço.

Segundo Roberto Lobato Corrêa (1994) o conceito de território “é o espaço revestido da dimensão política, afetiva, ou ambas” (Ibidem, p. 21). Para o autor, o

território está ligado a apropriação, “ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado, por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço” (Ibidem, p. 251). O autor define ainda que a apropriação “pode assumir uma dimensão derivada das práticas espacializadas por parte de grupos distintos [...] passa a associar-se à identidade de grupos e à afetividade espacial” (Ibidem, p. 253). Tal dimensão afetiva denota a territorialidade.

Segundo Haesbaert (2004), pode-se ter o entendimento do território pelo viés do poder, que é “sempre multidimensional e multiescalar, material e imaterial, de dominação e apropriação ao mesmo tempo” (Ibidem, p. 97). Ele afirma que o território:

É o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. Esta relação varia muito, por exemplo, conforme as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas que estivermos analisando (HAESBAERT, 2004, p. 97).

A multidimensão e a multiescalaridade do território evoluem com o tempo e trazem, na contemporaneidade, a possibilidade de análises de diversas abordagens territoriais. Haesbaert (2002, p. 121) explica que “vive-se concomitantemente uma multiplicidade de escalas, numa simultaneidade atroz de eventos, vivenciam-se também, ao mesmo tempo, múltiplos territórios”.

As relações sociais, econômicas, políticas, culturais, bem como os processos inerentes a essas ações, materializados no território, são relacionais e são, além disso, instituídos historicamente. O autor aponta que os territórios podem ser caracterizados como contínuos ou descontínuos. O território contínuo, também chamado de território-zona, é delimitado por áreas específicas e contíguas, por exemplo, um bairro, um município, um estado, um país. Por sua vez, o território descontínuo, também chamado de território-rede, refere-se àquele território fluído, marcado por pontos e nós com conexões por meio de arcos, e que não necessita de uma base territorial continuada (SAQUET, 2007, p. 59). Ambos são mediatizados por múltiplas relações, como as econômicas, e são constituídos pela apropriação de um grupo.

Santos (1997, p. 225) faz uma abordagem do território descrito como um “sistema de objetos animados por um sistema de ações”. Nesse contexto, define-se o espaço, caracterizado como o espaço de todas as pessoas, firmas, instituições, empresas, etc. Partindo dessa compreensão, dois segmentos se produzem no espaço/território como novas categorias analíticas: i) as horizontalidades, “extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade”, como os territórios/espaços de produção e como o lugar da cooperação; e ii) as verticalidades, “pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade” (Ibidem, p. 225), como a produção, a circulação, a distribuição e o consumo de todos os segmentos como veículo econômico e político. Assim, o território passa a ser visto como um campo de possibilidades para a abordagem multiterritorial dos arranjos e das relações espaciais e socioespaciais.

Na realidade, o território apropriado corresponde a um nível de produção social de espaço no qual se refletem imagens diversas dessas mesmas produções. Haesbaert (2002) chama atenção para o fato de que a análise territorial tende a ser mais abordada pelo ponto de vista das dimensões política e cultural do espaço e que a dimensão econômica não tenha muitos estudos, pois, “tradicionalmente, a concepção de territórios sempre esteve mais próxima das ideias de controle, domínio e apropriação (políticos e/ou simbólicos) do que da ideia de uso ou de sua função econômica” (Ibidem, p. 119). Ao longo de sua definição/conceituação, o território deve ser também abordado pelo viés econômico, enriquecendo assim a análise de um determinado espaço.

Nesse contexto, diferentes concepções são abordadas para se lidar com território, contemplando três dimensões do mesmo: (a) uma dimensão jurídico-política, a qual aborda o território no âmbito do Estado-Nação e de diversas organizações políticas nele envolvidas. (b) Uma dimensão culturalista, que evidencia o território enquanto lugar e, nele, o cotidiano, a identidade dos agentes e as relações com o território. E (c) uma dimensão econômica, a qual aborda o território a partir da divisão territorial do trabalho, das classes sociais e relações de produção. Tais formas de abordagem, na verdade, se fundem na abordagem territorial.

Portanto, o território, como produto de relações múltiplas, apresenta-se de forma complexa e variável. Há um ponto em comum entre os autores citados: esses,

conceitualmente, discorrem sobre o fato de que os territórios são multifacetados, multidimensionais e multiescalares; além disso, os mesmos são sobrepostos, havendo, portanto, a coexistência de múltiplos territórios em um mesmo espaço.

Quando alguém se refere às ocupações do espaço, espaço ocupado, vivido, apropriado, está falando, com efeito, de territorialidade. Assim, do conceito de território provêm outros, a exemplo de territorialidade, concebido como “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade – espaço – tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (RAFFESTIN, 1993, p.160). O conceito de territorialidade proposto por Claude Raffestin (1993, p. 161) pode ser entendido como “um conjunto de relações mantidas com o território”, considerando-se que essas “relações são mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade”. Nessa perspectiva, o fato de ocupar e delimitar a base territorial não serve para denotar a territorialidade. Para que essa seja estabelecida, é necessária a análise das relações dos agentes sociais, das firmas, das empresas, das corporações. Na análise do autor a noção de territorialidade é vista a partir das relações dos agentes sociais e da produção do espaço, mediatizadas.

Roberto Corrêa (1994) também discute a conceituação de territorialidade e, ao que parece, abrange também as ideias de Claude Raffestin. Corrêa entende a territorialidade como:

Um conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas (CORRÊA, 1994, p. 251-252).

Nessa perspectiva, a partir da análise do território, pode-se abordar a categoria territorialidade. A compreensão da territorialidade, como expõe Raffestin (1993), passa pela análise daquilo que a compõe: os lugares nos quais se desenvolve a produção no/do espaço e os ritmos que ela impõe. Haesbaert (2002) também define a multiterritorialidade considerando a lógica política, a econômica e a social e, assim, definindo três tipos de territórios: territórios-zona, territórios-rede e os aglomerados de exclusão. O autor estabelece a lógica que prevalece em cada conceito, sendo a lógica política predominante nos territórios-zona; a econômica,



nos territórios-rede; e a social, nos aglomerados de exclusão socioeconômica (HAESBAERT, 1990).

Para Santos (1994), na análise pela abordagem territorial, faz-se necessário também o estudo da realidade sob o olhar das políticas públicas, bem como se faz necessário o tratamento analítico do uso do território, de modo a entender-se enfim, a territorialidade. As territorialidades marcam as relações que se estabelecem no território pela análise de redes de produção de fixos e fluxos, consubstanciadas nas relações e na produção do território. Contempla-se, nesse contexto, as dimensões socioambiental, sociocultural, socioeconômicas, sociopolítico-ideológica, as quais se encontram nesse território e que exercem seu papel na região e as quais são preenchidas por atividades dispostas em redes – passíveis de serem denominadas redes de fluxos. No território, as marcas do homem ficam registradas, consolidando sua cultura, suas crenças, enfim, seu modo de viver como pessoa, grupo, classe, como ser integrante de uma determinada região.

Assim, o território é tido como a afirmação do cidadão. Nele acontecem as relações comerciais, sociais, culturais, emocionais. É nesse território social, território econômico, território cultural, território sentimental – e por que não falar em território do trabalho? – que o cidadão, além de perceber e de sentir o espaço vivido, deixa suas marcas. Marcas essas que se traduzem em gênero de vida. Dentre tantos olhares voltados para o conceito de território, explica-se, pelo olhar de Corrêa (1994), que esse é como um “espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas”.

Cada território – seja um país, região, cidade, bairro – não apresenta uma homogeneidade espacial, e sim territorialidades definidas por tempos históricos e marcadas por ações socioespaciais. A abordagem territorial traduz a realidade e confere as territorialidades em distintos períodos temporais e espaciais.

Para obter o cenário do território e da territorialidade em um determinado espaço Santos (1997, p. 205) sugere que a análise seja realizada com os seguintes indicadores:

- a) densidade técnica – o tipo de técnica que está presente na configuração atual do território;

- b) densidade informacional – tratando do que chega ao lugar tecnicamente estabelecido;
- c) densidade comunicacional – ou interação interpessoal; e
- d) densidade normativa – o papel das normas em cada lugar como definidor de uma nova situação.

Santos (1985) afirma que, numa abordagem territorial, se faz mister deter o olhar na produção do espaço; entender a forma, função, estrutura e os processos que animam o território; e, com base nisso, definir os indicadores de densidade do mesmo. Por conseguinte, deve-se realizar a análise da produção do território através das dimensões que se materializam: a socioeconômica, a socioambiental, a sociopolítica e a sociocultural.

No que concerne à discussão sobre a categoria território foi feito um recorte para se explicar como o território tem sido pensado à luz da Geografia contemporânea. Com efeito, o mesmo é analisado a partir de feições e objetivos diferenciados, com novas configurações, novos contornos, tornando-se revestido de grande importância.

A categoria território se fundamenta, também, em aspectos psicológicos, pelo viés do espaço vivido, o qual utiliza como elementos a afetividade e o sentimento de pertencimento; a experiência de vida, a identidade e a vivência no espaço. A experiência humana, seja do indivíduo ou do grupo, dá-se a partir de valores, significados, crenças e saberes, bem como o sentir-se pertencente a um lugar, um território.

Tudo isso se verifica na abordagem socioespacial e tem destaque, principalmente, nas produções acadêmicas, ademais de sua utilização pelos órgãos de planejamento público nacional, estadual e municipal. Um exemplo é a regionalização mais recente do estado da Bahia, que tem como fundamento a categoria território, embasada no conceito de Milton Santos. Nessa nova regionalização estadual, o espaço baiano é denominado (e multiplicado) em Territórios de Identidade, conforme a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. Esta regionalização foi aplicada neste estudo, por se constituir na mais utilizada pelo Estado, atualmente.

## 1.2 Dinâmica territorial e o papel das redes

A dinâmica territorial pode ser observada do global ao local/lugar, sendo que os centros urbanos desempenham um papel relevante, pois se tornam o palco principal do dinamismo territorial, onde atuam os agentes da globalização.

O ambiente urbano é configurado pela concentração populacional e pelos grandes fluxos de ideias, de bens e de informações que circulam pelo espaço, formando redes de serviços, de estabelecimentos comerciais e de informações. Tais redes geram fluxos e fixos que se ligam por meio de pontos e de nós, constituindo os territórios-rede.

Os territórios se organizam em redes, disseminando informações, oferecendo bens e serviços, tendo a cidade como principal lócus da sociedade de consumo. Ademais, regiões/territórios são caracterizados pela função que exercem na dinâmica territorial e atuam como controladores que coordenam e gerenciam atividades interligadas no espaço, possibilitando a conexão de regiões produtoras, distribuidoras e de mercados em diferentes escalas.

*Capital regional e polo regional* são denominações atribuídas a certas cidades que se destacam numa determinada região. São conceitos usados quando uma “cidade desponta como cenário de movimentação de fluxos, [...] engloba serviços avançados, financeiros, consultorias, serviços jurídicos, coleta e difusão de informações” (CASTELLS, 1999, p. 402). No dinamismo territorial, tais atividades são também analisadas pelo viés da rede. A mobilidade e intensidade dos fluxos elevam regiões a espaços privilegiados, gerando territórios de concentração de poder político, social e econômico; formando teias de relações territoriais de fixos e fluxos; constituindo, assim, uma rede. Territórios podem ser criados e recriados e são interligados por meio de redes. Raffestin (1993) afirma que as relações que se formam no território concebem “sistemas de tessituras, de nós e de rede”, as quais “permitem realizar a integração e a coesão dos territórios” (Ibidem, p.151). Nesse aspecto, a conjuntura territorial contemporânea é marcada pela interatividade das redes, da escala global à escala local.

De acordo com Santos (1997), pode-se definir o conceito de redes tomando-se duas proporções complementares. A primeira referente à forma e à materialidade.

Desse modo, a rede se refere a toda infraestrutura que, possibilitando o transporte de matéria, de energia ou de informação, se registra sobre um território. Ali, a rede se caracteriza pela topologia de seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação. Quanto à segunda proposição, ela se refere ao conteúdo, à essência. Nesse sentido, a rede “[...] é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração” (Ibidem, p. 209).

Dias (2005) complementa observando que a rede apresenta a propriedade de conexidade, ou seja, por meio da conexão de seus nós, ela simultaneamente tem a potencialidade de solidarizar ou de excluir, de promover a ordem e a desordem. Além disso, destaca que a rede é uma forma particular de organização; e, no âmbito dos processos de integração, de desintegração e de exclusão espacial, ela “aparece como instrumento que viabiliza [...] duas estratégias: circular e comunicar” (Ibidem, p. 147). Portanto, “os nós das redes são assim lugares de conexões, lugares de poder” (DIAS, 2001, p.148)

As redes são animadas por fluxos. São dinâmicas e ativas, mas não trazem em si mesmas seu princípio dinâmico, que é o movimento social. Este é animado tanto por dinâmicas locais quanto globais, notadamente demandadas pelas grandes organizações (SANTOS, 1997).

O capital cria e recria territórios, e estes apresentam padrões que culminam em maior velocidade na transformação de áreas em mercadorias a ser consumidas, gerando, assim, novos territórios e intensificando sua dinâmica. No Brasil, são de fácil constatação o poder político e a liderança econômica, historicamente exercida por algumas cidades em escala nacional e regional. A cidade de São Paulo ocupa uma posição de destaque no contexto brasileiro e mundial, uma vez que esse grande centro urbano agrega, além de uma imensa população, uma grande densidade de fluxos financeiros, comerciais e de informações. Fluxos e fixos constituem, consolidam e ampliam as redes (SANTOS, 1997).

Na contemporaneidade, o estudo da dinâmica territorial e da organização espacial a partir da rede tem relevância, por explicar as complexas relações do território e por permitir que se exerçam amplas abordagens no referido estudo.

Corrêa (1997) propõe três dimensões de análise para tratar do fenômeno das redes geográficas. São elas:

- » a dimensão organizacional, que abrange os agentes sociais; a natureza dos fluxos; a origem, a função e a finalidade da rede, bem como sua existência e construção, formalidade e organicidade;
- » a dimensão temporal, a qual engloba a duração e a frequência com que a rede se estabelece, e também a velocidade com que os fluxos nela se realizam; e
- » a dimensão espacial, que é constituída pela escala, a forma e a conexão da rede.

Com base nessas dimensões, o estudo da dinâmica territorial perpassa as concepções socioeconômica, sociopolítica e sociocultural e traz no seu bojo a possibilidade de analisar as multirrelações existentes no território; as diferentes escalas temporais e espaciais; e também torna possível que se analise a rede, esse “conjunto de nós interconectados” (CASTELLS, 1993, p. 566), a envolver todo tipo de fluxos e conectividade que se completam com os nós (DIAS, 2001).

Haesbaert (2002) afirma que, na atualidade, a rede, além de ser uma forma de organização, é um elemento constituinte do território. Nesse contexto, vislumbramos uma abordagem integradora do território, em múltiplos sentidos, na qual se aponta a rede “como veículo por excelência de maior fluidez” (HAESBAERT, 2002, p. 29). No contexto contemporâneo, conforme alguns citam, é o “componente mais importante da territorialidade” (Ibidem, p. 29).

Os processos de produção – sejam políticos, culturais ou econômicos – ocorrem cada vez mais de forma intensificada e conectada, em fluxos, gerando territórios-rede. Haesbaert (2002) afirma que a análise territorial deve abarcar permanentemente rede e território. Ademais, deve existir certa preocupação em não desassociar ambas as categorias, a não ser como instrumento analítico. Destaca ainda que podemos analisar a rede “enquanto fornecedora de determinados territórios [...] como um elemento do território, e a rede enquanto desestruturadora de fronteiras territoriais, onde um território político-administrativo, como um município, pode-se tornar um elemento de rede” (Ibidem, 2002, p.123-124).

Nesse mundo contemporâneo, globalizado, formado por redes de conexões territoriais, onde a sociedade concebe os territórios por meio da produção de bens, serviços e informações, a análise do território pode ser concebida, segundo Haesbaert (2002), com base no conceito de território-rede. Entendemos que essa perspectiva pode ser adotada a partir da articulação multidimensional da produção do território numa análise socioespacial.

De posse desse entendimento, foi eleito como mecanismo de pesquisa a categoria território, sob a óptica de Haesbaert (2002), que afirma que o território “é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica” (Ibidem, p. 121), e que se traduz em realidade(s) de múltiplos territórios, devido à simultaneidade de eventos em escalas multivariadas.

Pela relação entre rede e território, sendo analisada sob diferentes ópticas busca-se evidenciar as etapas de variações dos fixos e fluxos, pois, sabe-se que as interações sociais, comerciais, políticas, culturais e técnicas estabelecem conteúdo à dinâmica do território (SANTOS, 1999; DIAS, 2001). Nesse aspecto, as redes técnicas, especialmente as de transporte, não engendram automaticamente atividades; elas mostram, contudo, ter um papel amplificador das tendências existentes, na medida em que aceleram tanto o declínio quanto o crescimento de um dado território. Assim, as redes definem territorialidade a partir da atividade social (DIAS, 2001).

Para a autora, a verdadeira eficácia territorial das redes é designada pelo fato de que essas, além de criarem dependência, ainda possibilitam e reforçam a interdependência entre os lugares, ou seja, por meio das redes, os territórios formam um sistema integrado de lugares (DIAS, 2004).

Com efeito, tal interdependência, possibilitada pelas redes, é de origem econômica e política. Isso porque, enquanto instrumentos de intermediação, de intercâmbio, as redes estão fundadas no coração das operações de mercado.

Assim, os territórios onde as redes se instalam informam sobre seu conteúdo econômico e político, na medida em que a configuração espacial das redes técnicas resulta do embate político entre Estado e mercado. Nessa peleja, o poder público,

geralmente, é chamado a prover o conjunto infraestrutural que facilite e assegure melhores condições para o desenvolvimento das atividades do mercado.

### **1.3 Território e o mundo do trabalho**

Haesbaert (2004) reconhece quatro perspectivas para abordagem do território caracterizadas em concepções da seguinte forma:

- a) Materialistas – para as quais o território é entendido como um objeto material e, mesmo se concebendo sua determinação por relações, é visto como um produto definitivo, consolidado;
- b) Idealistas – as quais vêm o território a partir da ação de sujeitos e de comunidades;
- c) Integradoras – aquelas que integram as diferentes dimensões do social e acolhem as objetivações delineadas pelos enfoques materialista e idealista; e
- d) Relacional – perspectiva que compreende a articulação entre os processos sociais e o espaço material, nas quais o território é entendido primordialmente como uma relação do que por fato foi consolidado.

O autor enfatiza que a noção de território implica alguns pressupostos, como sua distinção em relação ao espaço (o autor defende a amplitude deste sobre aquele). Menciona, ainda, a importância de reconhecer a construção histórica e as relações de poder existentes no território (HAESBAERT, 2004).

Ora, se o conceito de território é constituído com base nessas concepções e se o território revela relações sociais, sejam econômicas, políticas, técnicas ou culturais, então o território é formado por malhas, linhas e nós (HAESBAERT, 2007).

Para além da explicação do conceito de território, ao buscar a realização da análise territorial, Haesbaert (2007) evidencia que os estudos sobre o assunto devem seguir algumas vertentes, com enfoque em: (a) a abordagem econômica, embasada por teorias marxistas; (b) a geopolítica; (c) as dinâmicas política e

cultural, que tratam das questões simbólicas-identitárias e sociais; e (d) sustentabilidade e desenvolvimento local.

Para além da compreensão do território, Haesbaert (2007) enfoca o aspecto metodológico, alegando que ao pesquisador cabe ter em mente um fio condutor bem delineado. Por outro lado, explica que tal análise deve ser centrada nas abordagens econômica, geopolítica, cultural e regional-local. Nesse contexto, há uma variedade de situações, postas claramente ou não, as quais necessitam ser descortinadas e analisadas sob o olhar geográfico e as quais requerem fundamentação teórica e procedimentos metodológicos adequados à linha filosófica do pesquisador. Para a análise do território, como também, a nosso ver, para a análise do trabalho – e, conseqüentemente, para uma abordagem socioespacial - Santos (1978) definiu as categorias seguintes: forma, função, estrutura e processo.

Segundo Santos (1978), forma é o processo visível, exterior, de um objeto, referindo-se ainda ao arranjo que passa a constituir um padrão espacial. A noção de função, por sua vez, “implica uma tarefa, atividade ou papel desempenhado pelo objeto criado. Assim, este tem um aspecto exterior visível – a forma – e desempenha uma atividade – a função” (Ibidem, p.122). Quanto à estrutura, essa se relaciona ao “modo como os objetos estão organizados, refere-se não a um padrão espacial, mas à maneira como estão inter-relacionados entre si” (Ibidem), e, por conseguinte “[...] é a natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo. O processo, finalmente, é definido como uma ação que se realiza continuamente, visando a um resultado qualquer, implicando tempo e mudanças” (Ibidem).

Portanto, a análise territorial, como instrumento de estudo geográfico, é posta na contemporaneidade, de forma complexa e densa, apresentando o território como um emaranhado de malhas, pontos, nós e redes e buscando responder os questionamentos sobre essa complexidade. No contexto da globalização, a abordagem territorial ganha importância em função do dinamismo do território e das diferentes e diversificadas relações nele existentes, a exemplo do trabalho.

Torna-se importante frisar que a produção de espaço assenta-se sobre fundamentos econômicos. Milton Santos (2002), ao realizar uma leitura múltipla do território, olha, à luz do capital, para a categoria trabalho, realizando articulações entre território, capital e sociedade.



Assim, suas inquietações se dão na abordagem do capital e de suas multifaces, e por elas perpassam expressões como espaço da razão e tempo de emoção, servindo de base teórica para a explicação do território. Evoca-se, ademais, a necessidade de articulações entre território e o mundo do trabalho, operando transversalmente com: a periodização, o método, a técnica, a rugosidade, etc. O repensar de toda essa articulação tem como objetivo a compreensão da multiplicidade socioterritorial e a manutenção da mesma (SANTOS, 2002).

Segundo Ianni (1995), a globalização do trabalho ocorre na mesma escala da globalização do capitalismo e segue o processo do mesmo, o qual, historicamente, nos é apresentado como algo inerente à espécie humana. O território reflete a dinâmica do capital, em sua paisagem, e por causa disso abre um leque de inquietações que possibilitam uma análise geográfica sobre o trabalho. Na visão de Thomaz Jr. (2011):

O trabalho é um tema permanente da Geografia, sob a forma de duplo nível articulado de existência, o metabolismo homem-meio e a regulação sociedade/espaço, nos cabe refletir os limites analíticos e explicativos de um corpo científico que se propõe apreender a dialética existente entre a dinâmica geográfica do fenômeno do trabalho e o fenômeno geográfico como dinâmica do trabalho, diante das transformações territoriais em marcha, da intensa fluidez da paisagem geográfica (THOMAZ Jr., 2011, p. 111).

Esse autor considera que, embora na ciência geográfica tenha havido avanços significativos na produção intelectual, no que se referen à categoria trabalho ainda não há uma equidade entre:

[...] conteúdo e a dinâmica dos rearranjos espaciais e territoriais do metabolismo do capital. Entendemos que através da operação das categorias de base da Geografia (lugar, paisagem, território e espaço), poderemos apreender as faces da estrutura espacial e os seus recortes territoriais, enquanto materialidade locacional do domínio espacial do fenômeno, vistos, pois, a partir de dois momentos articulados, o da dimensão metabólica do trabalho em relação à natureza, e a dimensão da regulação sócio-espacial (THOMAZ Jr., 2011, p. 112).

Com o advento da industrialização e, conseqüentemente, das transformações socioespaciais que ocorreram desde então, o trabalho sofre alterações e se reorganiza, moldando-se ao sistema capitalista. Na contemporaneidade, o

capitalismo traz, no seu bojo, novas formas de organização, sejam materiais ou imateriais, as quais (re)desenham na paisagem novos arranjos territoriais. Neste contexto, o trabalho, o qual reproduz o capital, é compreendido na análise de Thomaz Jr. (2011):

[...] como expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza, sendo que nesse seu ir sendo ou em seu vir a ser, está inscrita a intenção ontologicamente ligada ao processo de humanização do homem. A dupla linha de ação entre a ideação, a previsibilidade (a finalidade), enfim a teleologia (inexistente na natureza), e a materialidade fundante (causalidade), formam uma conexão interativa que solda a práxis ontológica do trabalho diante do agir societal (THOMAZ Jr., 2011, p. 112).

Ao tempo em que o trabalho se articula com o território, materializando-se no mesmo, surgem novas configurações socioterritoriais, que trazem, no seu bojo, diversas relações de trabalho, a exemplo do trabalho informal. Esse termo, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), toma a unidade econômica como ponto de partida. Tal unidade é caracterizada pela produção em pequena escala, pelo nível de organização e pela quase inexistente separação entre capital e trabalho – critérios que também embasa os estudos realizados pelo Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC) da OIT. A visão da OIT parte do pressuposto de que “todos os trabalhadores ocupados nas unidades econômicas com estas características são informais, sem entrar no mérito de possíveis exceções” (JAKOBSEN et al, 1996, p. 7).

Ruy Moreira (2002) apresenta teses para a categoria trabalho e enfatiza que, na Geografia, precisa-se pensar numa proposta de linha de pesquisa alcunhada de Geografia do Trabalho. Conforme esse autor, duas abordagens são fundamentais para a análise da categoria trabalho:

- » a relação homem-meio, que tem como base as categorias de La Blache, *habitat* e *gênero de vida*. Essa relação é vista como ato transformador e suas análises têm enfoque na economia espacial;
- » a relação de organização espacial da sociedade com foco na sociologia e na economia espacial.

O trabalho é caracterizado como uma forma de mediação e, na contemporaneidade, numa análise geográfica a categoria trabalho se apresenta como forma concreta de conteúdo.

Nesse contexto, Ruy Moreira (2002b) apresenta as teses para a Geografia do Trabalho, em que o trabalho:

- » deve ser focado sob a forma de duplo nível de existência: o metabolismo homem-meio e a regulação sociedade-espço;
- » e a regulação sociedade-espço é o plano de materialidade normativa daquela relação mais ampla, na micro e na macro escala dos grandes espaços, isto é, da empresa quanto da nação, da reprodução das relações de produção, igualmente pensada para a economia política do espaço.

Nessa relação de reprodutibilidade, a sociedade estruturalmente se produz ao mesmo tempo em que produz seu território; sendo assim, o modo de produção da sociedade é o modo de produção de seu território e o reflexo das relações espaciais. O território e o trabalho atuam como categorias por excelência da regulação – fala-se aqui da regulação espacial tanto da relação dos homens em sociedade quanto das convivências territoriais (SANTOS, op. cit. 1997).

O embasamento nas teses do trabalho e no entendimento conceitual do território permitem aos geógrafos deter o olhar sobre o trabalho e sobre as relações existentes no território, evidenciando a possibilidade de análises múltiplas. Inclusive, a possibilidade de questionamentos do papel do trabalho e sua relação com fenômenos socioeconômicos, suas funções, a forma como revela o território e o dinamismo econômico, social, político, técnico e cultural desse.

Dada a coexistência entre a dinâmica do trabalho e a dinâmica do território; a variabilidade de fenômenos entre trabalho e território no contexto socioeconômico; convém perguntar-se em que medida o trabalho domina, ou não, sua inscrição no território.

Para tal análise, o esforço do pesquisador deve se concentrar nas escalas temporal e espacial, o que lhe permitirá analisar desde rupturas até simples inserções e possíveis transformações do trabalho – e, destarte, executar o estudo da dinâmica socioespacial do territorial analisado.

No sistema capitalista contemporâneo, a expressão "mundo do trabalho" está em debate em consequência das mudanças nas formas de organização e da evolução do trabalho decorrente da reestruturação produtiva – questão que engloba expressões como trabalho flexível, trabalho formal, trabalho informal, trabalho precarizado, trabalho domiciliar e trabalho terceirizado, as quais vêm sendo analisada à luz da globalização. Nessas concepções, o trabalho é reeditado; produz e difunde novos arranjos territoriais, novas formas de organização nas relações capital-trabalho e no modo de ser dos trabalhadores (HARVEY, 2011).

Nesse sentido, Antunes (1999, 2005) aborda as questões do mundo do trabalho, na contemporaneidade, em face da reorganização do capital, focalizando a reestruturação, a produção e a jornada do trabalho entre outros fatores que envolvem a categoria. Nesse contexto, o autor afirma que para explicar o trabalho implica entender o trabalhador assalariado que se encontra carente dos meios de produção.

#### **1.4 Território e políticas públicas**

As políticas públicas têm no território a materialização das ações eleitas conforme sua natureza e as demandas da sociedade. Segundo Celina Souza (2003), do ponto de vista teórico-conceitual:

[...] a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade (SOUZA, 2003, p. 25).

Por conseguinte, entende-se porque estudiosos de diversas áreas, como economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas, compartilham do interesse comum sobre o assunto políticas públicas e seguem contribuindo para progressos teóricos e empíricos.

As políticas públicas, para estimular o desenvolvimento territorial, são promovidas pelos governos federais, estaduais e municipais, visando a atender as necessidades de dado grupo social. O Brasil vivencia, atualmente, um crescimento das políticas de desenvolvimento territorial. Essas, segundo a visão de Faleiros (2005), se constituem como medidas de política social e têm o território como lócus de sua construção e articulação. Consistem, ademais, na intervenção do Estado com vistas à implantação de assistência, de previdência social, de prestação de serviços, de proteção jurídica, de construção de equipamentos sociais e de subsídios.

As políticas públicas têm, na atualidade, uma faceta de relevante para a análise socioespacial. A implantação (viabilização e execução) dessas políticas atende a vários pré-requisitos, sendo um deles a divisão territorial – seja nacional ou estadual –, a qual é realizada com base em critérios e atende a objetivos estabelecidos por um determinado grupo social. A implantação das políticas é realizada por órgãos públicos, com o objetivo de desenvolvimento da região/território, isto é, visam a resolver as desigualdades regionais e atender as demandas da sociedade.

No caso brasileiro, há especificidades caracterizando esse processo historicamente na conjuntura espacial e política do país. A política estratégica fomentou, ao invés de integrar, um agravamento das desigualdades regionais, as quais foram consequências das diferentes (ou inexistentes, em alguns casos) políticas públicas territoriais. Tais políticas se assentam em fundamentos econômicos, e sobre tal aspecto são direcionadas a atender e a reproduzir anseios e interesses das classes dominantes, as quais, por sua vez, controlam o capital e sua reestruturação espacial (TEIXEIRA, 2002).

O território, segundo Santos (1997), também é tido como sinônimo de espaço geográfico, local onde se consolidam as afinidades entre indivíduos e grupos sociais; onde se constitui o lócus de exercício de poder, pois supõe assimetrias na posse dos recursos e das estratégias políticas (CASTRO, 1995).

A amplitude socioespacial pode ser analisada sob um recorte que abrange atuações públicas com incidência territorial. Nesse sentido, as atuações públicas são entendidas como políticas públicas e constituem instrumentos de ação governamental. Como observa Bucci (2002, p. 241): “[...] são programas de ação

governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados”.

Existe um elemento objetivo e finalístico na ideia de política pública como “programa de ação governamental para um setor da sociedade ou um espaço geográfico” (MULLER; SUREL, 1998, p. 16), buscando a concretização de determinados objetivos e metas.

Para Teixeira (2002), políticas públicas são definidas como um conjunto de “diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado” (Ibidem, p. 2). O autor enfatiza que são “políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos” (Ibidem). Corroborar-se com o autor, sobre a incompatibilidade entre as demandas e respostas das ações desenvolvidas. Há, ademais, as contradições. O autor entende que “devem ser consideradas também as não ações, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos” (Ibidem). Bucci (2002, p. 264), por sua vez, revela que as políticas públicas podem ser definidas como “processo ou conjunto de processos que culmina na escolha racional e coletiva de prioridades, para a definição dos interesses públicos reconhecidos pelo direito”.

Para além da definição de políticas públicas, Teixeira (2002) formula o seguinte pensamento:

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais (TEIXEIRA, 2002, p. 4)

Portanto falar em políticas públicas remete à categoria poder que se materializa, no território, nas práticas territoriais dos diversos agentes sociais e, consequentemente, na territorialidade que se entende como o acontecer do cotidiano (SANTOS, 2000).

Observadas como instrumentos que compõe a ação governamental, as políticas públicas são destacadas por Bucci como programa governamental relevante em que a realização (BUCCI, 2002, p. 241), adoção de políticas públicas, buscando melhor qualidade de vida, implica em repensar o modelo de desenvolvimento – desenvolvimento das relações sociais, espaciais e econômicas – e o papel do direito como propulsor do direito ao território.

As redes e comunidades de políticas públicas representam o conjunto de relações existentes entre grupos de interesse, no sentido amplo desta palavra. Dessas redes e comunidades podem fazer parte: firmas, grupos profissionais, movimentos sociais e o Estado (DIAS, 2004). As noções de redes se fundamentam na premissa de que o processo de produção de políticas públicas é quase sempre fragmentado e pode mobilizar um grande número de atores privados organizados.

O poder se relaciona, direta e indiretamente, no território, pela análise de redes e também das relações que aquele materializa no território. Na análise de Teixeira (2002), o poder:

É uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia (TEIXEIRA, 2002, p. 6).

Para que a sociedade saiba participar das práticas de políticas públicas, é necessário que se tenham definidas as responsabilidades de cada agente social e a participação dos grupos, com ênfase nas definições de ações. Para Teixeira (2002), tais definições “são relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente” (TEIXEIRA, 2002, p. 2), as quais têm como objetivo atender a demanda de certos segmentos da sociedade, especialmente aqueles carentes ou marginalizados; ampliar e regularizar direito(s) do cidadão, como grupo e como indivíduo; bem, como promover o desenvolvimento do território. Assim, temos – conforme as demandas – políticas públicas de cunho econômico, social, cultural, dentre outras.

Além de objetivos e diretrizes, as políticas públicas também são analisadas conforme sua atuação. Nesse sentido, Teixeira (2002) considera os seguintes critérios:

- a) A natureza ou grau de intervenção: estrutural, ou conjuntural, ou emergencial;
- b) A abrangência dos benefícios: universais, segmentais e fragmentadas;
- c) Os impactos que trazem aos favorecidos: distributivos, redistributivos e regulatórios (TEIXEIRA, 2002, p. 4). Adaptado.

Pela natureza, pela abrangência e pelos impactos, as políticas públicas revelam para a sociedade sua atuação; definem em que território são visíveis; por qual poder (municipal, estadual ou federal) elas foram formuladas. Assim, podem ser analisadas e relacionadas com as categorias território e sociedade pelo viés do desenvolvimento territorial.

A dinâmica do território, analisada por meio das atividades socioeconômicas, socioambientais, sociopolíticas e socioculturais, bem como por meio da dimensão tecnológica da sociedade, deve ser abordada com o embasamento de categorias analíticas para a concepção de estudos socioespacial, considerando-se o entendimento delimitado dessas categorias e sua contextualização temporal. Para tanto, foi eleita a categoria território como principal e, subsidiariamente, consideradas outras, a saber: rede, trabalho informal e trabalho domiciliar, precarização, política pública correlacionando-as e integrando-as às atividades que dinamizam o território.

A questão do território é abordada, nesta pesquisa, no contexto socioespacial produzido pelas relações de produção resultantes da pirotecnia, especificamente do do traque. O território pode ser explicado a partir do trabalho e do processo histórico da sociedade, e a sua análise, embasada no desenvolvimento das técnicas, dá a compreensão dos aspectos de sua multidimensionalidade, bem como remete a uma visão de sua dinamicidade. Para além de categorias geográficas, buscou-se utilizar o conceito de políticas públicas e sua relação com o território para uma abordagem multiterritorial.



A discussão conceitual tem como objetivo mostrar a multidimensionalidade do território e oferece aporte teórico que subsidia uma abordagem socioespacial com base nos conceitos expostos.

O debate sobre as categorias de análise não tem a pretensão de esgotar a discussão conceitual e, sim, traz o objetivo de apreensão dessas categorias à luz das relações existentes na atividade de produção de fogos de artifício, em Santo Antonio de Jesus, evidenciando nuances, peculiaridades e singularidades da mesma. Para tanto, as reflexões de geógrafos, a exemplo de Santos, Raffestin, Haesbaert, dentre outros, se constituem suporte conceitual. Portanto, o olhar foi dirigido sobre o "território de fogos", denominado de território fogueteiro.

## 2 DEFLAGRANDO A METODOLOGIA

É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separava do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta.

Simone de Beauvoir

### 2.1 A opção pelo método

Com o objetivo de analisar o processo de produção de fogos de artifício, contextualizado na dinâmica regional do Recôncavo, especificamente, na cidade de Santo Antonio de Jesus/BA, realizou-se, neste estudo pesquisa de campo, investigações sobre as trabalhadoras de estalo de salão, ou traque de bater no chão, ou simplesmente traque. A metodologia traçada para este trabalho teve como suporte a realização de entrevistas e questionários com agentes sociais, observações *in loco*, ademais gravações de narrativas e registros fotográficos em lugares onde se concentram a produção de fogos de artifício.

A partir de abordagens particulares da realidade é possível chegar à generalização, pelo método indutivo. Em paralelo, a análise de um quadro mais universal permite que se atente às especificidades locais, pelo método dedutivo. A abordagem dialética enxerga o mundo como um espaço em constante transformação e, por isso, qualquer método investigativo desta realidade deve-se fundamentar nas incertezas e nas contradições. Tais abordagens foram adotadas para realizar o estudo socioespacial da atividade de produção de fogos e embasadas nelas, analisar a produção territorial. Para tanto, é relevante o entendimento da trama de ações, dos conflitos e das contradições que envolvem o território.

Para a consecução dos objetivos propostos, optou-se por abordagens e instrumentos de perspectivas tanto qualitativa (análises dados) quanto quantitativa (percepção espacial) para melhor interpretar o território. Santos (1988) corrobora a defesa da utilização dessas várias perspectivas, ao afirmar que “o fenômeno humano é dinâmico e uma das formas de revelação desse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado” (SANTOS, 1988, p. 41).

A abrangência da proposta, a complexidade e dimensão do objeto de pesquisa levaram ao pluralismo metodológico. Trata-se, afinal, de uma pesquisa acadêmica que não busca somente resultados quantitativos, pois as ações de atores sociais de um dado território refletem, também, qualitativamente em um lugar. Assim, fez-se necessário utilizar metodologias que buscassem conhecer os mais diversos aspectos da produção de fogos de artifício, suas políticas públicas territoriais, bem como desvendar as relações entre a atividade pirotécnica no território fogueteiro e os atores sociais: individuais e coletivos.

Como procedimentos, utilizaram-se a análise documental, questionários, entrevistas, observações *in loco*, gravação de narrativas e registros fotográficos. O método qualitativo, o qual foi privilegiado na pesquisa, foi o apoio essencial para entender a complexidade do mundo do trabalho fogueteiro e para analisar as singularidades e idiosincrasias dos agentes envolvidos. A afirmativa de Minayo (2001) traduz a gama de possibilidades na abordagem qualitativa:

A pesquisa qualitativa responde por questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com o nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 21-22)

Do universo pesquisado, optou-se por trazer, como categorias fundantes da pesquisa, o território e a análise da dinâmica a partir da produção de fogos de artifício e do mundo do trabalho. Destarte, a compreensão da dinâmica desse sistema ocorre por meio da análise da estrutura, da forma, da função e do processo instalados no espaço (SANTOS, 1988). Utiliza-se essa metodologia com a intenção de atingir um resultado que possa ser referência para o estabelecimento de alternativas de estratégias que resultem no desenvolvimento socioterritorial.

É pertinente ressaltar que, devido à natureza de risco eminente de acidente na atividade pirotécnica e devido ao fato de a mesma se encontrar, em Santo Antonio de Jesus (território da pesquisa), no campo da informalidade e/ou da clandestinidade, houve dificuldades para obter informações referentes à dinâmica da produção de fogos e ao labor das mulheres. Muitas vezes, as pessoas sentiam-se desconfortáveis – fosse pelo estado da clandestinidade, fosse por receio de

represálias daqueles que comandam a rede de produção de fogos de artifício da cidade. Houve desconforto também quanto aos registros fotográficos, por isso, a opção foi deixá-las à vontade. Com as crianças foi adotada a mesma ressalva. Para resguardar a identidade dos agentes envolvidos com a atividade pirotécnica, optou-se por nomeá-los de: produtor, trabalhador/trabalhadora e empresário, expondo somente aqueles que ocupam cargos em órgãos públicos, devidamente autorizados.

## 2.2 Dispositivos metodológico

A escolha da abordagem leva o pesquisador, inicialmente, a definir os suportes técnicos que serão usados em seus trabalhos, de acordo com a necessidade da pesquisa. Contudo, com o andamento dos trabalhos, surgiram outros elementos e, quando se fez necessário, esses foram analisados, porém sem se perder de vista a proposta original. A investigação foi contínua com os seguintes planos de amostragem:

- » Região de Território de Identidade – Recôncavo –, especificando sua cidade central: Santo Antonio de Jesus. Uma amostra não probabilista ou intencional.
- » Agentes sociais do território:
  - gestores (membros de órgão municipal);
  - empresários (produtores de fogos de artifício);
  - trabalhadoras;
  - entidades representativas (associações, órgãos empresariais) e
  - lideranças políticas.

Diante dessas amostras, foram escolhidos os dispositivos:

- » Pesquisa documental e bibliográfica;
- » Pesquisa de campo para a observação direta intensiva e coleta de dados primários:
  - Entrevistas: Foram realizadas 10 (dez) entrevistas semiestruturadas com os seguintes segmentos: produtores/comerciantes, gestores,

empresários, lideranças políticas, Sindicato da Indústria de Produção de Fogos de Artifício (ASFOGOS); Membro do Movimento 11 de Dezembro;

- 40 Questionários aplicados a trabalhadoras que confeccionam estalo de salão/traque, além da gravação de narrativas; e
- Observações *in loco*: registro de fotografias, observações e percepções sobre o sujeito e objeto da pesquisa.

A pesquisa de campo foi desenvolvida concomitantemente com a produção do texto no período de junho de 2014 a junho de 2015 – num ir e vir –, o que enriqueceu o trabalho.

## 2.3 Percursos metodológico

A pesquisa, que teve como agentes as trabalhadoras fogueteiras, em número aproximado de 2.000 mulheres que trabalham em suas residências e foi desenvolvida em três fases distintas:

### *Primeira fase: O pré-campo*

Nessa fase, empreendeu-se a análise e o diagnóstico socioeconômico da região. Para tanto, foram realizados:

- » Levantamento de dados, informações e análise do material bibliográfico e documental (Leis, Normas e Regimentos). As fontes documentais tiveram origem em instituições e órgãos públicos e privados, a saber: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Serviço de Apoio às Micro e Pequenas empresas (SEBRAE), Ministério da Defesa - Exército Brasileiro, entre outros. O material foi acessado tanto de forma impressa, quanto virtual através de sites específicos;

- » Levantamento e análise dos recursos audiovisuais existentes (fotografias convencionais, documentários, jornais), com determinação das escalas temporal, espacial e operacional do trabalho;
- » Visita técnica de reconhecimento da área de estudo e levantamento de cenários;
- » Caracterização das potencialidades dos usos múltiplos do território referente a produção pirotécnica realizada por levantamento e análise dos aspectos jurídicos e institucionais referentes à área de estudo no tocante as "empresas" de produção de fogos de artifícios.

Os produtos dessa fase contribuíram para a formação do banco de dados, para a análise socioespacial, e a ampliação do olhar para o objeto de estudo — a produção de fogos de artifício em Santo Antonio de Jesus. A modelagem preliminar dos cenários territoriais foi resultado dessa etapa e subsidiou a fase seguinte.

#### *Segunda fase: O campo*

Nessa fase, a ênfase foi dada à avaliação, à análise do sistema de produção, os tipos de produto e à discussão analítica. Buscou-se a “visão holística dos fenômenos, isto é que leve em consideração todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas” (ANDRÉ, 2005, p. 17). O trabalho de campo buscou enfatizar menos o produto e mais o processo de produção de fogos e para tal direcionou a proeminência para o mundo das trabalhadoras fogueteiras. Na pesquisa de campo foram utilizados os seguintes procedimentos:

- » observações *in loco*;
- » aplicação de questionário;
- » entrevistas e narrativas;
- » registro de fotografias.

As atividades da pesquisa de campo permitiram analisar as políticas territoriais, as teias da atividade e estabelecer cenários dos territórios fogueteiros. A estimativa segundo a Associação dos Produtores de Fogos de Artifício

Santantaniense – ASFOGOS, de que mais de 2 (duas) mil mulheres atuam na produção de estalo de salão/traque.

*Terceira fase: O pós-campo*

Nessa fase, o momento da escrita, procedeu-se da seguinte forma quanto aos dados:

- » interpretação;
- » sistematização;
- » definição dos achados;
- » formalização da escrita.

Ressalta-se que nas entrevistas e narrativas escolheu-se manter a regência e as construções sintáticas tal qual foram elaboradas, sem sinalizações de desvio, por acreditar-se que a norma padrão de uso da língua portuguesa, embora desejada no âmbito acadêmico, não contempla a realidade dessas mulheres. Ademais, escolheu-se não sinalizar esses desvios por julgar que esse conceito é relativo: embora estranhos na linguagem formal, os "desvios" apresentados, em se contemplando a realidade do território fogueteiro, são com efeito marcas da fala daquela comunidade (BAGNO, 2002).

### 3 CONSTRUINDO UMA PONTE ENTRE O SABER E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

A busca da verdade está sempre ligada a uma decepção, a uma desilusão, a uma dúvida, a uma perplexidade, a uma insegurança, ou então, a um espanto e uma admiração diante de algo novo e insólito.

Marilena Chaui

A produção do espaço apresenta-se, no território, como resultado do processo histórico de ocupação humana, marcada pela economia, pela cultura, pela política e pela técnica. Como afirma Santos (1994), “a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica (Ibidem, p. 26), por conta das complexidades decorrentes da ocupação humana. Planejamento territorial e regionalização são ações que, concomitantemente, caminham de forma indissociável, no que se refere às políticas públicas.

Nesse sentido, enquadra-se o espaço baiano, com divisões territoriais, em tempos distintos, para atender às finalidades de planejamento da administração pública, bem como para a implantação de políticas públicas em seus diversos segmentos. Para se entender as diversas regionalizações, faz-se necessária uma discussão, mesmo que breve, sobre a dinâmica regional.

A modernização do país, a partir da década de 1950, do século XX, foi incrementada com a industrialização. Esse processo levou o estado a planejar o espaço pensando, a princípio, na integração regional. Posteriormente, culminou com a aplicação de políticas públicas no território nacional, como a política que determinou a implantação de rede rodoviária, na década de 1960, com o objetivo de integrar o espaço por meio da pavimentação da Rio-Bahia, BR-116, em 1963, e a pavimentação da BR-101 em 1971. Estando o poder centralizado na esfera federal, as políticas públicas foram direcionadas conforme as diretrizes da política nacional, o que torna as regiões brasileiras subordinadas aos comandos federais.

Na década de 1970, com o entendimento de que seria mais eficaz potencializar a autonomia dos Estados, na gestão territorial, foram criados órgãos de planejamento estaduais. Efetivamente, isso também ocorreu no Estado da Bahia,



com o propósito de regionalizar os territórios para atender ao direcionamento e às ações de políticas públicas.

A regionalização é um instrumento que consiste em delimitar um espaço para fins de planejamento – político, econômico, tecnológico, cultural – de políticas para o crescimento e desenvolvimento do território. O planejamento é uma das ações para se conduzir as políticas públicas e assim se alcançar o desenvolvimento territorial. O desenvolvimento territorial tem, no seu bojo, a acepção das políticas públicas as quais organizam o território. Em virtude da “dinâmica espacial – instável, descontínua, acelerada” (CARVALHO, 2014), as regionalizações, periodicamente, tornam-se defasadas, o que impõe reorganizações no território (FRANÇA, 2011).

Em cada um dos estados brasileiros, a reorganização do território acompanha as diretrizes de políticas nacionais. Destarte, a regionalização não só determina diretrizes para o planejamento territorial como também tem papel científico, por proporcionar à ciência geográfica tanto reflexões teóricas quanto proposições, além de permitir aprimorar-se e difundir-se o conhecimento sobre o território, explicar sua dinâmica (TOMASONI, 2000). Embora o propósito desse estudo não seja analisar as regionalizações estabelecidas no Estado, é relevante ter uma breve síntese dessas regionalizações, contextualizando Santo Antonio de Jesus, por compor esse espaço o objeto da nossa pesquisa, como território fogueteiro.

### **3.1 Um panorama histórico das regionalizações do Estado da Bahia**

Com extensão territorial de 567.692 Km<sup>2</sup>, o Estado da Bahia apresenta divisões territoriais, constituindo arranjos distintos, as quais são embasadas em conceitos históricos, fisiográficos e em processos geoeconômicos. O órgão competente para tal fim é a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), onde se encontram os registros oficiais (Quadro 1)

Quadro 1

## Regionalizações do Estado da Bahia e o contexto de Santo Antonio de Jesus/BA

<b>Tipos de Regionalização</b>	<b>Regulamentação</b>	<b>Carater Funcional Especificações</b>	<b>Posição de Santo Antonio de Jesus</b>
<b>1 - Regiões Administrativas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O estado da Bahia é dividido em unidades administrativas.</li> <li>- Criada, em 1966, pela Lei 2321/66, e revista, em 1973, pelo Decreto 23.731/73, e, em 1983, pelos Decretos 29.586 e 29.707/83, determinando 27 Regiões Administrativas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Divisão para planejamento administrativo e implementação de políticas públicas para fins de execução de programas de desenvolvimento, com o objetivo de “minimizar” as desigualdades regionais, nacionais e estaduais. Apresenta uma funcionalidade sobre o espaço, bem como perspectivas de desenvolvimento, maior dinâmica e viabilidade do transporte inter-regional. Vislumbrou um dinamismo econômico dos centros e subcentros urbanos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Santo Antonio de Jesus é a Região Administrativa n.º 04.</li> </ul>
<b>2 – Eixos de Desenvolvimento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Eixos de Desenvolvimento com base nas Mesorregiões Geográficas e Microrregiões Geográficas, redefinidas, em 1990, pelo IBGE. Publicadas no Boletim de Serviço da Instituição nº. 1.774, a partir da Resolução de Circulação interna, nº 11, da Presidência do IBGE, de 5.06.1990.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O arranjo territorial foi determinado por três dimensões: o processo social, o quadro natural e a rede de comunicação, respectivamente, como fatores determinantes, condicionantes e elementos de articulação.</li> <li>- Tem, no Plano Plurianual (PPA), o instrumento orçamentário que estabelece as diretrizes, objetivos e metas de planejamento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Santo Antonio de Jesus é polo regional por ter atividades que promovem interações territoriais.</li> <li>- É denominada capital do Recôncavo.</li> </ul>
<b>3 – Regiões Econômicas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O estado foi dividido em 15 regiões geoeconômicas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sistematiza informações básicas, como indicadores econômicos e sociais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recôncavo Sul.</li> <li>- O município é sede da Região Econômica de número 03.</li> </ul>
<b>4 – Território de Identidade – TI</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criado pelo Decreto Estadual 12.354 de agosto de 2010.</li> <li>- Baseado nas políticas federais: Territórios Rurais e Territórios de Cidadania.</li> <li>- A atual regionalização dividiu o estado da Bahia em 27 unidades territoriais.</li> <li>- Utilizada atualmente pelo Governo do Estado como unidade de planejamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Com base nos conceitos de pertencimento e de identidade, a regionalização derivou do Ministério de Agricultura. Tem como finalidade direcionar as políticas para promoção do estado.</li> <li>- Foi concebida, a partir dos arranjos sociais locais de cada região, como critério para o desenvolvimento econômico e com o objetivo de implementar as políticas públicas do Estado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Território do Recôncavo – Território de nº 21.</li> <li>- A cidade de Santo Antonio de Jesus é centro dinamizador, com atividades que impulsionam o comércio e o serviço.</li> </ul>

Fonte: SEPLAN (2014). Elaborado pela autora.

Nessa pesquisa aborda-se a regionalização apontada no Quadro 1, número 4 – Território de Identidade (TI) –, e utilizada atualmente pelo governo do Estado como unidade de planejamento (Figura 1).

Figura 1  
Estado da Bahia  
Territórios de Identidade



Fonte: SEI/CEDETER (2011)

Para análise da dinâmica socioespacial, como é o caso, é necessário utilizar a atual regionalização, pois, geralmente, as políticas públicas obedecem ao arranjo de

divisões em vigor, tendo em vista que os dados, normalmente, estão disponíveis conforme as regionalizações oficiais.

O Governo do Estado, por meio da Secretaria do Planejamento (SEPLAN) juntamente com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), divide o estado em 27 unidades territoriais e considera o Território de Identidade como:

O agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos e reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial (SEPLAN, 2007).

Tal regionalização (Figura 1) tem, conforme definida no seu decreto de criação, a finalidade de:

Colaborar com a promoção do desenvolvimento econômico e social, em consonância com os programas e ações dos governos federal, estadual e municipal” e elaborar estratégias de desenvolvimento territorial, a saber: a) a integração e compatibilização de políticas públicas com base no planejamento territorial; b) a ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos territórios; c) a valorização das diversidades social, cultural, econômica e geográfica das populações (SEPLAN, 2007).

O conceito de território, que alicerça a regionalização, é definido como:

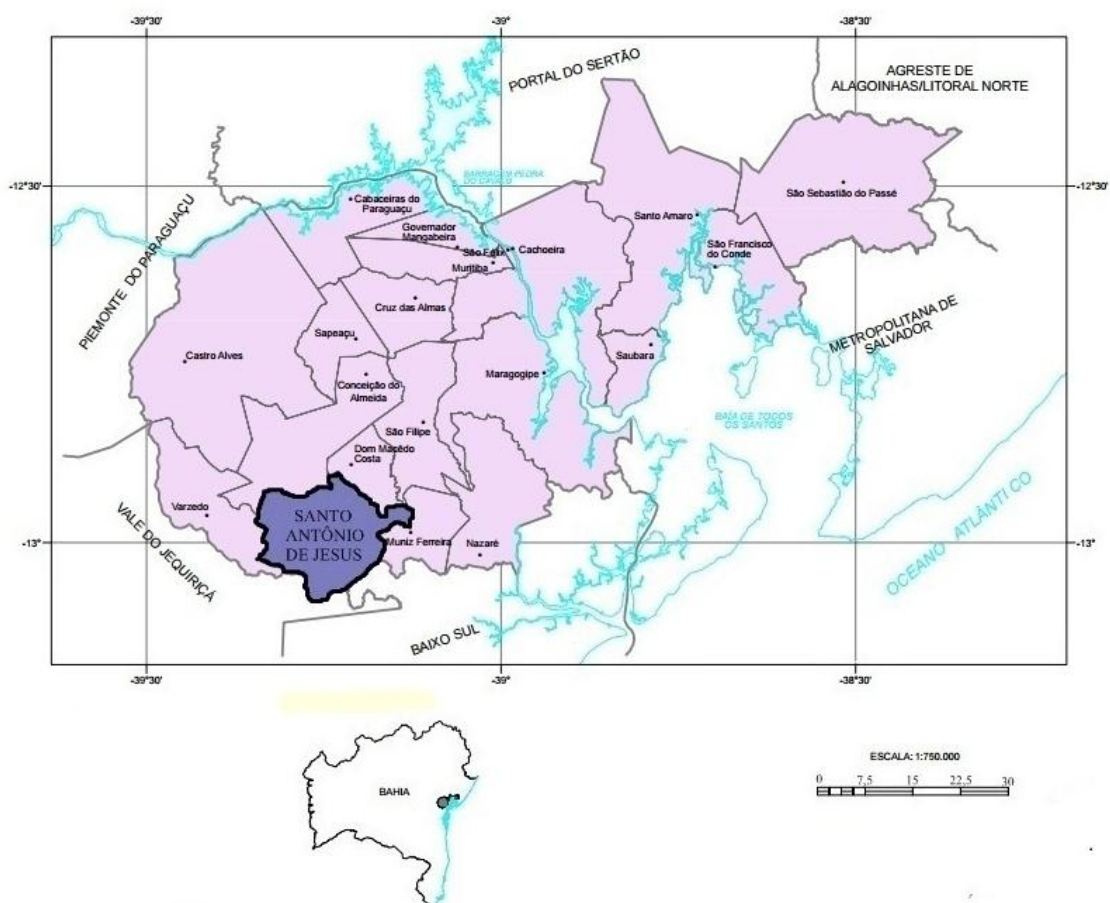
Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial (SEPLAN, 2007).

O conceito traz, no seu bojo, o objetivo de identificar particularidades econômicas e singularidades culturais, definidas por temáticas específicas, revelando a realidade local. Visa, ademais, a promover políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento territorial em consonância com a vocação do território.

### 3.2 Recôncavos como Território de Identidade

Dentre os vinte e sete Territórios de Identidade (TI), o de número 21 é o Território do Recôncavo, composto por 20 (vinte) municípios: Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, D. Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara, Varzedo e Santo Antonio de Jesus (Figura 2).

Figura 2  
Santo Antonio de Jesus/BA no Território do Recôncavo



Fonte: SEI (2010)

As mudanças temporais, decorrentes do processo de ocupação histórica, constituíram o Recôncavo como território de produção de riquezas, com especificidades e singularidades, conferindo multiterritorialidades com distintas formas de vida. As atividades agrícolas, artesanais, industriais, comerciais e culturais traduzem vários “Recôncavos”, que animam o território e lhe conferem distintas dinâmicas socioespaciais.

Em relação à produção econômica do Recôncavo, essa ocorre concomitantemente à produção do espaço baiano – em que o capital cria e recria territórios (os quais apresentam padrões e dinâmicas territoriais em virtude de suas produções econômicas) com velocidade e com vistas à transformação de áreas em mercadorias a serem consumidas. Ao longo da história tornou-se fácil observar momentos de apogeu e de decadência de territórios, resultantes das características implementadas pelas atividades econômicas.

A configuração socioespacial do Território do Recôncavo foi produzida historicamente pelas dinâmicas da produção dos ciclos econômicos e da reprodução do capital, que evidencia(ra)m diferenciações funcionais nesse território. Tais dinâmicas fizeram emergir demandas provenientes da articulação entre fixos e fluxos em nível regional, nacional e internacional (BOMFIM, 2006). Segundo Santos (1994), pode-se designar como fixos os elementos fixados em cada território; elementos os quais admitem ações que são modificadas por eles ao passo em que os mesmos também se modificam, recriando condições socioambientais. Por sua vez, os fluxos instalam-se nos fixos, circulam através de redes geográficas materiais – caminhos, estradas, rotas, etc. – e imateriais, como a transmissão de energia. Os fluxos estabelecem-se no território e imprimem ao mesmo significados e valor (SANTOS, 1994).

Do ciclo do açúcar aos dias atuais, passando pelo ciclo do petróleo, o Recôncavo reflete, em suas cidades, marcas socioterritoriais dos diversos momentos da ocupação, urbanização e industrialização, provocadas por ações e alterações socioeconômicas – fossem por políticas estaduais ou nacionais (PEDRÃO, 2007). Assim, em cada fase econômica, cidades emergem, destacando-se como polo regional ou centro regional, com relevâncias peculiares, atreladas à produção de mercadorias, advindas da reprodução do capital.

Com o declínio da economia açucareira, as cidades de Nazaré, Santo Amaro e Cachoeira perderam a hegemonia no território, pois, com o advento do ciclo agroindustrial de fumo e, em seguida, de cítricos, a cidade de Cruz das Almas emergiu como polo regional. Posteriormente, no final da década de 1950, com o descobrimento do petróleo no Recôncavo, destacou-se São Francisco do Conde. O que se notou foi a concentração de fixos e fluxos em determinadas localidades, sem a necessária implantação de políticas socioeconômicas, a instalação e a implementação de equipamentos designados para desenvolvimento socioespacial mais abrangente (PEDRÃO, 2007; RAMOS, 1990).

Por sua vez, Pedrão (2007) define o Recôncavo, majoritariamente, como um bolsão de estagnação econômica, de profunda desigualdade e pobreza crítica. A herança do sistema mercantil-escravista prolongou-se por fases de produção agrícola, num esquema bastante rudimentar e artesanal, predominantemente com mão de obra não qualificada. As políticas econômicas chegaram a se articular, por meio da produção, em seus diversos territórios, porém:

Apesar de se apresentar como uma região mais densa do Estado e das diversas iniciativas do poder público na modernização de parte da infraestrutura, como é o caso da rede de transportes, ainda assim, o Recôncavo não conseguiu produzir modificações significativas que lhe permitissem alterar o quadro social no qual se encontra: de marasmo e pobreza (BOMFIM, 2006, p. 61).

A pobreza prevalente só pode ser compreendida quando estabelecido o espaço-tempo da história na formação da região. Mesmo com a modernização do território, a partir da instalação de infraestruturas, tecnologias e redes técnicas modernas, pode-se afirmar que o quadro socioeconômico não evoluiu na mesma proporção, deixando no território resquícios do sistema colonial – tanto nas decisões econômicas e de poder quanto nas relações de trabalho (PEDRÃO, 2007).

O Recôncavo deve ser compreendido como um território marcado por grandes diferenças sub-regionais, apresentando-se com intensa complementariedade econômica, diversidade e continuidade cultural, decorrentes das implicações do passado colonial. Tais aspectos lhe confere características diferenciadas.

O Estado da Bahia, em 2010, contava com uma população de 14.016.906 habitantes, enquanto o Recôncavo abrigava 4,11% do contingente estadual de 576.672 habitantes.

Para o período de 2000 a 2010 a população do Estado da Bahia apresentou um acréscimo de 949.996 habitantes, correspondendo a um crescimento de 6,68%. Considerando os últimos quatorze anos, isto é, de 2000 a 2014, constata-se um incremento populacional bastante positivo, na faixa de 15,76% (Tabela 1).

Tabela 1  
Bahia  
População  
2000-2010

<b>Estado</b>	<b>População 2000 (hab)</b>	<b>População 2010 (hab)</b>	<b>População 2014 (hab)</b>	<b>Variação (%)</b>
Bahia	13.066.910	14.016.906	15.126.371	15,76%

Fonte: IBGE (2015). Organizado pela autora.

No Território do Recôncavo, em 2000, a população era de 539.929 habitantes, sendo que, em 2010, a população alcançou 576.672 habitantes, havendo, portanto, um acréscimo de 36.743 habitantes, o que correspondeu a 6,8% do total existente em 2000. Este crescimento foi inferior ao que ocorreu no Estado da Bahia, que, no mesmo período teve um acréscimo de 7,27% de sua população.

No Território do Recôncavo, no período de 2000-2010, seis municípios apresentaram crescimento da população superior à média do Estado e do Território, com destaque para São Francisco do Conde (26%); Santo Antonio de Jesus (18%) e Governador Mangabeira (15%), sendo que os dois primeiros se destacam pela dinâmica econômica, com reflexos na vida urbana. Por outro lado, quatro municípios apresentaram perdas populacionais, sendo maior em Muritiba (-6%) e Conceição do Almeida (-5%). Os demais municípios apresentaram crescimento embora em situação inferior ao Estado e ao Território, como reflexo da tendência que vem ocorrendo no Brasil de redução dos níveis de crescimento, voltada a estabilidade da população, com redução dos níveis de natalidade e de envelhecimento da população (Tabela 2).



Tabela 2  
Território do Recôncavo  
Variação da população  
2000-2010

Cidades	População 2000 (hab)	População 2010 (hab)	Variação (%)
Cabaceiras do Paraguaçu	15.547	17.327	11%
Cachoeira	30.416	32.026	5%
Castro Alves	25.561	25.408	-1%
Conceição do Almeida	18.912	17.889	-5%
Cruz das Almas	53.049	58.606	10%
D. Macedo Costa	3.748	3.874	3%
Governador Mangabeira	17.165	19.818	15%
Maragogipe	40.314	42.815	6%
Muniz Ferreira	6.941	7.317	5%
Muritiba	30.644	28.899	-6%
Nazaré	26.365	27.274	3%
Santo Amaro	58.414	57.800	-1%
<b>Santo Antonio de Jesus</b>	<b>77.368</b>	<b>90.985</b>	<b>18%</b>
São Felipe	20.228	20.305	0%
São Felix	13.699	14.098	3%
São Francisco do Conde	26.282	33.183	26%
São Sebastião do Passé	39.960	42.153	5%
Sapeaçu	16.450	16.585	1%
Saubara	10.193	11.201	10%
Varzedo	8.673	9.109	5%

Fonte: IBGE (2010). Organizado pela autora.

O crescimento da população em Santo Antonio de Jesus é consequência de diversos fatores, como a constituição de serviços na área de saúde e o comércio. O crescimento populacional tem alguns aspectos negativos, sendo um deles o aumento da mão-de-obra excedente que alimenta o mundo do trabalho informal.

Com relação à dinâmica populacional, Santo Antonio de Jesus registrou, segundo o IBGE (2010), uma população total de 90.925 habitantes, estimada para

2014, em 100.550 habitantes. A população urbana corresponde a 87,21% do total, enquanto a densidade demográfica é de 348,14 habitantes por km<sup>2</sup>, o que confere ao território santantoniense um adensamento populacional, concentrado na sede e, conseqüentemente, uma dinâmica territorial que gera demandas, em várias áreas, especialmente aquelas carentes de maior intervenção de políticas públicas (Tabela 3).

Tabela 3  
Santo Antonio de Jesus/BA  
População absoluta e relativa  
2000-2010

<b>População</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>	<b>Absoluta</b>	<b>Relativa</b>
Rural	11.123	11.685	563	5,06
Urbana	66.245	79.299	13.054	19,70
<b>TOTAL</b>	<b>77.368</b>	<b>90.925</b>	<b>13.617</b>	<b>12,92</b>

Fonte: IBGE (2010)

A partir dos anos 1950, com a descoberta do petróleo, aporta no Recôncavo, seguindo o modelo nacional, nova dinâmica. Marcos desse fenômeno foram a implantação, nos anos de 1950, da refinaria Landolfo Alves — criação da empresa Petróleo Brasileiro S.A (Petrobrás) —; do Centro Industrial de Aratu (CIA), nos anos de 1960; e do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), na década de 1970. Tais empreendimentos impulsionaram o sistema viário do Estado e geraram um quadro propício para a industrialização, com uma rede de circulação de capital, bens e serviços.

Políticas públicas viabilizaram a execução das diretrizes econômicas – com a criação de banco de fomento e de empresas para fornecimento de eletricidade e telefonia; abertura e pavimentação de rodovias. Associadas a essas iniciativas econômicas públicas, houve a criação e instalação da Comissão de Planejamento Econômico (CPE). Todas essas iniciativas impulsionaram o desenvolvimento do Recôncavo, contribuindo para sua transformação (PEDRÃO, 2007).

A partir dos anos de 1990, seguindo a política nacional, o Estado investiu em um novo arranjo industrial, contemplando a política neoliberal. Uma nova organização territorial econômica surgiu. Dessa feita, o Recôncavo se articulou com

a região metropolitana de Salvador. Algumas cidades se dinamizaram com a modernização, incrementando suas atividades comerciais e implantando serviços, como foi o caso de Santo Antonio de Jesus.

### 3.3 Dinâmica socioterritorial de Santo Antonio de Jesus/BA

O município de Santo Antonio já pertenceu a Nazaré, mas se desmembrou deste através da Lei 1.952, de 29 de maio de 1880. Com área territorial de 261,348 Km<sup>2</sup> e população estimada (em 2014) de 100.550 habitantes, o município de Santo Antonio de Jesus está localizado a 190 km de Salvador, por via terrestre – por meio da articulação entre a BR-101 e a BR-324 –, ou a 90 km, por via terrestre e marítima – pelas BA-001 e BA-245, chegando-se ao acesso que liga esse município a Nazaré, à Ilha de Itaparica e a Salvador pelos sistemas marítimos: ferry boat, catamarã ou lancha. O município configura-se como centro viário do Território do Recôncavo (Quadro 2). A modernização viária contribuiu para o crescimento urbano e de sua relevância regional, injetando-lhe maior dinamismo de pessoas e de fixos e fluxos, o que favoreceu o crescimento e o desenvolvimento de atividades econômicas (TOMASONI, 2000).

Quadro 2  
Santo Antonio de Jesus/BA  
Rede viária territorial

Rodovias	Ligações para outras cidades
BR-101	- Liga Santo Antonio de Jesus a Salvador pela articulação com a BR-324 - Liga Santo Antonio de Jesus ao Norte e ao Sul do país
BA-026	- Liga Santo Antonio de Jesus a Dom Macedo Costa - BR-101 – Liga Santo Antonio de Jesus a Amargosa
BA-046	- Liga Santo Antonio de Jesus a Amargosa e Brejões e a Milagres pela BR – 116
BA-120	- Liga Santo Antonio de Jesus a Castro Alves e Santa Terezinha
BA-245	- Liga Santo Antonio de Jesus a Nazaré e Bom Despacho, para Salvador via ferry boat, catamarã, lancha.

Fonte: DERBA (2015). Elaborado pela autora.

A dinâmica socioeconômica da cidade está associada às diferentes transformações ocorridas no espaço baiano, decorrentes da aplicação de políticas públicas em esferas federal, estadual e municipal.

O cenário socioeconômico, a dinâmica territorial e as relações com a atividade de produção de fogos de artifício de Santo Antonio de Jesus podem ser explicados com uso da periodização. Para tal fim, foram verificadas as atividades socioespaciais, em períodos distintos, entendendo-se que cada período revela a dinamicidade do território, suas características econômicas, sociais, políticas, tecnológicas e ambientais – e que essas, não só se traduzem em rede, quanto revelam as inovações técnicas ali materializadas.

A economia do município era, até antes da década de 1970, baseada em atividades agrominerais, porém a reestruturação e construção de rodovias ativaram as atividades secundária e terciária, especialmente o comércio e os serviços, que se intensificaram na década de 1980 e no final da década de 1990, respectivamente. Tais inovações criaram novos arranjos espaciais e, conseqüentemente, novas territorialidades, as quais se traduziram e se firmaram nesse espaço. Um exemplo é a atividade de produção de fogos de artifício.

A mobilidade e o alcance – aliados à localização, à proximidade da capital do Estado, de sua região metropolitana e de Feira de Santana (segunda cidade mais expressiva do Estado) são fatores que contribuem para a dinamicidade da cidade e do município. Analisando a conjuntura socioeconômica do município, podem-se definir dois períodos como marcos de desenvolvimento da cidade e do Território:

- » Período de 1880 a 1970 – O principal marco desse período refere-se à instalação da estrada de ferro, inaugurada em setembro de 1880 e desativada no início dos anos de 1970. A ferrovia integrou o município ao sertão e ao litoral, servindo de escoamento de produtos agropecuários, como feijão, farinha, banana, fumo, laranja, produzidos no município e em seu entorno, destinados também a outros Estados. Além disso, impulsionou a circulação das pessoas e dinamizou a cultura e a política, fato que incrementou o crescimento urbano-regional da cidade. Dois fatores foram importantes para a urbanização da cidade e a solidificação no cenário estadual: o ciclo do manganês e do fumo. O primeiro, que consistia na produção do manganês,

influenciou o surgimento da cidade e contribuiu para atrair pessoas à procura de emprego. Consequentemente, dinamizou as atividades econômicas e sociais, impulsionando o comércio. O segundo ciclo envolveu o cultivo do fumo, com grande fomento à instauração de firmas comercializadoras, bem como de um órgão público estadual, voltado para a atividade, o Instituto de Fumo. Ambos os ciclos apresentaram apogeu e declínio econômico materializados no território e nas características socioeconômicas da cidade. Em suma, a mola propulsora da economia, no período em tela, foi a produção mineral, com a extração do manganês, e a agricultura, com o cultivo do fumo e, posteriormente, o da laranja.

- » Período de 1970 até 2014 – O asfaltamento da BR-101 e a implantação das rodovias BA-245 e BA-026 contribuíram para o desenvolvimento da infraestrutura rodoviária. Depois do declínio das atividades agrominerais, foi a implementação dos empreendimentos viários que levou a cidade à posição de centro do sistema viário do território e, consequentemente, tornou atrativa para investimentos no setor terciário. Santo Antonio de Jesus desempenha funções de distribuição de mercadorias para suas vizinhanças, assim como atua como receptora da produção primária. Nesse contexto, a cidade emerge como centro regional no Território do Recôncavo, com um forte dinamismo no setor de comércio e serviços, especialmente, na área de saúde – com ampliação de serviços médicos criação ou reestruturação de clínicas especializadas, notadamente na área particular, implantação de hospital regional e outros feitos. Concomitantemente, o setor secundário também se desenvolve, embora de forma acanhada, com pequenas indústrias inaugurando um novo ciclo econômico, incluindo-se a indústria clandestina de fogos de artifício.

Santo Antonio de Jesus é denominada capital, polo ou centro regional do Recôncavo, por apresentar características que a colocam nesse lugar de referência econômica e por desenvolver atividades que promovem interações territoriais. A cidade dispõe de atividades no setor terciário; é contemplada por órgãos públicos; e encontra-se bem servida por rodovias, o que garante e facilita a mobilidade espacial,

com circulação de pessoas e mercadorias. Além disso, a reestruturação, a implantação e a implementação de bens e serviços, a exemplo de serviços educacionais universitários (UNEB, UFBA, FTC) contribuem para a dinamicidade socioespacial e o dinamismo da economia local.

Ao buscar-se a viabilidade desta pesquisa, procurou-se desvelar as relações existentes nos territórios de atuação da atividade de produção de fogos de artifício na cidade, ou seja, buscou-se evidenciar tanto a territorialidade, entendida como o acontecer da cotidianidade fogueteira no território, quanto o raio de alcance dessa produção no Recôncavo. A análise conduz a que se repensem os conceitos de limiar e alcance no território. O subsídio para tal adveio da Teoria das Localidades Centrais, de Christaller.

Dois conceitos se fazem necessários, na análise da distribuição espacial do produto: limiar e alcance. A definição de limiar refere-se ao “nível mínimo de demanda capaz de assegurar a produção de um bem ou a oferta de um serviço” (SILVA, 1990, p. 2). O alcance, por sua vez, diz respeito à “maior distância que a população se dispõe a percorrer objetivando adquirir um bem ou utilizar um serviço” (Ibidem). Esses conceitos permitem a explicação da territorialização e do raio de alcance dos fogos de artifício.

A relação entre limiar e alcance é diretamente proporcional. Ademais, esses são hierarquizados de acordo com a frequência da demanda, ou seja, os bens, serviços e produtos de uso mais frequentes são oferecidos até por localidades menores; por serem menos custosos, têm baixo limiar e alcance limitado. Por outro lado, aqueles com menor frequência de uso encontram-se em localidades maiores e apresentam alto limiar e alto alcance.

A teoria das localidades centrais, ou teoria de localização espacial de atividade, proposta por Christaller, em 1933, caracteriza-se como um modelo de análise espacial, tendo como fundamento o setor terciário de uma região economicamente desenvolvida e homogênea, bem como a distribuição espacial dos bens e serviços desse setor. Desde o momento em que foi proposto o modelo até os dias atuais, sucederam modificações no sistema capitalista, no modo de produção e distribuição dos bens e serviços. Essas modificações ocorreram especificamente nos países ricos e industrializados; sendo assim, faz-se necessário repensar a teoria para seu emprego na contemporaneidade (TOMASONI, 2000).

Como não é possível todas as cidades dispor dos mesmos equipamentos, assim, a forma como o capital, por meio do setor público ou privado, equipa uma determinada cidade depende de vários critérios, como a localização, o processo histórico de ocupação e sua evolução. Para tal fim é que o capital público utiliza a regionalização.

A cidade é mediada pelo raio de alcance que consegue atingir, na distribuição de seus produtos, ou receber, a partir do oferecimento de bens e serviços. Em seguida, é enquadrada em uma hierarquia, na qual figuram rótulos como o de centro maior (cidade de ordem superior), centro médio e centro inferior (cidade de ordem inferior). Esses diversos centros formam redes de conexão, que se ligam por meio de vias. A análise deve abranger o mercado, as redes, a hierarquia disposta sobre os arranjos espaciais no processo da economia capitalista, constando a economia tanto do setor formal quanto do informal (CORRÊA, 1997).

Reforçando o que foi dito anteriormente, a partir das transformações viárias ocorridas no Recôncavo, cujo tronco rodoviário movimentava um fluxo médio de 110 mil passageiros mensalmente, definiu-se um arranjo espacial e um dinamismo socioespacial nesse território, em que a cidade assume o papel de centro regional do comércio e dos serviços. Assim, polariza-se e cria-se uma nova dinâmica socioespacial, que tem, segundo o IBGE, uma população flutuante, originada das cidades circunvizinhas, a qual dinamiza o comércio e os serviços locais.

Os serviços são variados e oferecidos nos diversos setores da economia: desde os mais tradicionais, a exemplo de hotelaria, até os mais modernos, a exemplo de serviços de informática. A oferta de serviços, de forma geral, encontra-se aliada a órgãos públicos (Quadro 3). Santo Antonio de Jesus é o centro polarizador do Território do Recôncavo e, como tal, exerce influência sobre aproximadamente 40 cidades: o raio de ação da oferta de seus serviços e comércio extrapola mesmo o território no qual a cidade se encontra inserida (TOMASONI, 2000).

No setor terciário, a cidade se estruturou com base na atividade comercial, como distribuidora de bens e prestadora de serviços, consolidando sua função econômica de pólo regional no Recôncavo. No que concerne à atividade industrial, ainda que as mudanças ocorridas nos meios de transporte e comunicação tenham ressignificado à cidade, essas não conseguiram agregar ao município valores para

que o mesmo incorporasse empreendimentos industriais – mesmo com adoção de medidas públicas, a exemplo do Distrito Industrial de Santo Antonio de Jesus, criado, há mais de vinte anos, por meio de políticas de subsídios, para implantação ou deslocamentos de unidades industriais para o local. O distrito apresentou, já na sua implantação, problemas referentes à mobilidade urbana (deslocamento dos trabalhadores) e a questões de infraestrutura, deficiência nas redes de água e esgoto, por exemplo.

Quadro 3  
Santo Antonio de Jesus/BA  
Estabelecimentos comerciais e industriais

<b>Tipo</b>	<b>Situação</b>	<b>Classificação</b>
Comércio	- As atividades na sua imensa maioria exercem situação de legalidade.	- Comércio de: armarinhos, armazéns, autopeças, confecções, materiais de construção, mercearia, móveis e eletrodomésticos, perfumaria, tecidos, supermercados. - Empresas varejistas - Empresas atacadistas
Indústria	- Atividade formal - Atividade informal - Legalizada e ilegal	- Indústria de: bebida e álcool etílico; borracha, calçados e artefatos de tecidos; construção; couros e pele; editorial e gráfica; metalúrgicas; madeira; mobiliário; perfumaria; produtos alimentares; produtos minerais não metálicos; química; sabão e vela; vestiário; vidro; colchões e estofados; temperos; fogos de artifícios.

Fonte: SEBRAE (2015), Pesquisa de Campo em 2015. Elaborado pela autora.

A atividade industrial formal é pouco expressiva com produção incipiente e não insere Santo Antonio de Jesus numa economia industrial no nível macro-regional. A indústria informal apresenta indústrias de pequeno porte e pequena



escala sendo a maioria de “fundo de quintal”. Nesse contexto, a pirotecnia pode ser enquadrada como atividade industrial.

Quanto aos indicadores socioeconômicos, apresentados pelo SEI, no ano de 2010, a classificação do Índice de Performance Econômico (IPE) traz Santo Antonio de Jesus em 38º lugar, na Bahia, enquanto no Índice de Performance Social (IPS) sua posição é a 32ª, sendo a segunda melhor posição no conjunto dos municípios que formam o território do Recôncavo, a exceção de São Francisco do Conde (Tabela 4). Essa posição justifica-se por se tratar de um município centralizador de serviços, com maior expressão econômica. Entretanto, essa situação, acaba atraindo pessoas dos demais municípios circunvizinhos e de outras regiões, o que ocasiona problemas sociais e econômicos, como desemprego, mendicância, meninos de rua, favelização, além de trabalho precarizado.

Tabela 4  
Território do Recôncavo  
Indicadores socioeconômicos  
2000-2010

Cidades	População 2000 (hab)	População 2010 (hab)	Variação (%)	IDHM - 2010 Classificação	IPE - 2010 Classificação	IPS - 2006 Classificação
Cabaceiras do Paraguaçu	15.547	17.327	11%	247º	382º	320º
Cachoeira	30.416	32.026	5%	43º	36º	25º
Castro Alves	25.561	25.408	-1%	111º	179º	153º
Conceição do Almeida	18.912	17.889	-5%	131º	119º	210º
Cruz das Almas	53.049	58.606	10%	9º	54º	20º
D. Macedo Costa	3.748	3.874	3%	62º	310º	223º
Governador Mangabeira	17.165	19.818	15%	46º	256º	229º
Maragogipe	40.314	42.815	6%	86º	101º	259º
Muniz Ferreira	6.941	7.317	5%	92º	220º	341º
Muritiba	30.644	28.899	-6%	36º	49º	121º
Nazaré	26.365	27.274	3%	48º	89º	52º
Santo Amaro	58.414	57.800	-1%	44º	77º	91º
<b>Santo Antonio de Jesus</b>	<b>77.368</b>	<b>90.985</b>	<b>18%</b>	<b>8º</b>	<b>38º</b>	<b>32º</b>
São Felipe	20.228	20.305	0%	98º	280º	158º
São Felix	13.699	14.098	3%	50º	264º	150º
São Francisco do Conde	26.282	33.183	26%	24º	1º	30º
São Sebastião do Passé	39.960	42.153	5%	38º	22º	79º
Sapeaçu	16.450	16.585	1%	109º	216º	103º
Saubara	10.193	11.201	10%	94º	124º	39º
Varzedo	8.673	9.109	5%	224º	355º	359º

Fonte: SEI (2010). Organizado pela autora

A participação do município no PIB do Estado foi de 0,68%, no ano de 2012, totalizando R\$1.146.390.000,00 e tendo apresentado a seguinte composição: impostos sobre produtos líquidos e os subsídios do município corresponderam a 167.029.020,00 (14,57% do total), enquanto R\$165.797.000,00 (14,46%) foram resultante das atividades da agropecuária; R\$14.628.000,00 (1,27%), para a indústria; e R\$798.936.000,00 (69,7%) para os serviços.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), considerando-se os anos 1991, 2000 e 2010, evoluiu de 0,450 para 0,560 e, então, para 0,700, se constituindo na oitava posição no Estado. Os indicadores socioeconômicos evidenciam elevado índice de urbanização e taxa positiva de incremento demográfica, o que refletem a vulnerabilidade socioeconômica do município.

A oferta de emprego – seja na área do comércio, de serviços ou na indústria – não é suficiente para atender à demanda da população, o que gera um excesso de mão de obra, especialmente, nos bairros periféricos, como Irmã Dulce e São Paulo. Nesses, ocorre a concentração de um contingente populacional sem qualificação para ocupar determinados cargos, fortalecendo o trabalho informal. As políticas públicas de inclusão social são escassas, contribuindo para a geração do trabalho precarizado.

Sabe-se que a população deve ter acesso a trabalho decente, conforme define a Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>1</sup>, contudo, não é isso que se encontra no cenário econômico, em Santo Antonio de Jesus, em tempos de desemprego estrutural, a população local também sofre os ditames da globalização, com a exclusão de parcela significativa da população decorrentes das exigências de qualificação e de níveis educacionais elevados.

---

<sup>1</sup> A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é um organismo responsável pela formulação e aplicação – convenções e recomendações – de normas internacionais do trabalho. É formada por representantes de entidade de trabalhadores, empregadores e governo. As convenções, uma vez ratificadas por decisão soberana de um país, passam a fazer parte de seu ordenamento jurídico. Dispõe de informações sobre o trabalho e é referência para o tema, seja a nível nacional ou internacional. Entre suas convenções, salientamos a limitação da jornada de trabalho a 8 diárias e 48 semanais; a proteção à maternidade, a luta contra o desemprego; a definição da idade mínima de 14 anos para o trabalho na indústria; e a proibição do trabalho noturno de mulheres e menores de 18 anos, conforme sua missão de promover o trabalho decente e oportunidades para que homens e mulheres possam ter um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana. Essas são consideradas condições fundamentais para a superação da pobreza e a redução das desigualdades sociais. O Brasil é membro dessa entidade, desde sua fundação, e com participação ativa. Disponível em: <http://www.oit.org.br>. Acesso em: mar. 2015.

## 4 PANORAMA DA TRAJETÓRIA PIROTÉCNICA

Milhões de homens conseguem obter os meios de subsistência estritamente necessários somente por meio de um trabalho cansativo, fisicamente desgastante, moral e espiritualmente deturpante. Eles são obrigados até a considerar como uma sorte a desgraça de ter achado um tal trabalho.

Domenico de Masi

No mundo, a utilização de fogos de artifício é atividade remota. Há registros de seu uso desde a Antiguidade, com a descoberta do salitre – uma das matérias-primas as quais, juntamente com o carvão e o enxofre, compõem a pólvora<sup>2</sup>. Inicialmente, foi usado na China para comunicação: os sinais de fumaça e o barulho serviam para dar avisos de alerta ou, com fins místicos, para espantar maus espíritos. A concepção de fogos com cores ocorreu, no século XIV, na Itália, durante um festejo religioso. Devido à beleza, o artefato foi incrementado e aperfeiçoado em outros países, e, já no século XVII, tornou-se tradição o uso de fogos de artifícios em datas religiosas e comemorativas.

O uso de fogos está ligado às manifestações e às celebrações festivas em todo o mundo. No Brasil, está associado especialmente a festejos religiosos, às festas de final do ano, às celebrações junina e julina e, também, às comemorações esportivas, como o futebol. Apesar disso, os registros sobre a produção nacional desse artefato são incipientes e sua trajetória, no Brasil, remete a utilização, no Nordeste, desde o período colonial sabendo-se que, atualmente, o país ocupa o segundo lugar em produção de fogos de artifício, no mundo, atrás apenas da China. Cabe à cidade de Santo Antonio do Monte, em Minas Gerais, o papel de maior produtor nacional. Ali, a indústria pirotécnica<sup>3</sup> atende à legislação para o exercício da atividade e, ademais utilizam-se tecnologia moderna e elevado padrão de produção, embora essas qualificações possam ser relativizadas, conforme aponta Souza (1995).

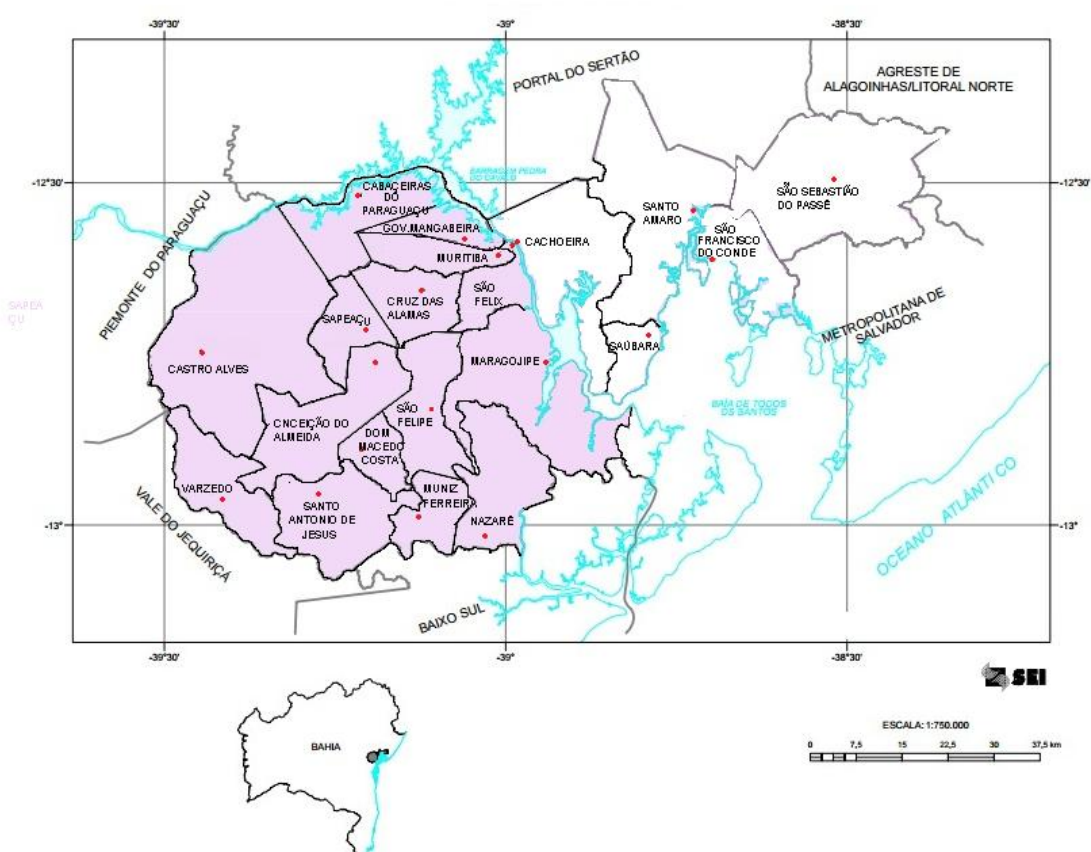
---

<sup>2</sup> A pólvora é uma mistura química basicamente constituída por salitre, enxofre e carvão, formando substância explosiva sólida, na proporção seguinte: salitre, 74,64%; enxofre, 11,64%; e carvão vegetal, 13,51%.

<sup>3</sup> A palavra pirotecnia provém do grego (*pur*: fogo e *tekné*: técnica, arte) e significa a arte de dominar o fogo.

A atividade pirotécnica abrange quase a totalidade do Recôncavo, com destaque primeiro para Santo Antonio de Jesus e, logo, para cidades como Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, D. Macedo Costa, Governador Mangabeira, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, São Felipe, São Felix, Sapeaçu e Varzedo. Destacam-se, também, outras regiões, como a Costa do Dendê, nos municípios de Laje, Teolândia, Wenscelau Guimaraes, entre outros (Figura 3).

Figura 3  
Território do Recôncavo  
Produção de fogos de artifício  
2015



Fonte: SEI (2010). Organizado pela autora.

A indústria pirotécnica, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), consiste na fabricação de fogos de artifício em geral, designados como “peças pirotécnicas preparadas para transmitir a inflamação a fim de produzir luz, ruído, incêndios ou explosões, e normalmente empregada em festividades” (Ministério do Trabalho e Emprego, 2000). Por outro lado, a Instrução Técnica nº 030, da Polícia

Militar do Estado de São Paulo, define que fogos de artifício são “substâncias ou misturas concebidas para produzir um efeito, por calor, luz, som, gás ou fumaça, ou combinação destes, como resultado das reações químicas exotérmicas, auto-sustentáveis, caracterizada pela deflagração” (Polícia Militar do Estado de SP – CB, 2010, p. 2).

De acordo com os parâmetros definidos pelos órgãos competentes que regulamentam a atividade pirotécnica, a classificação dos fogos leva em conta fatores como quantidade de pólvora<sup>4</sup>, forma de produção, armazenamento e periculosidade. Segundo o Ministério da Defesa são dois tipos distintos:

- a) fogos de artifício – fogos de artifício e de vista tipo A; fogos de estampidos; e
- b) artefato pirotécnico – fogos de artifício tipos B, C e D; fogos de estampidos, foguetes, balões pirotécnicos, apito de lágrimas, morteiros e morteirinhos de jardim, serpentes voadoras, pos-a-feu, baterias, traques e outros tipos.

A indústria pirotécnica é regulamentada pela legislação brasileira, por meio dos Ministérios do Exército e do Trabalho e Emprego, os quais normatizam via Decretos, Normas e Regulamentos. A produção de fogos de artifício tem como base produtiva a pólvora, insumos cuja regulamentação é controlada pelo Exército (2015)<sup>5</sup> com base no R-105, que regula a fabricação, comércio, transporte e uso dos materiais controlados.

Dentre essas regulamentações, destacam-se:

- » Decreto no 1.797, de 25 de janeiro de 1996, Presidência da República, publicado no DOU de 26 de janeiro de 1996.
- » ISO 2859/1 – “Sampling Procedures for Inspections by Attributes – Part 1”. NEB/T M-251 – Avaliação Técnica de Fogos de Artifício.
- » R-105 – Regulamento para Fiscalização de Produtos Controlados, aprovado pelo Decreto n o 3665, de 20 de novembro de 2000,

---

<sup>4</sup> A pólvora possui componentes oxidantes e explosivos, como o nitrato de potássio ( $\text{KNO}_3$ ), perclorato de potássio ( $\text{KClO}_4$ ) ou clorato de potássio ( $\text{KClO}_3$ ). Os sais ( $\text{KClO}_4$  e  $\text{KClO}_3$ ). O nitrato de potássio é o principal elemento e possui alto poder de explosão.

<sup>5</sup> É competência do Exército controlar e fiscalizar a produção pirotécnica e compete ao Inmetro executar as políticas nacionais de metrologia e da qualidade assim como verificar normas relativas as medidas. Cf. <http://www.inmetro.gov.br> e [www.dfpc.eb.mil.br](http://www.dfpc.eb.mil.br)

Presidência da República, publicado no DOU de 21 de novembro de 2000.

- » REG/T-01 - Regulamento Técnico de Embalagens de Produtos da Classe 1- Explosivos, publicado no DOU de 21 de setembro de 1998.
- » Lei Municipal de Normas para Fiscalização e Regulamentação das Indústrias de Fogos de Artifício e Produtos Pirotécnicos – LEI nº 665/99<sup>6</sup>.

A circulação de fogos de artifício deve atender:

- » Portaria do Ministério dos Transportes nº 204, de 20 de maio de 1997. Aprova as instruções complementares aos regulamentos dos transportes rodoviários e ferroviários de produtos perigosos.
- » Decreto de nº 2.998, de 23 de março de 1999 - Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105) – Título VI: Fiscalização do comércio exterior, Capítulo II, parágrafos de 183 a 204.

Segundo a SEBRAE (2003), para implantar uma fábrica além das normas da legislação específica há de se ter conhecimento da seguinte legislação:

- » Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, Art. 253.
- » Código Civil Brasileiro – Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002;
- » Código do Consumidor – Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990; com ênfase:
  - Art. 6 caput e incisos I e II; Art. 8 caput e § 3º; Art. 12 caput, § 1º e inciso II; Art. 18
  - § 6º e incisos I e II; e Art. 68, caput.
- » Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 88.069, de 13 de julho de 1990 – Art. 244.

O conjunto de legislações define as medidas para produção, distribuição e comercialização da atividade pirotécnica, com o objetivo tanto de garantir a existência dessa atividade econômica quanto a de resguardar o trabalhador dos

---

<sup>6</sup> Em Santo Antonio de Jesus foi criada a Lei municipal para orientar a montagem de empresa de pirotecnia e atender as especificidades do município. Foi baseada na R-105.

riscos de saúde, de acidente e de morte, que se têm com essa atividade. Em Santo Antonio de Jesus, a indústria deve atender também à legislação municipal: Lei Municipal de Normas para fiscalização e regulamentação das Indústrias de Fogos de Artíficos e Produtos Pirotécnicos.

#### **4.1 Sistema produtivo (in)formal de fogos de artifício em Santo Antonio de Jesus/BA**

Por se constituir numa atividade informal, ao longo da pesquisa, houve dificuldades na obtenção de informações sobre a quantidade de fogos produzida, assim como o percentual representativo do traque no conjunto da produção de fogos.

Para se explicar a dinâmica pirotécnica em Santo Antonio de Jesus, será apresentada análise descritiva do funcionamento da produção nos campos formal e informal dessa atividade.

Conforme informações obtidas junto a Asfogos e o Exército, os tipos de fogos de artifício produzidos no município são: bombas, espadas, rojões, vulcões, cobrinha, chuvinha, sputnik, traque de riscar e estalo de salão (comumente chamados de traque de bater no chão ou simplesmente traque). A produção se concentra no que é denominado pelos produtores de “miudeza” ou “produtos da terra”: a bomba<sup>7</sup>, a cobrinha e o estalo de salão (ou traque de bater no chão, ou traque)<sup>8</sup>, sendo este último o artefato de maior fabricação (Figura 4).

A massa do estalo de salão é composta por nitrato de prata, areia, álcool e ácido nítrico. Como a concentração de nitrato não ultrapassa 50%, o produto não é considerado de alto risco. Portanto, conforme a legislação, a produção de traques não carece do controle do Exército, constituindo-se uma atividade legal! (APÊNDICE F). Essa legalidade ampara a posição dos produtores que não se preocupam com os

---

<sup>7</sup> As bombas são fabricadas conforme quantidade de material explosivo e dividem-se por classe: Infantil (deve ser solta com adulto); Juvenil (deve ser supervisionada por adulto) e Adulto. Em cada classificação há vários tamanhos. Conforme o Art. 3º do Decreto nº 6.465, de 09 de junho de 1997, as fábricas de fogos de artifício e de estampido são permitidas somente nas zonas rurais, ficando suas instalações sujeitas à legislação em vigor.

<sup>8</sup> A denominação “estalo de salão” costuma estar na embalagem do produto, mas o mesmo é chamado pelas trabalhadoras de traque de bater no chão.



problemas existentes na fabricação de traque, havendo mesmo descaso quanto às formas do trabalho. Institui-se assim, a informalidade.

O escoamento da produção de fogos de Santo Antonio de Jesus tem alcance em todo o estado da Bahia e em estados vizinhos, recebendo nomes diversificados: Araponga, Buri, Boa Vista, São Geraldo. Especificamente para os traques, tem-se: São João, Santana, Bebê, Pierrô, América e tantos outros. Apesar dessa variedade produtiva, ao longo do trabalho de campo não foram encontradas unidades industriais no município de Santo Antonio de Jesus (Figura 4).

Figura 4  
Santo Antonio de Jesus/BA  
Produtos da terra



Fonte: Pesquisa de campo em 2015.



Durante todo o período de trabalho de campo, verificaram-se, de fato, fábricas de fundo de quintal, principalmente, na etapa de embalagem. Foram identificadas embalagens com registros de indústrias de Santo Antonio do Monte (MG) e traques de Santo Antonio de Jesus (Figura 5).

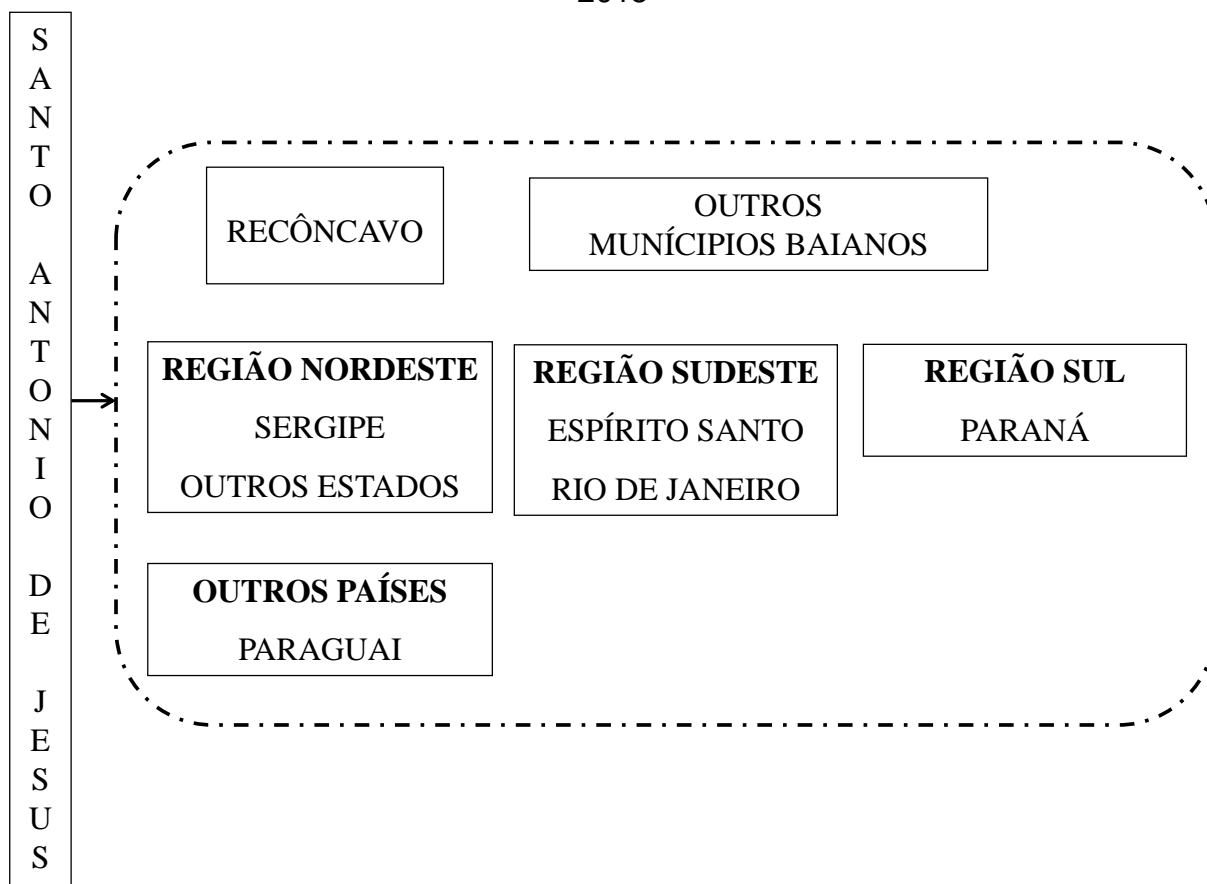
Figura 5  
Embalagem para estalo de salão/traque



Fonte: Pesquisa de campo em 2015.

Segundo a Associação dos Produtores de Fogos de Artifício de Santo Antonio de Jesus – ASFOGOS –, a produção pirotécnica atinge, anualmente, mais de 50 mil toneladas de fogos de artifício. A produção ocorre na ilegalidade e também na clandestinidade, com traços marcantes de informalidade, correspondendo a uma organização que constitui uma rede de produção interrelacionada, que envolve o trabalho domiciliar feminino. Tal rede vai além do município. O raio de alcance extrapola o Território do Recôncavo e mesmo mais longe no Nordeste (Sergipe) e em outras regiões (Rio de Janeiro, Espírito Santo, Foz do Iguaçu). Os fogos de artifício produzidos no município também são comercializados para o Paraguai (Figura 6).

Figura 6  
Santo Antonio de Jesus/BA  
Alcance da produção de fogos de artifício  
2015



Fonte: Pesquisa de campo em 2015. Elaborado pela autora.

Há portanto, no sistema produtivo de fogos de artifício santantoniense, uma cadeia comercial com relação de dependência não só das trabalhadoras com seu labor, mas também do produtor com o mercado. Ainda ocorre uma relação de complementaridade, a qual alimenta a produção de Santo Antonio do Monte (MG), especialmente em relação ao estalo de salão/traque, traque de riscar e bombas, haja vista que Santo Antonio de Jesus concentra a produção desses tipos de fogos. Atribui-se também, na atividade pirotécnica, além da rede de produção, a distribuição do produto (Figura 7).

Figura 7  
 Brasil  
 Alcance da produção pirotécnica de Santo Antonio de Jesus/BA  
 1998 – 2015



Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pela autora.

A produção de fogos ocorre durante todo ano, mas, em função da demanda dos festejos juninos, se intensifica a partir do mês de março, chegando ao ápice da produção nos meses de maio e junho e sendo retomada com mais intensidade somente no final de ano, devido às festividades de Ano Novo. Essa produção de

resulta em relações espaciais, formando verdadeiros territórios fogueteiros, baseados na presença de empresários que controlam determinadas áreas do município, mantendo estreitas relações informais de trabalho, criando dependência da população na busca pela sobrevivência desta.

No campo, com o intuito de compreender empiricamente o espaço estudado, ao traçar-se um quadro dinâmico espacial, vê-se emergir; concretamente, como que saído das páginas teóricas de Santos e Silveira (2000), o território usado, o território de exclusão. É importante, então, voltar à citação da página 6 para retirá-la de sua virtualidade teórica e pensa-lá na concretude do campo empírico dessa investigação.

[...] como algo já preenchido por pessoas e objetos [produtores, consumidores, trabalhadores nos e dos fogos] historicamente constituídos [emiscuídos em uma rica rede de temporalidades colonial, rural, esfera de tecnologia com divisão singular de trabalho], cuja integração com a natureza, bruta ou trabalhada [da pólvora já conhecida na Antiguidade até a modificação do uso dos tempos atuais] constitui o quadro de vida a que ninguém escapa [seja para o lucro do empresário, na exploração do trabalhador, no consumo enibriante do comprador]. Assim, o território usado – e não o território em si mesmo constitui um ator essencial da vida social (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p. 11 – adaptado).

Na verdade, encontra-se um território usado – e portanto instituinte – dentro do território instituído pelo Estado, o Território de Identidade do Recôncavo. Interessa aqui o território usado pela atividade pirotécnica: O Território Fogueteiro. Esse território, com sua dinâmica espacial movimenta o capital do município e sua economia formal e informal – especialmente a informal, responsável pela produção dos estalos de salão/traque.

Desse modo, constata-se que a produção do trabalho pirotécnico criou, em Santo Antonio de Jesus, territórios específicos, – os territórios fogueteiros –, caracterizados por uma territorialidade demarcada por atores, com tramas, práticas, ações e ritmos impostos por essa atividade (RAFFESTIN, 1993).

O território fogueteiro, com sua dinâmica socioespacial, gera dividendos para a economia formal, especialmente, e a informal do município. Valadão (2005) explica a dinâmica do capital empregado na produção pirotécnica:

Os homens de negócio aplicavam o seu capital, durante quatro a seis meses no período de paradeiro comercial. Acumulavam a sua rica mercadoria em depósitos escondidos. Nos meses precedentes às festas, principalmente as juninas, eles as vendiam aos comerciantes de fogos [...] por preços superiores duas ou três vezes mais do que o custo. Os comerciantes, por sua vez, revendiam essas mercadorias com grandes lucros (VALADÃO, 2005, p. 135).

A atividade pirotécnica é desenvolvida tanto na zona urbana quanto na zona rural, a depender da produção e do tipo do produto. A formação de territorialidade<sup>9</sup> dessa atividade ocorre com uma singela divisão de trabalho<sup>10</sup>, considerados os níveis de periculosidade:

- » em território fogueteiro urbano concentra-se a produção de bombinha, cobrinha, traque de riscar e traque;
- » em território fogueteiro rural, a produção de bombas, rojões, sputniks, pistolões, apitos gaiatos, girândolas, vulcões, espadas, entre outros.

A divisão da produção ocorre em função da própria natureza da pirotecnia e devido aos riscos de deflagração. Aqueles de maior perigo são acondicionados na zona rural (embora haja registros de material acondicionado em “depósitos”, na área urbana, de forma ilegal).

A divisão do trabalho da pirotecnia santantoniense também se contrabalança pela competição, pela lei da oferta e da procura do mercado. A produção de fogos de artifício é uma rede produtiva clandestina devido a não legalização e regulamentação das fábricas e à forma irregular de aquisição e de manuseio de matéria-prima para fabricação de produtos pirotécnicos (Figura 8).

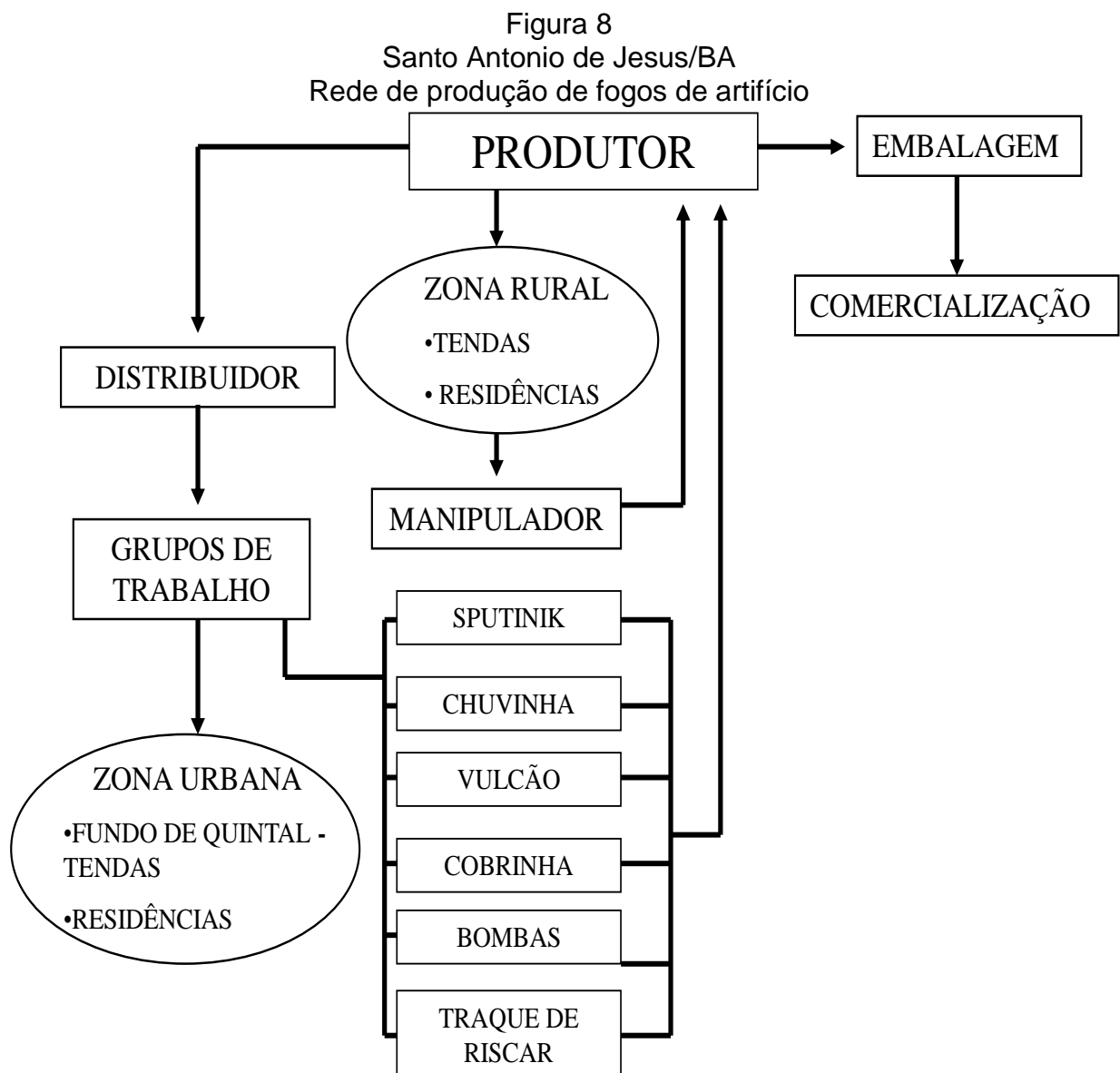
Além da divisão espacial (urbano e rural), constata-se também a divisão da produção por gênero, com alguns produtos, especialmente na produção de traque,

<sup>9</sup> Designamos a territorialidade com o entendimento de Raffestin (1993), como fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente diferenciados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou pelos os que os define. Assim, cada lugar de produção de traque confere um sistema territorial, segrega sua própria territorialidade, atribuindo aos indivíduos o senso de identidade espacial, de exclusividade, ao mesmo tempo em que afere compartimentação da interação humana no espaço.

<sup>10</sup> Adam Smith (1996) caracteriza a produção pela divisão do trabalho e define a produção individual como uma forma primitiva de trabalho, sendo que o trabalho principal é o artesão. Assegura que “a divisão do trabalho, reduzindo a atividade de cada pessoa a alguma operação simples e fazendo dela o único emprego de sua vida, necessariamente aumenta muito a destreza do operário.” (SMITH, 1996). Apresentam-se, como vantagens da divisão do trabalho a habilidade, a economia de tempo e o uso das máquinas. No caso da produção de fogos de artifício, o trabalho é realizado artesanalmente e depende da agilidade para uma boa produção.

cabendo mais às mulheres. Quiçá, em virtude da agilidade no manuseio com o traque, as mulheres “ganharam” essa função. Portanto,

*São mais de duas mil mulheres fazendo traques... elas fazem em casa mesmo, pois o serviço é simples, não tem perigo não... não estoura que nem os outros produtos e todas mulheres da família trabalha.*  
(ENTREVISTA: Produtor, 65 anos).



Fonte: Pesquisa de campo em 2015. Elaborado pela autora.

O sistema de embalagem é a única etapa da produção de estalo de salão/traque de que o sexo masculino participa. Geralmente, jovens adolescentes. Ressalte-se que, mesmo no trabalho infantil, é pouco comum que crianças do sexo

masculino enrolem traques. Nota-se a posição machista designada nas atividades domésticas. Tem-se, assim, uma divisão do trabalho pirotécnico por gênero, abarcando diversas faixas etárias.

*Os homens não enrolam traque. Eles têm vergonha. Só as mulheres, a gente sabe fazer isso, eles só embala ... (ENTREVISTA: Trabalhadora, 22 anos).*

A atividade pirotécnica tem como característica principal a forma de produção artesanal e o uso de material de alta periculosidade, que necessita de cuidados específicos quanto ao manuseio ou acondicionamento.

A estrutura da produção caracteriza-se conforme o tipo de material e o produto manufaturado, passível de ser classificado em:

- » produto de explosivos;
- » produto de salão.

Ambos são acondicionados à massa que constitui a primeira fase do processo produtivo. O manipulador da massa deve ser ágil e cuidadoso. Esse processo deve ser feito em local adequado conforme as normas de segurança R-105 do Exército. As exigências legais para produção de fogos de artifício são contempladas por Leis, Normas e Regimentos, contudo, o que verificamos em Santo Antonio de Jesus, é uma omissão quanto a segurança das trabalhadoras e na produção pirotécnica de maneira geral.

A partir da produção da massa<sup>11</sup>, pode-se caracterizar a sistemática da produção pirotécnica em território fogueteiro santantoniense como:

- » circuito de produção formal;
- » circuito de produção informal.

O circuito de produção formal é aquele em que a produção atende às normas trabalhistas, conforme exigências do Ministério Público de Trabalho (MPT), e às normas de segurança do Exército. Durante todo o período do campo, foram encontradas algumas fábricas de fundo de quintal, em sua maioria de traque – já na

<sup>11</sup> Massa é a matéria prima que se usa para produzir o traque. Feita por manipuladores de forma artesanal, é composta de nitrato de prata, enxofre, areia e álcool. A manipulação ocorre em áreas rurais de propriedade do produtor, o qual faz a distribuição para a fabricação do estalo de salão/traque.

etapa de embalagem. Quanto ao circuito de produção informal, nele se encontram desde os produtos considerados legais – aqueles liberados pelo Exército, como os estalos de salão/traques – até os que são controlados – e portanto, proibidos de serem manufaturados –, porém produzidos na clandestinidade.

A abordagem sobre informalidade remete-nos ao olhar de Pedrão (2007), que analisa tal categoria de trabalho, esclarecendo que: “Falta de emprego e os processos de exclusão que atingem a maior parte do interior da Bahia revestem-se de maior gravidade nas regiões de maior densidade demográfica, de que o Recôncavo é exemplo” (PEDRÃO, 2007, p. 54).

À luz dessa reflexão, o autor exemplifica a cidade de Santo Antonio de Jesus:

O significado social da falta de emprego é um mercado de trabalho de baixos salários e de grande incerteza de renda, em que os trabalhadores são compelidos a aceitar essa remuneração insuficiente [...] mediante a prática de salários abaixo do mínimo [em] ramos de atividade regionalmente importantes, tais como a fabricação de fogos de artifício [...] desenvolvendo-se novos mecanismos de circulação dos trabalhadores entre a esfera da informalidade e a do mercado formalizado de trabalho (PEDRÃO, 2007, p. 54).

Na conjuntura atual do capitalismo, emerge o debate sobre economia e modo de produção informal, pois a produção econômica abrange as relações socioespaciais e suas ramificações, estendendo tal debate para o território. É nesse contexto que a produção de traque se caracteriza pela informalidade e pela produção de forma artesanal.

Pedrão (2007) afirma que a informalidade, muitas vezes, torna-se “o principal modo de organização do trabalho e uma estratégia de renda assumida pela maior parte da sociedade” (PEDRÃO, 2007, p. 54), em decorrência da precariedade das condições locais. No Território Fogueteiro de Santo Antonio de Jesus, a organização do sistema produtivo de fogos de artifício adota o mesmo processo de produção de outro qualquer bem econômico, seja artesanal ou manufaturado, com a repetição e com a regularidade que caracterizam um ciclo produtivo.

A produção de fogos de artifício envolve ações humanas, recursos materiais e revela um sistema produtivo perverso, num mundo de trabalho precário emaranhado na informalidade e na clandestinidade. A clandestinidade se caracteriza devido à natureza da matéria-prima utilizada na confecção do produto.



Embora haja uma diversidade na produção de fogos de artifício no município – como também na região –, neste estudo, o foco é a produção de estalo de salão, comumente chamado de traque de bater no chão ou simplesmente traque. Tal escolha deveu-se às peculiaridades que envolvem esse sistema produtivo: o trabalho feminino, a informalidade e o envolvimento de crianças.

A ASFOGOS<sup>12</sup> - Associação de Produtores de Fogos de Artifício - esclarece que o sistema produtivo de fogos de artifício compreende:

- » Massa<sup>13</sup> - usada para produção do estalo;
- » Manipulador;
- » Distribuidor;
- » Trabalhadora/enroladora;
- » Empacotador/embaladeiro;
- » Produtor ou comerciante.

A massa, como já foi dito, é feita pelo manipulador, que recebe do produtor insumos para produzi-la (areia, álcool, ácido nítrico, nitrato de prata). É uma atividade de alto risco, que deve ser feita de forma criteriosa, pois exige exatidão no uso da proporção de insumos. O processo de manipular a massa é realizado em área rural e, geralmente, feito por trabalhadores de sexo masculino.

A massa de estalo/traque é manipulada juntamente com outras massas, que servem a produtos como cobrinha, bomba, chuvinha, sputnik, vulcão, etc. O distribuidor exerce um papel intermediário entre o produtor/comerciante e a trabalhadora/enroladora. Sua função é entregar a massa, o papelote/papel de seda (já cortado), recolher o produto e fazer o pagamento (Figura 9). O processo da embalagem é feito, muitas vezes, na casa do produtor/ comerciante, em algum cômodo destinado para tal fim, ou nas fábricas de fundo de quintal.

O produtor é responsável por quase todo o processo; além de comercializar, assume, muitas vezes, o papel de distribuidor e empacotador. Cada produtor tem seu grupo de trabalho, que consiste em pequenas redes sob substrato de

<sup>12</sup> A Associação de Produtores de Fogos de Artifício (ASFOGOS) tem como Presidente Flavio Mota Quadro, 65 anos, santantoniense, produtor, trabalha há mais de 45 anos com fogos de artifício.

<sup>13</sup> Convém ressaltar que essa massa é específica para produção de estalo/traque de bater no chão/traque. [www.corpodebombeiros.sp.gov.br](http://www.corpodebombeiros.sp.gov.br)

informalidade. Dessa maneira, a base produtiva difusora de fogos de artifício, em Santo Antonio de Jesus, conforma-se a partir de divisão de trabalho informal, constituindo uma rede pirotécnica, na medida em que produz, distribui e comercializa a produção para além da região do Recôncavo.

Figura 9  
Material utilizado para confecção do traque – Massa e papel de seda



Fonte: Pesquisa de campo em 2015.

#### **4.2 Contextualizando Santo Antonio de Jesus/BA na atividade pirotécnica**

Santo Antonio de Jesus é a segunda cidade de maior produção de fogos de artifício no país. A atividade tem alto grau de periculosidade e já deixou, ao longo do tempo, marcas profundas no território santantoniense e do Recôncavo. Dois acontecimentos – dois acidentes – ocorridos neste Mundo do Trabalho Fogueteiro destacam-se neste trabalho como marcos temporais da própria constituição de tal mundo:

1º) [...] <sup>14</sup> até 1990.

Este período se caracteriza por duas fases:

- a) até 1970 – A base econômica da região era centrada no setor primário, destacando-se Nazaré, Cruz das Almas e Santo Antonio de Jesus. A produção fogueteira se concentrava em Nazaré e, posteriormente, em Muniz Ferreira;
- b) a partir de 1970, Santo Antonio se insere no contexto regional, desenvolvendo atividade no setores secundário e terciário e, ao se constituir como centro econômico regional do Recôncavo, a produção fogueteira fica centralizada no município. Segundo Valadão (2005), em meados dos anos de 1960, o ciclo dos fogos de artifício se intensifica em Santo Antonio de Jesus, desenvolvendo-se de forma acentuada na clandestinidade.

2º) De 1990 até os dias atuais.

Em 1990, ocorreu um grave acidente com fogos de artifício na cidade. Houve duas vítimas fatais. Oito anos depois, um novo acidente, de maior dimensão. Nesta tragédia, de 11 de dezembro de 1998, evidenciou-se um sistema de produção caracterizado por trabalho invisível; seus desdobramentos descortinaram a atividade produtiva de fogos de artifício em Santo Antonio de Jesus e fizeram emergir um território fogueteiro repleto de contrastes entre fazeres e viveres. Finalmente, o episódio fomentou a implantação de políticas públicas e trouxe à tona o debate sobre a temática e suas implicações.

Quanto à origem e temporalidade da atividade fogueteira no município de Santo Antonio de Jesus, fogueteiros (produtores, trabalhadores) asseguram que o ofício vem de longa data e que segue “uma certa tradição familiar”. Uma trabalhadora de 29 anos afirmou:

*Desde que eu me conheço por gente, de pequenininha sempre estava lidando com fogos, minha mãe, minha avó trabalham enrolando traque de bater e a minha filha com menos de dez anos também já faz...*  
(ENTREVISTA: Trabalhadora, 29 anos).

---

<sup>14</sup> Optou-se por não delimitar a escala temporal inicial, por não termos registro oficiais de documentos do marco inicial da produção de fogos em Santo Antonio de Jesus.

Em Santo Antonio de Jesus, a atividade pirotécnica intensifica-se após o declínio do manganês e o fracasso do fumo, em decorrência da disponibilidade de mão de obra excedente. Nesse cenário, Valadares (2005) afirma que:

Os empresários do ramo aproveitaram a mão de obra ociosa, utilizaram-na nas próprias residências dos operários, nas casas dos seus vizinhos, em tendas, barracas, balcões, individual ou coletivamente; não assinavam carteiras profissionais, não pagavam direitos trabalhistas, faziam tudo às escondidas, à margem de qualquer resquício de legalidade (VALADARES, 2005, p. 135).

Os trabalhadores envolvidos na atividade de confecção de traque são, na sua maioria, do gênero feminino, e o trabalho absorve inclusive mão de obra de crianças e de idosos (sexo masculino seja meninos, jovens, idosos não costumam enrolar traque). As trabalhadoras se submetem aos riscos e aos poucos ganhos, principalmente, por falta de oportunidades, de opção de trabalho.

O presidente da Associação de Fogos, Fabio Mota Quadros, que é também produtor, relata-nos sua vivência fogueteira e afirma que a produção de fogos, nos idos dos anos de 1950, era comandada pelo Sr. Juvenal Moreira Tupinambá<sup>15</sup>, que possuía uma fábrica em Nazaré das Farinhas,

*[...] Com 16 anos uma pessoa me chamou: venha bater umas cobrinhas. Cobrinha naquela época era o auge, esse camarada trabalhava pra Tupinambá e ai conversei com Hilário, hoje com 92 anos e ainda faz fogos, e falei que queria trabalhar pra Tupinambá ai Hilário falou com ele [...] ele falou, mas é menor de idade, Hilário disse mas é responsável. Ai trabalhei por 20 anos. Ele trazia material para toda região: Muniz Ferreira, Nazaré, Lage, São Miguel das Matas, Cruz das Almas, São Felipe [...] (ENTREVISTA: Fábio M. Quadros, Produtor, Presidente da ASFOGOS).*

Naquele momento, a organização fogueteira centrava-se em Nazaré e em Muniz Ferreira<sup>16</sup>, mas “Santo Antonio era um sugador desse produto com um

<sup>15</sup> Em meados do século XX, Juvenal Moreira Tupinambá sistematiza a já existente produção de fogos de artifício, introduz novos produtos, estabelecendo novas relações na atividade pirotécnica e expandindo a atividade para outras cidades do Recôncavo, a exemplo de Santo Antonio de Jesus. Os produtores reproduzem aquele modelo e recriam novas formas socioespaciais, como também novas relações de trabalho. As atividades fogueteiras instalam-se em Nazaré e territorializam outras localidades do Recôncavo, levando consigo o processo organizacional e as relações de trabalho. (SANTOS, 2007).

<sup>16</sup> Sobre a produção de fogos em Muniz Ferreira, cf. Rosineide Costa Brito dos Santos com a dissertação intitulada: TENDAS DA SOBREVIVÊNCIA: Trabalho e “arranjos” sócio - culturais dos trabalhadores de fogos de artifício - Recôncavo Sul – BA 1950 – 1970. Dissertação de Mestrado em História da UNEB. Santo Antonio de Jesus – BA, 2007.

mercado muito bom” (Fabio Quadros, Presidente da ASFOGOS), em um momento histórico, em que estava se tornando polo regional.

Quadros afirma ainda que a produção:

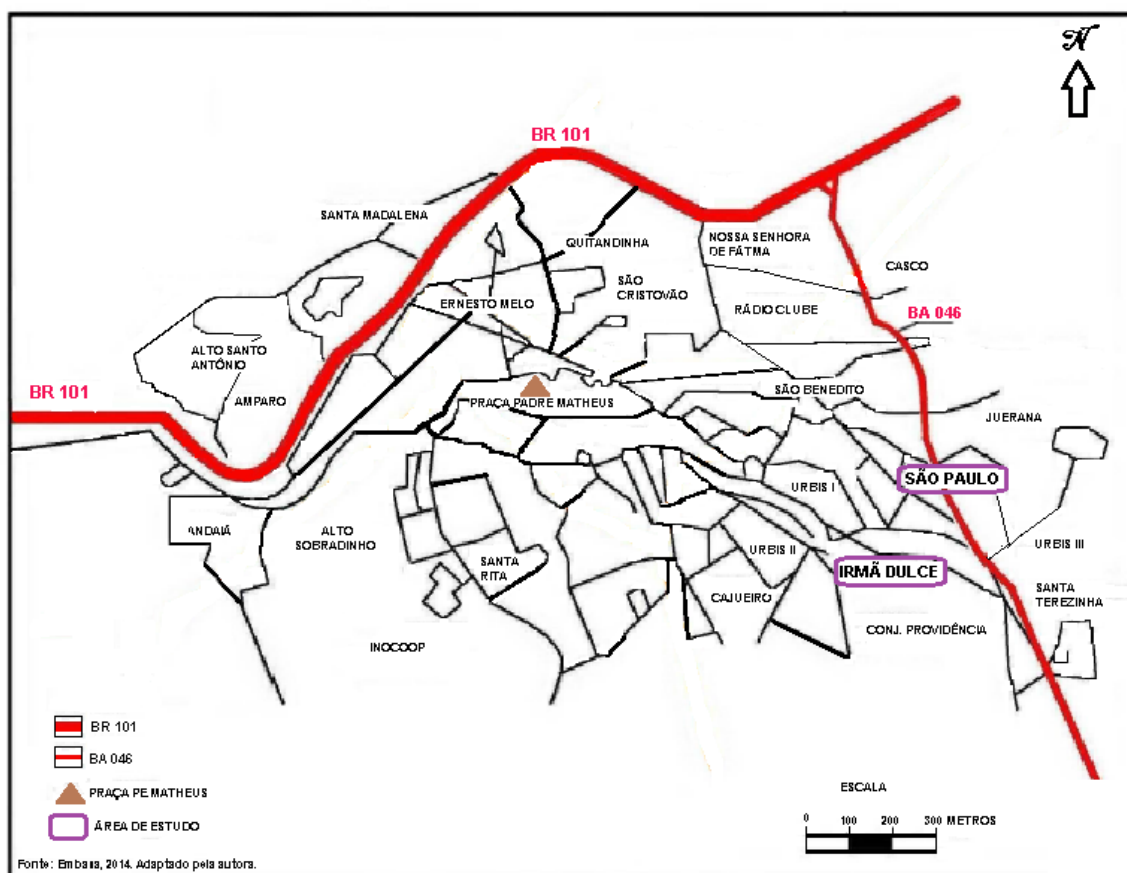
*Ocorre o ano todo, por que se não, não dá conta da demanda. Agora, se fossem capitalizados, tem um período que a produção é baixa, de janeiro a março, mas, se fôssemos capitalizados, dava pra estocar e vender na hora certa. Mas por que a gente sobrevive? Porque o mercado tem os atacadistas, que eles têm facilidade com a matéria-prima e eles fazem o quê? Abarganha, ele passa o material, recebe o produto e dá o restante, um cheque pra trinta, sessenta dias, e vai enrolando. O problema também é financeiro (ENTREVISTA: Fábio Quadros, Presidente da ASFOGOS).*

Chama-se território fogueteiro esse espaço geográfico que desenvolve atividades inerentes a pirotecnia quanto à produção, à distribuição e à comercialização. As atividades pirotécnicas da região foram, ao longo do tempo, “sugadas” por Santo Antonio de Jesus, onde se constituiu uma configuração espacial em rede, com fogos de artifício, tendo o município se tornado o principal núcleo produtivo da região.

No território fogueteiro, produzem-se diversos tipos de fogos de artifício, porém a opção desta pesquisa foi fazer um recorte, demarcando a investigação à produção dos traques. O interesse por essa temática é fruto de minha vivência santantonienne, desde início dos anos de 1990. Como recente moradora, era comum ver as mulheres nas calçadas, trabalhando, com suas crianças a ajudar, gerando, a partir daí, um interesse, somente fortalecido após a tragédia de 1998.

O traque, em Santo Antonio de Jesus, é produzido na periferia, nos bairros Santa Madalena, Rádio Clube, Cajueiros, Mineiros, Calabar, Invasão do Derba, concentrando-se, ou seja, ocorre principalmente, em dois bairros: Irmã Dulce e São Paulo (Figura 10).

Figura 10  
Santo Antonio de Jesus/BA  
Territórios fogueteiros: Bairros Irmã Dulce e São Paulo



Fonte: Embasa (2014). Elaborado pela autora.

#### 4.2.1 A Inserção do Projeto Fênix em Santo Antonio de Jesus/BA

Na madrugada de 18 de dezembro de 1990, no Alto de São Benedito, uma área periférica da cidade explodiu um “depósito” clandestino de fogos de artifício. Segundo artigo do jornal Folha das Palmeiras, de dezembro de 1990, a explosão teve vinte pessoas acidentadas e vitimou dois menores. Era uma casa que tinha como finalidade depositar a produção de fogos de artifício. O “depósito” não atendia ao regimento do Exército sobre acondicionamento do produto pirotécnico.

O material foi identificado como de propriedade de Osvaldo Bastos dos Prazeres, “Vardo dos Fogos”, um dos maiores produtores de fogos de artifício da cidade/região. Os moradores tinham conhecimento do depósito clandestino e alguns deles, trabalhadores fogueteiros, repetiam a frase dos produtores/comerciantes: “são

só umas cobrinhas”... Ou seja, não viam os riscos da atividade; tampouco os órgãos competentes alertavam sobre os mesmos.

O Estado manteve-se e mantém-se omissa, conivente em relação à atividade clandestina. Nesse contexto, Valadão (2005, p. 136) salienta: “Apesar do grave acidente, nunca se soube de qualquer providência efetiva tomada pelas autoridades competentes, no intuito de evitar que tragédias semelhantes viessem a ocorrer”

Apesar do incidente, as atividades de produção de fogos continuaram em pleno vapor, seguindo a mesma relação de trabalho – clandestino, informal, precarizado. Assim se passaram oito anos, sem haver nenhuma medida dos órgãos competentes sobre o trabalho pirotécnico clandestino da cidade. A produção de fogos de artifício encontrava-se, no território fogueteiro, em plena ascensão, mesmo com acidentes envolvendo essa atividade. Os trabalhadores seguiam fabricando fogos de artifício em grande escala, e o trabalho das mulheres, enrolando traque, intensificava-se.

Então, no final da manhã do dia 11 de dezembro de 1998, ocorreu uma explosão em uma das fábricas clandestinas de fogos de artifício, no município de Santo Antonio de Jesus. O acidente teve como consequência a morte de adultos e crianças, totalizando 64 (sessenta e quatro) pessoas mortas, entre mulheres e crianças. A tragédia descortinou um mundo de trabalho invisível, oculto para muitos na cidade. O desnudamento desse cenário, dessa realidade camuflada da indústria pirotécnica, mostrou a fronteira tênue entre a legalidade e a clandestinidade no âmbito da produção de fogos de artifício no município.

Como já discutido, em virtude dos riscos no manuseio de insumos e matéria prima de risco, essa atividade deve ser realizada em locais específicos. Além do mais, deve atender a normas trabalhistas e a regulamentos de segurança. Diante da tragédia ocorrida naquela fatídica manhã de dezembro, evidenciou-se que não existia segurança nas diversas tendas espalhadas na área rural santantoniense: Ademais de material para confecção de fogos de artifício, os locais abrigavam toneladas de fogos para comercialização, e os trabalhadores estavam com a produção em ritmo acelerado para as demandas festivas do final de ano.

O acidente trouxe para a cidade olhares de vários segmentos da sociedade, em âmbito estadual, nacional e internacional. Nesse contexto, segmentos da

sociedade mobilizaram-se com a finalidade de organizar a produção pirotécnica de Santo Antonio de Jesus, tanto a partir do segmento público quanto do privado.

Em 1999, foi criado o Projeto Fênix a partir da ONG Instituto Fênix. Pelo projeto, foi instituído o Condomínio de Indústrias de Fogos (COEFÊNIX), um polo a produção de fogos com o objetivo de trazer para o município soluções pertinentes ao mundo do trabalho na área pirotécnica (SEBRAE, 2003).

Em janeiro de 2002, pelo Governo do Estado, por meio de ação da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), foi criado o COEFÊNIX com finalidade de “regulamentar” a atividade pirotécnica, objetivando abrigar trabalhadores do setor, de modo que os mesmos deixassem a clandestinidade e assim, sanar os problemas referentes à atividade.

A nova política pública teve o envolvimento do Estado e da sociedade, por meio de representantes de diversos segmentos. Naquela ocasião, ocorreram reuniões, das quais participaram representantes do Campus V da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), registrando-se embates entre pequenos produtores e os dirigentes do projeto.

O Projeto Fênix buscou parcerias com órgãos públicos, organizações civis e entidades religiosas, à procura de soluções tanto para os produtores quanto para os trabalhadores. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) fomentou ações e cursos profissionalizantes, além de treinamentos de segurança, com o intuito de orientar os produtores a legalizarem a produção pirotécnica, para o produtor sair da clandestinidade. Nesse contexto, uma das preocupações era a aplicação do regimento trabalhista e o atendimento às normas de segurança para a produção de fogos de artifício.

Em suma, o SEBRAE traduzia uma política pública que tinha, em seu bojo, como diretriz, “regulamentar, legalizar e revitalizar a atividade pirotécnica e propiciar desenvolvimento para toda a comunidade em aspectos sociais e econômicos, buscando o desenvolvimento integral do município” (SEBRAE, 2003). O Condomínio Fênix teve um investimento orçado em torno de três milhões de reais, não contabilizados o terreno e a estrutura física onde se instalou. Ao final, mesmo com o empenho dos segmentos da sociedade envolvidos na proposta, o projeto não teve êxito.



Avaliar as questões que causaram o insucesso do projeto não foi uma tarefa fácil, haja vista que os entrevistados envolvidos no mesmo não se sentiram à vontade para falar sobre o assunto, fosse por questões políticas ou pessoais. Preferiram falar de forma abstrata sobre o projeto.

Segundo José Carlos Toneto, atual Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, “o governo do Estado investiu mais de três milhões para a estruturação do condomínio, mas houve ingerência”. Toneto relata que estratégias políticas inviabilizaram o Projeto Fênix:

*O condomínio não chegou a ser instalado, não foi criado o estatuto do condomínio. A primeira empresa, Cosme e Damião, foi criada de forma “indicada”, sem uma manifestação espontânea, e juntaram [sic] sócios que não tinham afinidades pessoais e nem experiência empresarial [...] e era monitorada por terceiros com foco principal na “marketingzação” de um modelo, um mero teatro e com essa característica foi um fracasso gerencial. Teve uma empresa que fechou assim que conseguiu o empréstimo da DESENBAHIA. A posteriori, o Estado contemplou três empresas, oriundas de outro estado, que, em minha opinião, elas vieram apenas para “sufocar” a produção de Santo Antonio de Jesus, pois se viabilizasse a produção de fogos, na especialidade que é a produção de estalos, [a produção local] seria concorrente deles. Com a instalação finalizaria o modelo existente que é mais rentável (ENTREVISTA: José Toneto, 2015).*

A proposta que viabilizava a regulamentação da produção também não interessava a alguns produtores, que atuavam na ilegalidade e não tinham interesse em romper com modelo de trabalho explorador, precarizado e de mão de obra barata. De acordo com o SEBRAE, as quatro fábricas pirotécnicas implantadas no condomínio fracassaram, e com elas também fracassou o projeto. Em 2004, a área foi devolvida à Superintendência de Desenvolvimento de Indústria e Comércio (SUDIC). Em 2013, foi destinada à ampliação do Distrito Industrial de Santo Antonio de Jesus<sup>17</sup>.

Ailton José dos Santos, coordenador do Polo Sindical, esclarece que:

*O Projeto Fênix foi criado com o objetivo de agregar os trabalhadores que estavam em condição de trabalho clandestino e de oferecer ao trabalhador condições de produzir e de vender de forma regular. Mas a Secretaria de Indústria e Comércio do Estado não deu atenção aos pequenos e médios produtores. Entregou o projeto em mãos de empresários que não tinham envolvimento com fogos nem compromisso com os trabalhadores, eles só se beneficiaram com o projeto, seus interesses eram particulares, se*

<sup>17</sup> Ver mais notícia sobre o tema em: <http://www.sudic.ba.gov.br>> Acesso em: março 2014.

*aproveitaram do poder do cargo e não [se preocuparam] com a situação dos pequenos produtores. Tiveram empresas laranja, criadas para atender a um grupo; teve benefícios para pessoas da família que se atêm à produção de fogos aqui em Santo Antonio e na região. Veio empresário de Santo Antonio do Monte, com incentivos se instalaram e se beneficiaram dos acordos e propostas, mas, com a exigência do Exército de todo o processo ser regulamentado, eles não ficaram [...] (ENTREVISTA: Ailton J. Santos, Coordenador do Polo Sindical, 2015).*

Nesse contexto, o funcionário do SEBRAE, em entrevista no trabalho de Barbosa (2008), corrobora a avaliação sobre o fracasso do Condomínio e ressalta que o grande equívoco foi o modelo implantado no Condomínio Fênix. No propósito de servir a muitos com a formação de empresas, formaram-se grupos que ou continham membros que não eram produtores; ou o eram, mas tinham divergências de natureza diversa, ausência de afinidades empresarial e comercial. Essa situação resultou num erro gerencial que culminou no fracasso do projeto.

Outro fator mencionado para o insucesso do projeto foi a indisposição dos grandes empresários da região que, embora tivessem garantida uma área, não mostraram interesse em instalarem-se no condomínio, visto que, os mesmos não tinham necessidades de recursos financeiros nem de “suporte territorial”. De fato, esses empresários estavam habituados a manter o império dos fogos na clandestinidade, com obtenção de bons lucros. Para eles, não interessava legalizar a atividade, pois, mesmo com acidentes e tragédias, a garantia da impunidade se mantinha. Assim sendo, ainda é verificada uma rede clandestina de produção de fogos de artifício em Santo Antonio de Jesus e região.

Uma das integrantes do Movimento 11 de Dezembro faz sua avaliação sobre o Projeto:

*Em 1998 foi aquela tragédia que morreu 64 pessoas, onde muita gente se aproveitou, ficou rico em cima da costa da gente, porque foi pra Minas Gerais em cima do choro da gente, fizeram um projeto, e o governo pagou a construção do projeto, e a gente chorando... Quem não tinha nada se beneficiou, foi buscar recurso com o governo, veio o elefante branco, o projeto Fênix não conseguiu resolver nada, e a gente até hoje nunca viu nada... A ajuda que a gente teve foi do povo, das freiras, do padre italiano [...]. O projeto Fênix foi só pra correr dinheiro pro bolso de quem já tinha. Não serviu pra nós mulheres, pra nossos filhos, pra ninguém aqui da periferia (ENTREVISTA: Ex-fogueteira, 57 anos).*

Toneto, em entrevista, ponderou que, naquele momento, ao invés da proposta e da implantação de um projeto de condomínio de empresas, teria sido viável uma

escola ou mesmo um centro tecnológico, acreditando que esse sim, seria melhor, pois uma proposta educativa e abrangente contemplaria os produtores de fogos de artifício em relação ao treinamento da mão de obra e, ademais, incentivaria os mesmos produtores a fazerem investimentos e melhorias na atividade fogueteira.

O projeto Fênix nasceu em um momento de comoção social. Assim, todos seus derivativos foram assimilados socialmente com rápida e ávida esperança de serem a solução para os conhecidos problemas sociais relacionados à produção de fogos.

A envergadura do movimento em torno do projeto facilitou sua assimilação, fosse no âmbito político ou econômico. Como era de se esperar, diversos mecanismos de fixação acerca do projeto foram elaborados. Um deles é uma cartilha, intitulada “Fênix: da tragédia a solução”, elaborada com várias parcerias, inclusive a UNEB, cuja finalidade era atingir a população escolar. O material foi utilizado, nos dois primeiros anos, nas escolas públicas estadual e municipal. Hoje, só resta uma cópia no arquivo públimo Municipal da cidade (Apêndice B).

A linguagem da cartilha refere-se à produção de fogos como uma atividade natural e vocativa da comunidade. “Fabricar fogos é uma tradição de nosso povo” (ANEXO B, p. 2). Busca-se criar uma naturalidade e submissão aos riscos natos do tipo de produção. Outro aspecto fortemente tratado no texto diz respeito ao emprego e à renda, como na assertiva de que “a comunidade sempre se beneficiou da produção de fogos, apesar dos riscos” (Ibidem). Tal ideia propõe uma situação na qual a única alternativa de trabalho ou a principal fonte de renda pelo trabalho assalariado estaria na produção de fogos. Um terceiro aspecto, de cunho fortemente ideológico, está registrado na seguinte afirmativa: “Os fabricos clandestinos não ofereciam nenhuma segurança... muitas pessoas se arriscavam em busca de uns trocados” (Ibidem). Esse risco nato, atribuído à atividade e à clandestinidade, impuseram seu ônus, não aos que verdadeiramente se beneficiaram da atividade, mas aos que nela se debruçam de forma silenciosa e invisível.

Nesse contexto, uma “mais-valia oculta” pode ser atribuída a essa produção: diferentemente de um operário em linha de produção de bens de consumo, os fogueteiros têm baixa remuneração pelo risco e pela necessidade de relativa invisibilidade verificados nessa esfera de trabalho.

A tragédia de 11 de dezembro, na Juerana, trouxe à tona um universo quase que oculto da imensa maioria das pessoas em Santo Antonio de Jesus, na Bahia, no Brasil e também no mundo. A tragédia e seus desdobramentos evidenciaram a necessidade de uma nova organização em torno da atividade pirotécnica. E um novo modelo tentou-se instaurar de fato, cuja tônica não foi o empoderamento dos trabalhadores desta atividade, mas protagonizado por outros atores (também importantes), como os produtores. Esses, de certa forma, centralizaram e direcionaram o processo da atividade fogueteira – e ainda o fazem. Entre a intencionalidade e o poder imagético desse instrumento de divulgação, dessa cartilha, podemos observar, em suma, tal direcionamento. Nesse contexto, a realidade tem, no palco do território fogueteiro, atores, que saem das cinzas ao labor, a conformação a seguir a vida a submissão do trabalho pirotecnico.

Ante o fracasso do Condomínio Fênix e por não terem sido contemplados com o projeto, pequenos produtores buscaram a assessoria de José Carlos Toneto e, em 2004, criaram a Associação dos Produtores de Fogos de Santo Antonio de Jesus (ASFOGOS). Seu objetivo é dar amparo legal aos produtores no campo da legalidade e, também, oferecer-lhes logística, cedendo espaços adequados para produção dos fogueteiros.

Apesar do fracasso do Condomínio Fênix e da desativação do Projeto Fênix, a ASFOGOS, o poder público, destacam como conquista, a criação da Lei Municipal para fiscalização e regulamentação das atividades pirotécnicas (LEI N° 665/99). Por meio dessa norma, liberou-se a produção de traque nas residências, tendo em vista que, segundo o Exército, o produto não é explosivo (ANEXO A).

Lei Municipal de Normas para Fiscalização e Regulamentação das Indústrias de Fogos de Artífício e Produtos Pirotécnicos – LEI nº 665/99<sup>18</sup>.

#### **4.2.2 O Movimento 11 de Dezembro**

Em paralelo contapondo-se ao Projeto Fênix, após a tragédia de 11 de dezembro de 1998, foi criado, em 1999, o Movimento 11 de Dezembro. Formado por familiares das vítimas e por sobreviventes do incidente, com apoio de entidades

---

<sup>18</sup> Em Santo Antonio de Jesus foi criada a Lei municipal para orientar a montagem de empresa de pirotecnia e atender as especificidades do município. Foi baseada na R-105.

religiosas e de instituições civis quanto à criação e à estruturação do mesmo, com o objetivo do movimento é buscar justiça social, sobretudo para os órfãos, e direitos trabalhistas. Seus integrantes vivem, até os dias atuais, em luta constante por reparação.

Mesmo passado tantos anos, uma mãe que perdeu a filha na explosão fala, com muito enternecimento, sobre o contexto das fogueteiras:

*Depois da tragédia a gente fazia caminhada no dia 11 de cada mês. E aí foi fundado o Movimento 11 de Dezembro, que nos deu força e união pra lutar contra os que ganham dinheiro com os fogos. O Vardo [referindo-se a Osvaldo Prazeres Bastos, grande produtor, proprietário da tenda que explodiu] sempre lucrou e tem poder e dinheiro pra fazer o que quer, mas com o movimento a gente teve apoio e força pra lutar. O movimento tem de ser assim mesmo, de luta... Tem desunião, mas eu estou satisfeita, porque o movimento serviu pra ajudar a lutar pela justiça, que demora, mas queira Deus não vai faltar. Quando aconteceu o acidente, nós, por sermos pobre [sic], não tinha a quem recorrer... [suspiros]. A nossa ajuda foi da igreja, e o Padre Luiz foi buscar recurso na Itália; chegou aqui, perguntou pra todas as mães do movimento se a gente queria a creche ou o dinheiro, que ele dividia o dinheiro que tinha conseguido. Nós pedimos a creche, pra nossas crianças ter [sic] onde ficar, e a gente ir buscar trabalho em outras coisas fora dos fogos. Ele tinha um terreno e, com o dinheiro, fez essa creche, e é aqui que eu e muitas mulheres trabalhamos e continuamos na luta [...]* (ENTREVISTA: Ex-fogueteira, funcionária da Creche 11 de Dezembro, 2015).

Uma integrante do Movimento, que perdeu uma irmã, avalia que, embora tenha havido desleixo nos campos jurídico e governamental, a comunidade obteve conquistas a partir dos esforços e ações do 11 de Dezembro. Exemplo disso é a criação da Creche 11 de Dezembro, fundada com o apoio de uma instituição religiosa e de ONGs de direitos humanos.

O Movimento 11 de Dezembro e a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos abriram um processo contra a União em âmbito Federal. O juiz do Tribunal da Justiça Federal determinou, por meio de uma liminar, que o Exército pagasse uma pensão, no valor de um salário mínimo, para cada criança órfã. Ademais do processo, houve denúncia para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que abriu o caso, em maio de 2002, e solicitou informações sobre as ações do governo brasileiro de antes, durante e depois da explosão. Os peticionários, além do Movimento 11 de Dezembro, foram as seguintes entidades: Fórum de Direitos Humanos de Santo de Jesus, Polo Sindical, Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa da Bahia, Comissão de

Direitos Humanos da Câmara Federal, ONG Justiça Global e Rede Social de Justiça Global.

Devido à morosidade com relação à tramitação e à ausência de medidas cabíveis quanto à fiscalização, produção e controle das atividades pirotécnicas, o Movimento 11 de Dezembro e outras entidades acionaram a Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). No processo, o Estado foi responsabilizado pela tragédia. Este, por sua vez, assegurou, perante a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), reparações moral e material às vítimas da tragédia.

Passados 16 anos, o processo contra os donos da fábrica clandestina encontra-se em tramitação. Inicialmente, o caso tramitou na cidade de Santo Antonio de Jesus, mas, após o primeiro julgamento, do qual os réus saíram impunes, e tendo em vista a influência dos fabricantes de fogos na cidade, preferiu-se transferir o processo para Salvador. São oito réus, a maioria da família Prazeres, a qual domina a atividade pirotécnica na cidade e na região. Embora tenham sido condenados, no último julgamento, os réus recorreram, por agravo, ao Supremo Tribunal de Justiça, que ainda não se manifestou.

As tentativas de mudanças nos âmbitos empresarial, gerencial e trabalhista não surtiram efeitos no sistema de produção de fogos de artifício da cidade. Apesar da tragédia e do tempo percorrido – mais de 16 anos – não houve de fato contribuições na organização socioespacial que fossem relevantes e tenham trazido mudanças na dinâmica socioespacial ou nas relações de trabalho da produção de fogos de artifício.

A localização geográfica de Santo Antonio de Jesus contribuiu para concretizar a rede pirotécnica e tal organização produziu a territorialidade fogueteira. Segundo Milton Santos (1985, 1988), a territorialidade organiza o espaço por meio de relações de forma, função, estrutura e processo distinguindo componentes para análise do espaço e da organização socioterritorial. Essas devem ser entendidas:

- a) a estrutura como organização espacial, estrutura espacial e territorial ou simplesmente espaço;
- b) processo, imposto por suas próprias determinações, faz aparecer cada

- forma como forma-conteúdo. Essa, por sua vez, apresenta-nos tanto o objeto geográfico quanto sua
- função atual, a qual leva ao quadro socioespacial.

Na rede da produção pirotécnica, ocorrem relações conflituosas, que têm rebatimento no território. Esse, por sua vez, ao tecer as vivências das fogueteiras gera especificidades ao território e institui a territorialidade.

Atualmente, o Movimento 11 de Dezembro, embora enfraquecido, devido à morosidade e ao descompasso da justiça, realiza encontros clamando justiça social, o que se verifica na imprensa:



**Secretaria de Justiça se reúne com Movimento 11 de Dezembro em Santo Antonio de Jesus**

*Nesta quarta-feira (17) aconteceu no Bairro Irmã Dulce em Santo Antonio de Jesus/BA uma reunião entre os componentes do 'Movimento 11 de Dezembro', – familiares das vítimas da explosão de uma fábrica de fogos que matou 64 pessoas no ano de 1998.*

*O senhor Glauco Chalegre, assessor do Secretário de Justiça, Geraldo Reis, ouviu as demandas das famílias para finalizar os entendimentos acerca do assunto. "... o principal pedido deles é a indenização, solicitação que estamos levando ao governo do Estado. Estaremos conversando com a Secretaria Estadual de Saúde sobre a possibilidade de fazer cirurgias plásticas nos cidadãos que ainda tiverem interesse", declarou.*

*A presidente do Movimento 11 de Dezembro, Dona Dolores demonstrou revolta com forma em que a justiça vem tratando o caso: "as tendas de fogos continuam clandestinas e a Justiça, neste ano fechou os olhos. Tenho vontade de me mudar para um lugar bem longe para não continuar a ver a decepção que vivemos nesse país. Nós só queremos que as famílias dos envolvidos tenham seus direitos e que a Justiça faça Justiça, tomando medidas para que o comércio de fogos seja feito da maneira correta", pediu.*

*(Tribuna do Recôncavo, editado pela Voz Bahia, 18/06/2015)*

A grande conquista social do Movimento 11 de Dezembro é a mobilização que o mesmo consegue realizar em uma cidade que coloca venda nos olhos, para não ver o cotidiano das mulheres e das crianças envolvidas nos bastidores do

trabalho pirotécnico, e que só os descobre para ver o show pirotécnico. No mês da tragédia, o Movimento mobiliza setores da sociedade e realiza eventos os quais colocam em pauta a problemática da produção de fogos de artifício na cidade:



***Santo Antonio de Jesus lembra 16 anos da explosão da tenda de fogos que matou 64 pessoas***

*O dia 11 de dezembro é uma data que marca a vida de toda população Santoantoniense e traz lembranças tristes. Foi nesse dia que a tenda de fogos, situada na Joeirana explodiu e matou 64 pessoas, dentre elas crianças e adultos. Dois anos após o acontecimento as senhoras conhecidas como Dona Helena e Dona Dolores conseguiram criar uma creche como o nome 11 de dezembro, onde são realizados trabalhos com crianças e adolescentes. Um movimento também foi criado e todos os anos são realizadas caminhadas para lembrar a data, pedir justiça e homenagear aqueles que se foram. Sabe-se que até o momento o proprietário da fábrica, Osvaldo Prazeres Bastos, e sete pessoas ligadas a ele não pagaram nenhuma indenização aos familiares, que lutam perante à Justiça para conseguir o que é de direito. Todos os réus fazem parte da mesma família. Bastos é conhecido como Vardo dos Fogos. A investigação apontou que ele armazenava material explosivo de forma ilegal e produzia fogos de artifício sem condições básicas de segurança. A denúncia foi apresentada em 2001 à corte internacional por parentes de vítimas e entidades defensoras de direitos humanos, como o Movimento 11 de Dezembro, o Fórum de Direitos Humanos de Santo Antonio de Jesus, a organização não governamental (ONG) Justiça Global, e a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Em 2006, o Estado brasileiro assumiu parente a OEA a responsabilidade na explosão da fábrica e se comprometeu, em audiência realizada em Washington, a fazer a reparação moral e material para as famílias das vítimas e dos sobreviventes. Santo Antonio de Jesus é conhecida como polo da produção de fogos de artifício. Apesar da importância econômica da atividade para o município, a fabricação de fogos ocorre, na maior parte dos casos, sem autorização para o funcionamento.*

(Voz da Bahia, 11, dez., 2014).

No município de Santo Antonio de Jesus, a atividade pirotécnica, caracterizada pelo trabalho clandestino e pela alta periculosidade, teve como marco a explosão de uma tenda clandestina. Com esse fato, despiram-se as problemáticas



relacionadas à atividade fogueteira, entretanto, as condições de trabalho metarmorfasaram-se na informalidade e na precarização escamoteada do trabalho domiciliar.

## 5. REVELA-SE O TERRITÓRIO FOGUETEIRO DE SANTO DE JESUS/BA

Se por um lado necessitamos de trabalho humano e do seu potencial emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social.

Ricardo Antunes

Desigualdades sociais e econômicas, problemas de infraestrutura e vulnerabilidade social são aspectos que caracterizam a periferia da cidade de Santo Antonio de Jesus. Ao andar-se pelas ruas dos bairros Irmã Dulce e São Paulo, percebe-se que o labor das mulheres e das crianças se dá com a atividade fogueteira. As atividades com a produção de fogos são, ali, a principal possibilidade de renda real. Neste capítulo, desvendam-se o território fogueteiro e as fogueteiras de Santo Antonio de Jesus.

### 5.1 Caracterizando o trabalho – invisível – na produção de traque

Decerto, “a cidade desponta como cenário de movimentação de fluxos, e esses englobam serviços avançados, financeiros, consultorias, serviços jurídicos, coleta e difusão de informações” (CASTELLS, 1993, p. 402). Contudo nem todos os espaços apresentam os mesmos cenários, tendo em vista que ocorrem diferenças na forma como são concebidos, como surge sua estrutura, na definição de sua função. Por causa dessas diferenças, surgem diversos territórios, definidos com base no jogo de interesses dos variados grupos que produzem a cidade.

Corrêa (1997, p. 60), ao afirmar que “a organização espacial é o resultado do trabalho humano acumulado ao longo do tempo”, remete à analogia da organização produtiva. Visto sob esse prisma, o território fogueteiro santantoniense apresenta-se com heranças históricas de marcas do trabalho escravo.

Os resquícios das relações de trabalho dos ciclos produtivos anteriores, inclusive na pirotecnia, sobretudo do período colonial, apontam que tais relações foram acompanhando a evolução das atividades produtivas e das relações de trabalho da cidade. Assim, tem-se, no ciclo econômico da pirotecnia,

especificamente na produção de traque, o trabalho realizado de forma artesanal – trabalho domiciliar –, desenvolvido pela população feminina, em caráter informal.

A consolidação do trabalho feminino, no mundo contemporâneo, inicia-se na protoindústria, definida como sistema doméstico de produção, com trabalhos artesanais, envolvendo mulheres e crianças em suas residências. Daí se origina o trabalho domiciliar, informal. A mulher foi inserida no mundo do trabalho capitalista desempenhando atividades produtivas menos elaboradas e, conseqüentemente, de menor valor (HOBBSAWM, 1998).

O trabalho domiciliar, em Santo Antonio de Jesus, advém do excedente de mão de obra não qualificada e barata, enquanto os empresários sustentam a acumulação do capital e a racionalização de custos com o trabalho informal. Nesse contexto, o capital se reproduz, definindo territórios específicos, delineando relações de trabalho.

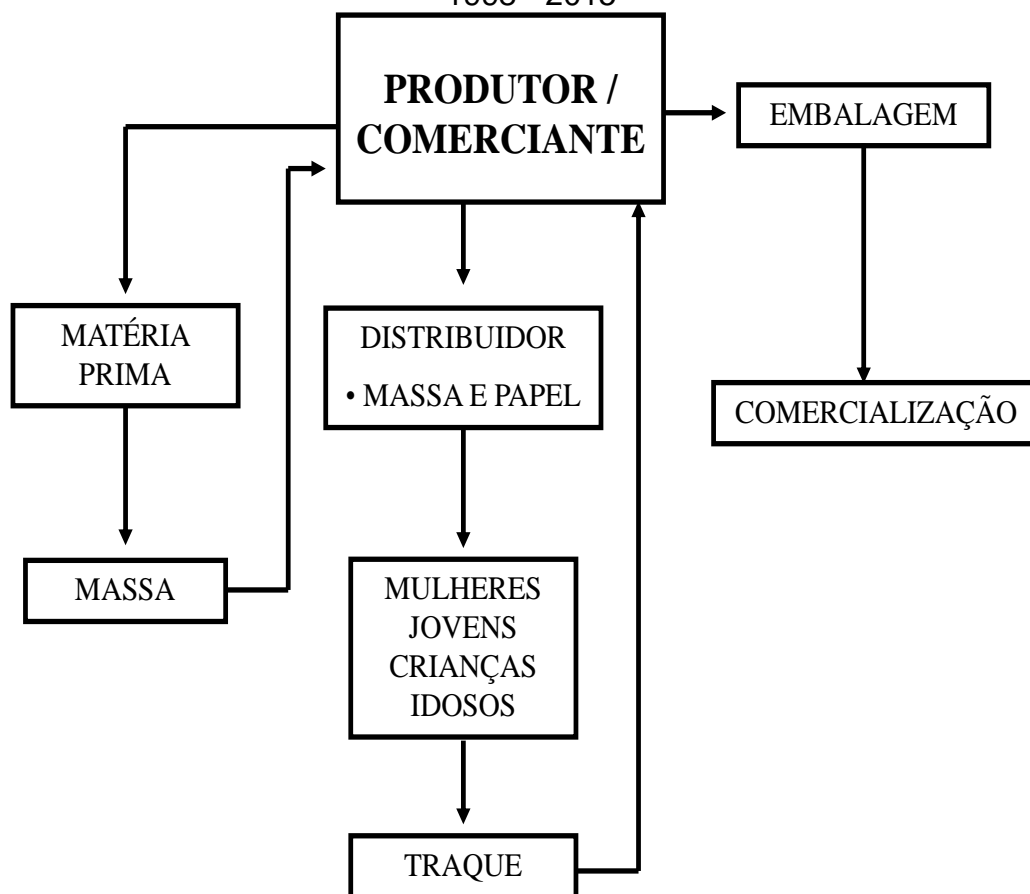
O capital se apropria do trabalhos feminino e infantil, definindo especificidades e singularidades que se apresentam, no território fogueteiro santantoniense, como ações de informalidade e de clandestinidade – características de trabalho precarizado.

Portanto, no território fogueteiro, se constata a simultaneidade entre o trabalho informal e clandestino, desde a aquisição de matéria-prima até a comercialização. O processo produtivo segue um sistema de organização que envolve desde a aquisição do insumo até a distribuição/comercialização do produto.

O sistema produtivo de traque concentra-se no produtor que distribui o insumo e a matéria prima, além de recolher a produção e realizar a comercialização.

A divisão de trabalho tem uma estrutura simples, na qual o processo produtivo se inicia com a produção da massa, realizada pelo manipulador, o qual recebe do produtor os insumos/matéria-prima para composição da mesma. Essa, por sua vez, é devolvida ao produtor, que emprega o distribuidor, responsável por entregar a massa e o papel para as mulheres, para a confecção dos traques. O traque é devolvido ao produtor, e ele se encarrega de organizar a embalagem e, posteriormente, da comercialização (Figura 11).

Figura 11  
Santo Antonio de Jesus/BA  
Sistema produtivo informal de fogos de artifício  
1998 - 2015



Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pela autora.

A etapa da manipulação é realizada com produtos químicos os quais têm, em sua composição, insumos perigosos. Por isso a atividade se caracteriza como uma operação de risco, podendo provocar acidentes ou mesmo morte. O trabalhador designado para esse procedimento chama-se manipulador de massa. Essa atividade é realizada, notadamente, por homens e, geralmente, é feita em área rural, embora exista também em áreas urbanas, em tendas em fundo de quintal.

A manipulação é feita na clandestinidade e, para burlar a fiscalização, produtores recolhem trabalhadores e trabalhadoras nos bairros, com retorno somente à noite. Homens e mulheres – jovens, adolescentes e crianças – são conduzidos para os bastidores do show pirotécnico, muitas vezes, pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal:

*Tem muita gente ai que é contra os fogos, mas não é somente ser contra e não dar outro emprego, não basta só ser contra [fazendo referência a integrantes do Movimento 11 de Dezembro]. Eu quero ver como já foi minha irmã, sobrinha, vizinha procurar emprego e vê se dão... É só dizer que a gente é do Mutum [denominação anterior do bairro Irmã Dulce], entortam a cara. E nas empresas que a prefeitura trouxe [referindo-se à empresa de calçado e de cosmético implantados na cidade, após a tragédia] eles dizem que não tem emprego porque não tenho estudo. E aí, eu vou roubar, pra dar comida pra meus filhos? Eles vão lá trabalhar nas tendas também. Melhor ir pra tendas do que ir pra malandragem. Tem trabalho nas tendas e tem de ir, sim! (ENTREVISTA: Trabalhadora, 32 anos).*

Aliado à questão da renda, o trabalho com fogos está imiscuído de estigmas. A fogueteira sente a forma pejorativa com essa atividade é encarada pela sociedade: há discriminação social ao seu labor.

Da elaboração dos produtos: dos insumos obtém-se a massa, a qual retorna para o produtor. Esse, por sua vez, repassa-a ao distribuidor, que faz a distribuição da massa, juntamente com o papel (papel seda já cortado), para as trabalhadoras que confeccionam o traque. Essa atividade de distribuição da matéria prima e do produto confeccionado é realizada por pessoas de sexo tanto masculino quanto feminino, entretanto é feita, de forma mais acentuada, pelos homens. Como foi dito anteriormente, essa etapa acontece em “fundo de quintal” e, também, nas tendas e dentro das residências.

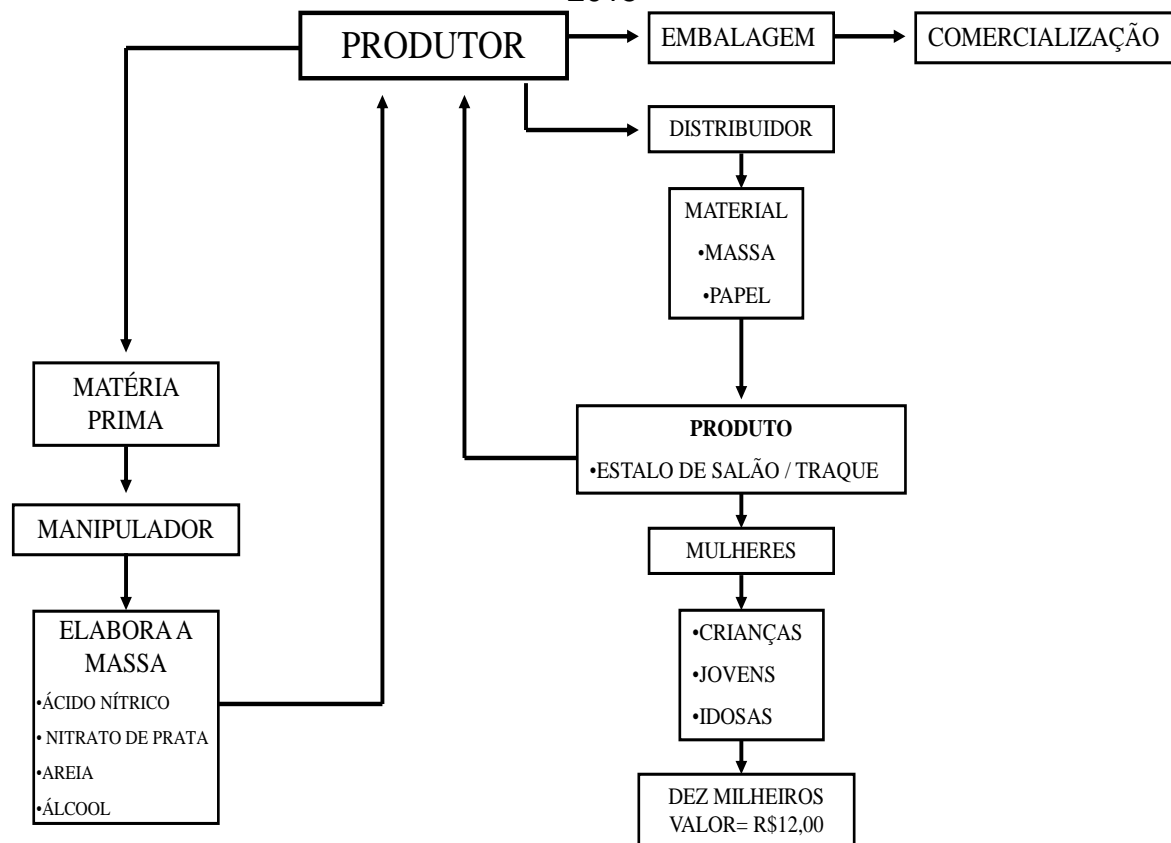
Considerando-se essa modesta divisão de trabalho na produção de traque, sucede que, muitas vezes, o produtor desdobra-se, assume outros papéis dentro da atividade. Há situações em que o produtor, especialmente o de pequeno porte, exerce também o papel de distribuidor. Em alguns casos, o distribuidor está instalado nos bairros de produção fogueteira, podendo exercer, também, o papel de atravessador.

O sistema comercial engloba os grandes, pequenos e médios produtores, e a comercialização do traque é centralizada no produtor, que paga para a enroladora de traque a quantia de R\$12,00 por dez milheiros. Esse valor tem variação, que oscila entre R\$0,90 a R\$1,20 por um milheiro, a depender do produtor (Figura 12).

Segundo a ASFOGOS, a base produtiva de fogos de artifício é a massa, que é fabricada:

- » para produtos explosivos;
- » para produtos de traque.

Figura 12  
Santo Antonio de Jesus/BA  
Sistema produtivo informal de estalo de salão/traque  
2015



Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pela autora.

A massa de traque é a única que não tem o controle do Exército. Sua fabricação foi liberada, conforme a Lei Municipal (citada anteriormente), após a tragédia, para atender à produção pirotécnica de Santo Antonio de Jesus. Embora seja considerada pelo Exército como de baixo risco, a massa de traque deflagra e produz queimaduras, além de ser capaz de afetar a saúde com problemas respiratórios, dentre outros.

Os fogos de artifício elaborados no município são denominados de “produtos da terra” ou “miudezas” (rever a Figura 4 na ppágina 58).

## 5.2 Territórios fogueteiros: Bairros Irmã Dulce e São Paulo

O território apresenta um panorama de integração entre capital, fluxos, cultura e técnica; com problemáticas sociais e econômicas de feições específicas. O mesmo se define, no mundo geográfico, com complexos padrões espaciais (SMITH,1998).

Analisando-se tais aspectos, percebe-se que o capital cria e recria territórios, nos quais exibem padrões distintos, mesmo com o mesmo produto. Em cada território, o processo de produção se distingue um dos outros a partir de singularidades, especificidades e de particularidades identitárias. Nesse sentido, o arranjo territorial é composto de inúmeras desigualdades, e é isso o que se verifica na área periférica de Santo Antonio de Jesus. A produção de fogos de artifício ocorre aí, de forma mais intensa nos bairros Irmã Dulce (originalmente designado de Mutum) e São Paulo. Ambos concentram a quase totalidade da produção de traque.

É possível analisar a vulnerabilidade social desses bairros periféricos. Quanto a população conforme dados da Secretaria de Saúde, por meio do Sistema de Informações de Atenção Básica (SIAB), da Prefeitura Municipal, em 2014, foi registrada, nos bairros São Paulo e Irmã Dulce, uma população de 8.922 pessoas, sendo 4.676 mulheres, 3.330 acima de 18 anos. Ao todo, são 2.681 famílias cadastradas no referido sistema (Tabelas 5 e 6). Em muitas dessas famílias, a mulher é a responsável por sua manutenção.

Tabela 5  
Bairro Irmã Dulce  
População por gênero  
2014

<b>População</b>				
<b>Sexo</b>	<b>Jovens</b>	<b>Adultos</b>	<b>Idosos</b>	<b>Total</b>
Masculino	511	886	96	1.493
Feminino	488	1.049	132	1.669
<b>TOTAL</b>	<b>999</b>	<b>1.935</b>	<b>228</b>	<b>3.162</b>

Fonte: Secretaria da Saúde (2014). Organizado pela autora.

Tabela 6  
Bairro São Paulo  
População por gênero  
2014

<b>População</b>				
<b>Sexo</b>	<b>Jovens</b>	<b>Adultos</b>	<b>Idosos</b>	<b>Total</b>
Masculino	885	1.665	203	2.753
Feminino	858	1.855	294	3.007
<b>TOTAL</b>	<b>1.743</b>	<b>3.520</b>	<b>497</b>	<b>5.760</b>

Fonte: Secretaria da Saúde (2014). Organizado pela autora.

No bairro Irmã Dulce, a população é de 3.162 habitantes, sendo 62% adultos, enquanto os jovens representam 32% do total e os idosos, apenas 6% da população. Predominam as mulheres, que significam 53,4% do total. Por outro lado, no bairro São Paulo, a população é superior ao bairro Irmã Dulce, com 5.760 habitantes. No bairro São Paulo o predomínio da população adulta mantém-se, sendo mais acentuado que em Irmã Dulce com 61,5% da população, enquanto os jovens são apenas 30,4% do total e os idosos, 8% do total. As mulheres também predominam no bairro São Paulo com participação de 52,20% do total de habitantes.

As crises econômicas do país refletem no crescimento da cidade e, conseqüentemente, os problemas advindos da ampliação das desigualdades sociais e dos rebatimentos nos territórios têm o quadro socioterritorial do município como mecanismo propulsor para o exercício da atividade fogueteira.

A área de estudo se caracteriza pela pobreza em sentido amplo: da pobreza material à pobreza educacional, passando por questões de falta de infraestrutura, sobretudo de saneamento básico, essencial para a saúde da população. Nos bairros estudados, constata-se a inexistência de rede de esgoto e, em algumas ruas, a incidência de drenagens fluviais transformadas em esgoto a céu aberto, conforme apresenta o bairro Irmã Dulce (Figura 13).



Figura 13  
Bairro Irmã Dulce  
Aspectos de saneamento básico



Fonte: Pesquisa de campo em 2015.

Quanto à infraestrutura básica, os bairros apresentam dados condizentes com situações precárias, especialmente no que diz respeito a saúde, que engloba, por exemplo, a qualidade da água – há indicadores altos para água sem tratamento – e a existência de saneamento – não há esse serviço em boa parte de ambos os bairros. Em relação à habitação, embora predominem as casas de alvenaria (tijolo ou adobe), sabe-se que, muitas vezes, essas são desprovidas de reboco ou de piso, além de apresentar outras carências, como telhado e ventilação (Tabela 7). No bairro Irmã Dulce, as casas feitas de outros materiais correspondem a 3,08% do total, indicando maior precariedade.

Tabela 7  
Bairros Irmã Dulce e São Paulo  
Infraestrutura básica  
2014

<b>Tipo de casa</b>		
	<b>Irmã Dulce</b>	<b>São Paulo</b>
Tijolo/adobe	96,48%	99,66%
Taipa revestida	0,33%	0,06%
Taipa não revestida	0,00%	0,00%
Madeira	0,00%	0,11%
Material aproveitado	0,11%	0,06%
Outros	3,08%	0,11%
<b>Tratamento e abastecimento de água</b>		
	<b>Irmã Dulce</b>	<b>São Paulo</b>
Filtura	45,82%	63,30%
Fervura	1,32%	0,62%
Cloração	23,63%	3,27%
Sem tratamento	29,23%	32,81%
Rede pública	87,69%	95,48%
Poço ou nascente	12,20%	3,95%
Outros	0,11%	0,56%
<b>Coleta de lixo e saneamento</b>		
	<b>Irmã Dulce</b>	<b>São Paulo</b>
Coleta pública	97,58%	99,10%
Queimado/enterrado	1,10%	0,34%
Sem coleta de lixo	1,13%	0,56%
Sistema de esgoto	88,02%	64,48%
Fossa	2,20%	28,74%
Sem saneamento	9,78%	6,74%

Fonte: Secretaria da Saúde (2014). Organizado pela autora.

Os dois bairros são abastecidos pela rede pública de água, mas nem todas as famílias são atendidas pelo serviço e por isso buscam o abastecimento por meio de

poço ou nascente. Esse cenário é mais intenso no Bairro Irmã Dulce (12,20% do total).

Quanto à coleta de esgoto, ela contempla 88% das famílias do bairro Irmã Dulce e 64,48% do bairro São Paulo. Sabe-se, entretanto, que o esgoto é lançado nas galerias pluviais, contaminando os corpos hídricos. A coleta de lixo também é realizada pela rede pública, nos dois bairros, mas é frequente a presença de focos de lixo nas ruas e em terrenos baldios.

É exatamente perante a situação de pobreza que o capital, a partir da informalidade, precariza o trabalho, especialmente, em áreas periféricas, pois estes, afinal, são territórios vulneráveis que, também, o capital, encontra terreno fértil para se reproduzir. Assim, os bairros em estudo caracterizam-se pela predominância de pessoas com baixos níveis de escolaridade e, conseqüentemente, com baixa renda. Há também a prevalência de problemas de ordem estruturais, o que produz e reproduz o trabalho informal, de forma domiciliar, precarizado, da confecção de traques.

Nesse sentido, Singer (2003, p. 77) afirma que o trabalho informal corresponde ao segmento estagnado da população excedente, a “população ativa com ocupação irregular é que oferece ao capital trabalho disponível a ganhos mínimos”. A produção de traque cria territorialidade nas calçadas, nos cômodos das casas, enfim, nos lares santantoniense, e definem o trabalho domiciliar: tempo profissional e espaço residencial fundem-se nos bairros Irmã Dulce e São Paulo. Encontram-se mulheres e crianças sentadas nas calçadas a enrolar traque, um panorama que antecede a tragédia de 1998 e que persiste duas décadas depois da mesma (Figura 14)<sup>19</sup>.

A atividade pirotécnica, no tocante à confecção de traque, distingue-se pelo trabalho domiciliar com mão de obra feminina – mulheres, crianças e idosas – e é marcado por intensa precarização, por subordinação, por exclusão do trabalho formal, dos direitos trabalhistas e de cidadania. Tal atividade, trabalho e rendas expressas pela informalidade, traduz o gênero de vida, com padrões econômicos,

---

<sup>19</sup> Vale ressaltar, que a pedido das mulheres, não foram realizadas fotografias, resguardo o direito do desconforto pela exposição, em virtude da discriminação e da dualidade entre aquelas que sentem a pertença fogueteira em contraponto aquelas do Movimento 11 de Dezembro, que são vistas, muitas vezes como deladoras daquelas que trabalham com fogos de artifício.

políticos, sociais e tecnológicos que constituem relações de tensão na comunidade e revelam, no território, desigualdades sociais acentuadas.

Figura 14  
Bairro Irmã Dulce  
Trabalhadoras na calçada



Foto: Justiça Social, 7/12/2009.

### **5.3 Trabalho domiciliar – artesanal – na produção de traque**

A produção de fogos de artifício em Santo Antonio de Jesus é constituída por fabricação artesanal, realizada por parcelas da sociedade de menor grau de instrução/qualificação, residente em áreas periféricas.

A atividade fogueteira encontra condições ideais de ocorrer com o trabalho domiciliar, devido ao fato de o processo produtivo ser desenvolvido de forma artesanal, sem necessidade de estrutura física nem de uso de mão de obra qualificada. Caracteriza-se, assim, como atividade informal, o que implica em pessoas desenvolvendo suas atividades laborais sem qualquer tipo de garantia de direitos trabalhistas ou direitos ligados à saúde.

O labor advém de mulheres duplamente vulneráveis — por razões históricas sociais e educacionais e sem a devida instrução. Sem opção para outros tipos de trabalho, elas retiram complemento para sustentar da família dessa atividade:

*Daqui, desse serviço, que eu tiro meu dinheiro para ajudar nas despesas da casa. Já procurei outros trabalhos, mas eu não tenho estudo e não acho outro serviço... Até então, o que eu vivo mesmo é do traque. Dele que me ajuda e não deixa faltar pão na mesa. É pouco, mas eu vou me distraíndo e ganhando meu dinheirinho (ENTREVISTA: Trabalhadora, 38 anos).*

São contingentes de trabalhadoras que têm como característica a prática do trabalho informal e domiciliar, embora muitas, além de realizar o trabalho com fogos, em suas residências, sejam recrutadas para trabalhar nas tendas, com a produção de traque de riscar, bombas, bombinha e outros fogos de artifício.

As vulnerabilidades que concernem às condições socioeconômicas e educacionais de mulheres, crianças e idosas, residentes da periferia de Santo Antonio de Jesus, desencadeiam a promoção de oferta de mão de obra barata e não qualificada. É nesse contexto que os bairros de São Paulo e Irmã Dulce estão inseridos, no município, caracterizados como bairros periféricos, pobres, estigmatizados pela marginalidade e pela discriminação social.

A questão da vulnerabilidade é colocada em debate, quando se analisam, a partir de parâmetros sociais, habitacionais, ambientais e educacionais, as condições de trabalho em que as pessoas se dispõem para prover suas necessidades, vendendo sua força de trabalho (SMITH, 1996).

Nessa perspectiva, a produção de fogos encontra, nos bairros periféricos de Santo Antonio de Jesus, o ambiente propício para absorver a mão de obra local e valer-se, de modo precário, da agilidade e da habilidade da força de trabalho feminina.

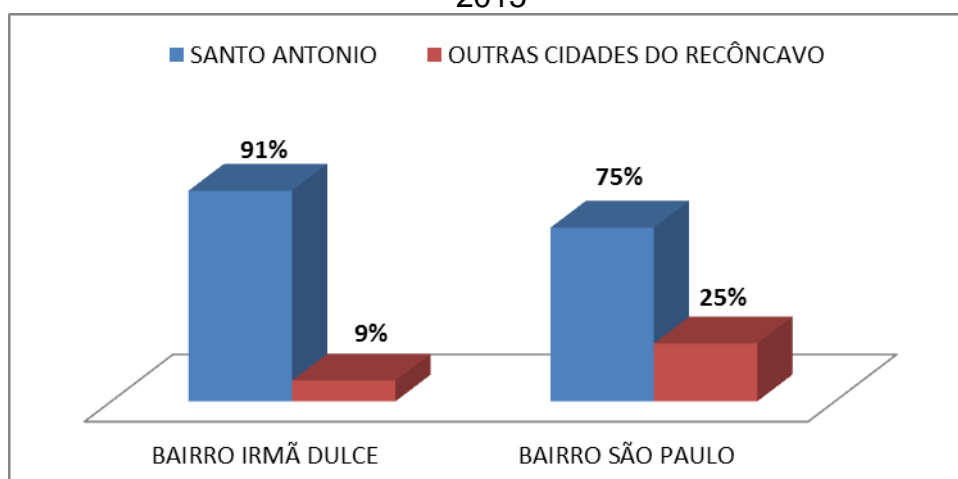
Antunes (2006) afirma que, na contemporaneidade, o capitalismo favorece as desigualdades sociais e fomenta disputas na sociedade, as quais levam à diminuição das oportunidades de emprego e potencializam a polarização, gerando ambientes de disputa e tensões. Tais tensões são desenvolvidas, sobretudo, a partir do desemprego. Ao mesmo tempo, elas favorecem o mercado informal, estão estabelecidas as relações de trabalho capitalistas.

#### 5.4 Informalidade, políticas públicas: O trabalho feminino

Para traçar o perfil das fogueteiras de Santo Antonio de Jesus e fazer uma análise socioespacial da produção de traque e de suas implicações no território, foram aplicados 40 questionários a fogueteiras — correspondendo a 1% do total de 4.176 da população feminina (Tabela 4 e 5) de ambos os bairros. Durante o trabalho de campo, por ocasião da aplicação do questionário, também foram colhidas narrativa das mulheres que se mostraram mais acessíveis, o que enriqueceu o estudo.

Grande parcela das mulheres pesquisadas é oriunda de Santo Antonio de Jesus, sendo que, no bairro Irmã Dulce, as naturais do município equivaleram a 91% das entrevistadas, enquanto no bairro São Paulo, 75%, indicando maior percentual de migrantes de cidades mais próximas (Figura 15). De modo geral, as mulheres fogueteiras formam um quadro social específico, historicamente territorializado na periferia da cidade, com distintos grupos, marcados pelo sentimento de pertencimento.

Figura 15  
Bairros Irmã Dulce e São Paulo  
Local de nascimento das fogueteiras  
2015

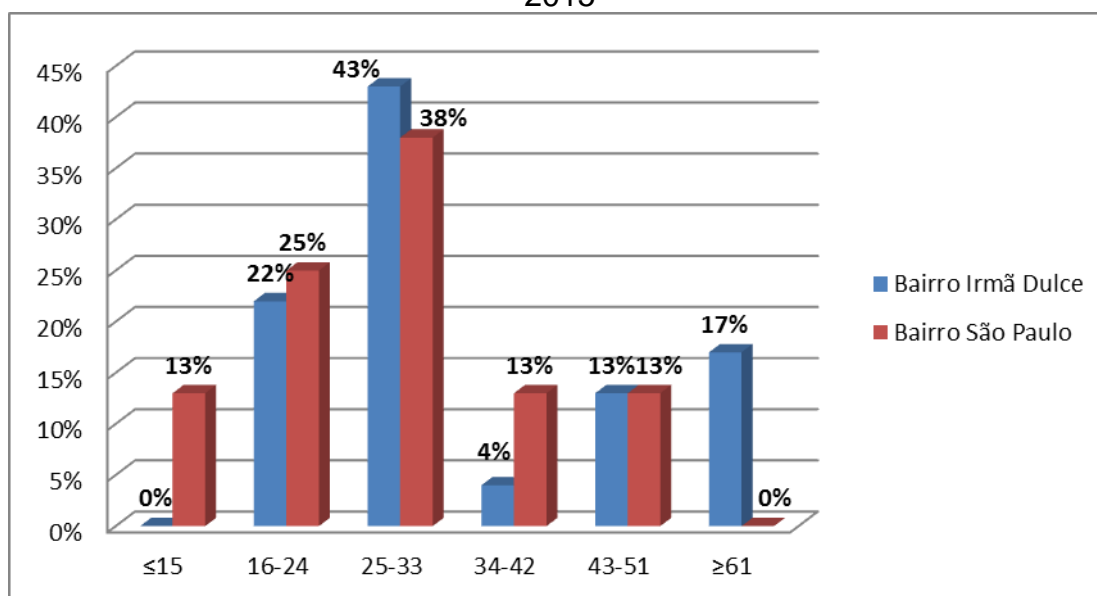


Fonte: Pesquisa de campo em 2015.

No tocante à idade das trabalhadoras, a maioria encontra-se na faixa etária de 25 a 33 anos de idade e desempenha atividades em jornada dupla de trabalho. Para fins de pesquisa, agrupou-se a idade nos seguintes segmentos: (a) abaixo ou

igual a 15 anos como criança; (b) de 16 a 24 como jovens; (c) de 25 a 51 anos, população adulta; e (e) acima de 60, mulheres idosas (Figura 16). Das entrevistadas, o bairro São Paulo apresentou o maior número de crianças e jovens, enquanto as idosas foram mais representativas no bairro Irmã Dulce (17%).

Figura 16  
Bairros Irmã Dulce e São Paulo  
Idade das fogueteiras  
2015

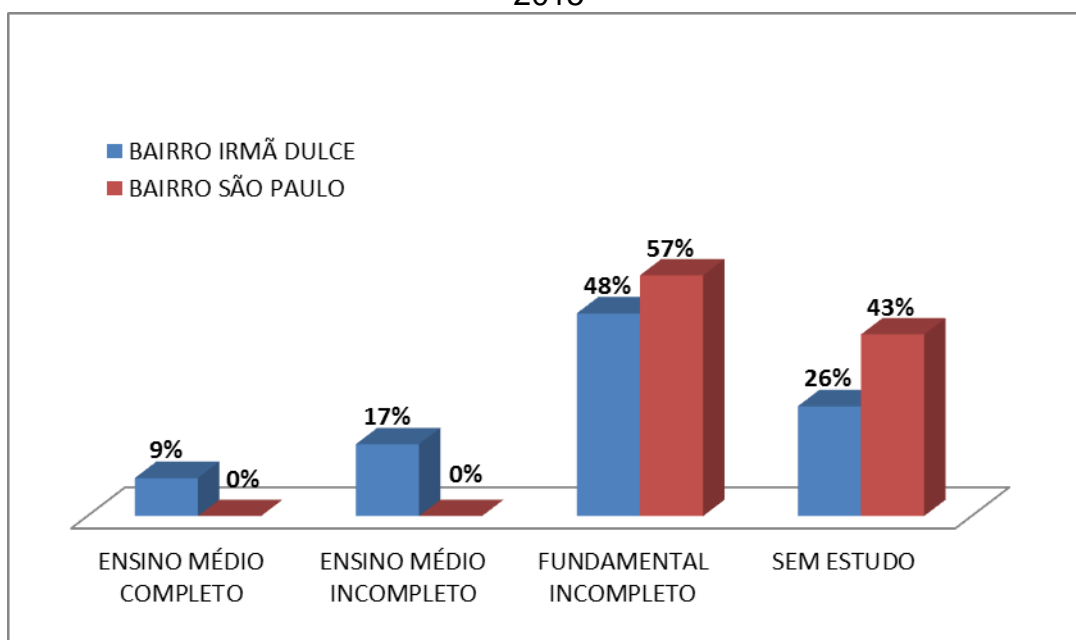


Fonte: Pesquisa de campo em 2015.

Com relação à educação formal, pode-se verificar baixa taxa de escolaridade nos dois bairros. A alta incidência de mulheres com pouco estudo ou mesmo sem estudo retrata um quadro de contingente populacional não qualificado, sendo possível associar a falta de escolaridade ao desemprego ou ao emprego informal e precário. Em ambos os bairros, predominam as mulheres com nível de escolaridade fundamental incompleta, sendo que o bairro São Paulo abriga tanto o maior número de pessoas nessa situação quanto de mulheres sem estudo formal (Figura 17).



Figura 17  
Bairros Irmã Dulce e São Paulo  
Escolaridade das Fogueteiras  
2015



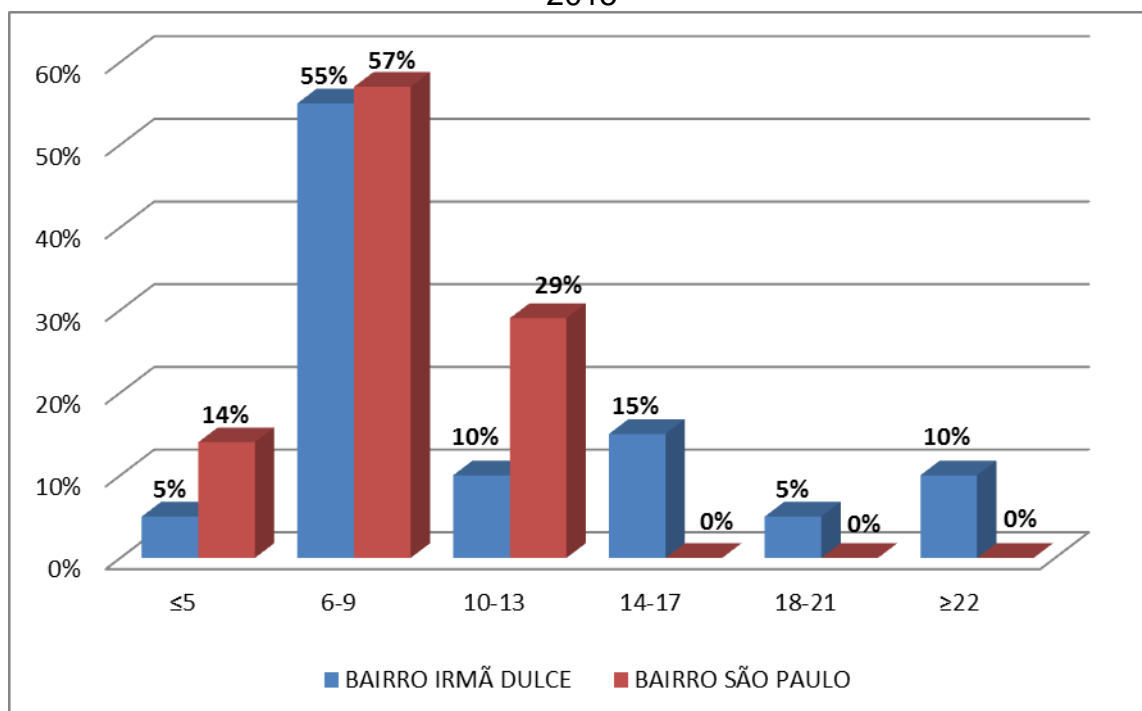
Fonte: Secretaria da Saúde (2014). Organizado pela autora.

Com pouca escolaridade, resta então o trabalho domiciliar. As mulheres dividem seu tempo entre enrolar traque e realizar as atividades domésticas. Cabe às mulheres, historicamente, desenvolver as atividades domésticas. Elas, assim, desdobram seu tempo em preparar alimentos, cuidar da higiene doméstica e dos filhos e realizar seu trabalho. Com essa rotina, muitas até se perdem no tempo quando perguntadas se têm anos na labuta com fogos.

O trabalho invisível, no território fogueteiro, traduz-se no cotidiano do lugar, territorializando os trabalhos feminino e infantil. Em ambos os bairros, predomina percentual de fogueteiras que iniciaram a atividade entre 6 e 9 ou entre 10 e 13 anos de idade, evidenciando alta incidência de jovens na atividade pirotécnica (Figura 18). Com efeito, nos dois bairros existem até mulheres que iniciaram suas atividades na pirotecnia a partir de cinco (5) anos de idade, significando forte exploração do trabalho infantil, tão combatido mundialmente. O modelo materno, a referência feminina, também é reproduzida no labor dessas crianças.



Figura 18  
Bairros Irmã Dulce e São Paulo  
Idade que iniciou o trabalho com fogos por bairro  
2015



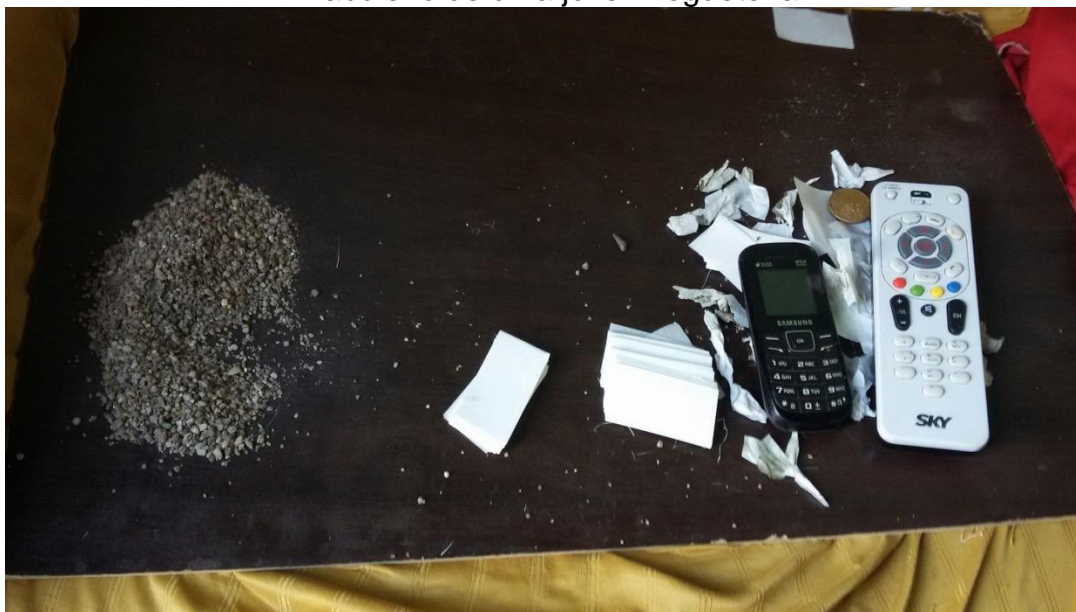
Fonte: Pesquisa de campo em 2015.

No ambiente familiar, o traque tem seu espaço garantido. Com efeito, veem-se muitas crianças ao lado das mães, tanto nas calçadas (as mães disfarçam ao verem estranhos aproximando-se de seu território) quanto nas salas, com seus pequenos tabuleiros no colo. Chama atenção a agilidade das crianças, especialmente das jovens: enrolam traque enquanto assistem televisão. O tabuleiro da jovem fogueteira de 16 anos deixa bem visível esta situação (Figura 19).

O traque deflagra a inocência roubada pelo mundo do trabalho. Ante o enrolar de traque, eis a fala de uma jovem adolescente, com o tabuleiro na mão, em atividade tão “atrasada”, e, ao mesmo tempo, conectada à modernidade da TV e dos celulares:

*Eu me divirto, pois, vou assistindo e vou enrolando* (Entrevista: Trabalhadora, 17anos)

Figura 19  
Tabuleiro de uma jovem fogueteira



Fonte: Pesquisa de campo em 2015.

Para amenizar a exposição das crianças e a exploração do trabalho infantil, buscaram-se, após a tragédia, políticas públicas, a exemplo do Programa de Erradicação Infantil (PETI). O programa, atrelado ao Bolsa Família, atendeu, inicialmente, a cerca de mil e quinhentas crianças. As ações do PETI conseguiram, durante um curto período, em torno de quatro anos, mantê-las afastadas da produção de fogos de artifício.

O programa teve um papel relevante, pois, ao passo que extraía a criança do trabalho infantil, ainda a mantinha na escola. Essa manutenção era deveras importante para a família porque a bolsa escola também ajudava na manutenção da casa.

Contudo a ausência de políticas públicas que fossem ligadas à atividade pirotécnica e que atendessem às mulheres de forma efetiva levou à evasão das crianças e adolescentes do PETI. A necessidade de mais ganhos e também de atender à demanda da produção fez com que muitas crianças retornassem ao trabalho com fogos. Afinal, para aquelas famílias, seriam mais rentável crianças e jovens no programa ou no trabalho com traque?

De acordo com o IBGE, há no país em torno de três milhões de jovens de até 16 anos em atividade laboral. Em Santo Antonio de Jesus é grave tal situação, fato

que foi constatado nesta pesquisa e comprovado pelos números na tragédia de 1998. Das 64 mortes 20 eram crianças entre 5 e 13 anos. A exploração infantil na atividade pirotécnica é uma questão delicada, conflituosa e vergonhosa para a cidade.

Embora as políticas públicas implementadas no município – tais como Bolsa Família, Bolsa Escola e PETI – tivessem, nos primeiros anos, um grande impacto junto à população de crianças e adolescentes, posteriormente houve queda acentuada no número de atendimento, devido à necessidade da família da mão de obra dessas crianças ou jovens. Essas políticas e programas devem permanecer ou serem retomadas com outras medidas não imediatistas e paliativas, mas em caráter definitivo.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), o PETI caracteriza-se como uma política pública social e tem como finalidade:

Articular um conjunto de ações para retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, exceto quando na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. O programa compreende transferência de renda – prioritariamente por meio do Programa Bolsa Família –, acompanhamento familiar e oferta de serviços socioassistenciais, atuando de forma articulada com estados e municípios e com a participação da sociedade civil.

O Programa foi reordenado, em 2014, e a ele foi agregado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos (SCFV). Em Santo Antonio de Jesus, essa iniciativa recebeu o nome de Espaço CRIAR, conforme definição da Prefeitura Municipal:

O MDS propõe essa mudança como forma de não rotular as crianças e adolescentes retiradas de situações de risco, oportunizando a frequência de outras crianças ao serviço. O CRIAR tem o objetivo de fomentar e incentivar a ampliação do universo de conhecimento da criança e do adolescente através de atividades socioeducativas e lúdicas, como: reforço escolar, estímulo à leitura, atividades esportivas e culturais dentre outras.

Atualmente, muitas crianças dos bairros Irmã Dulce e São Paulo encontram-se fora dos programas, fato registrado no trabalho de campo. Vimos adolescentes pelas ruas, e, ao interceptá-los, perguntando-lhes o porquê de não estarem no PETI ou no Projeto CRIAR, esses responderam que “há mais ganho aqui no bairro”. O conflito se põe por conta das demandas do trabalho pirotécnico: entre o estudar e o

"ganhar" a vida, prioriza-se o trabalho, pois nele o retorno é imediato, mesmo que seja pouco. O trabalho supre as necessidades básicas diárias.

Outra política pública, implantada pelo Governo do Estado da Bahia, ocorreu após a condenação do Brasil na Corte Internacional de Direitos Humanos da OEA, em 2007, devido à omissão do país diante da tragédia de 1998. Depois da condenação, o estado da Bahia, por meio de ações de políticas públicas, articulou dois grupos de trabalho, formados por entidades, associações, organizações e instituições públicas. Podem-se citar, como representantes desses grupos, a igreja católica, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), a Superintendência de Economia Solidária (SESOL), a Secretaria Estadual de Emprego, Trabalho, Renda e Esporte (SETRE), a Secretaria Estadual de Indústria, Comércio e Mineração (SICM), a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL BRASIL), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), a Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra (CEDITER), o Polo Sindical e representantes do Movimento 11 de Dezembro, entre outros (ROCHA; SANTOS e VELOSO, 2008; 2013).

Um dos grupos ficou responsável pela fiscalização, com a finalidade de coibir a produção clandestina de fogos de artifício. O segundo grupo tinha a finalidade de viabilizar alternativas para a geração de renda e de oportunizar às mulheres novos campos de trabalho. Após reuniões, nas quais se debateu o tema, em 2008, o grupo que tinha o objetivo de desenvolver alternativas para o trabalho apresentou projeto de incubadora territorial, com a denominação Transformando Vidas. A ideia era estruturar e organizar processos produtivos com ações direcionadas para as mulheres fogueteiras e, assim, reverter a precarização do trabalho pirotécnico. O projeto definiu como ação cursos de produção, de alimentação e de corte e costura.

A proposta do projeto deliberava medidas a partir da regionalização de Território de Identidade e, com isso, abarcava o Território do Recôncavo (a definição dessa regionalização envolve a identidade e o sentimento de pertencimento relacionados ao território pela produção). Assim, segundo Santos e Veloso (2013):

As ações foram voltadas para a estruturação e a organização dos processos produtivos de grupos de mulheres com vista à valorização e a

sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários na área de alimentação, na Economia Solidária, com a perspectiva da equidade de geração e da prática produtiva que respeite as condições dignas de vida. A CEDITER em parceria com outras organizações do Território do Recôncavo da Bahia, e de forma integrada com a INCUBA/UFRB – Incubadora de Empreendimentos Solidários, tiveram o propósito de contribuir na busca de alternativas de geração de trabalho e renda para as mulheres que estavam vulneráveis socialmente, com o processo de incubação envolvendo diretamente a formação e a qualificação profissional, a estruturação física, o acesso ao mercado, a formação de redes de intercooperação e a busca de espaços permanentes de construção de políticas públicas sustentáveis (SANTOS; VELOSO, 2014, p. 68).

Entre 2008 e 2011, essa política pública mobilizou o Movimento 11 de Dezembro, com ações voltadas tanto para mulheres pertencentes ao movimento quanto para outras. As ações da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES) tiveram o propósito de qualificar profissionalmente as mulheres fogueteiras. Contudo entraves inviabilizaram o projeto, por exemplo, a cultura daquelas mulheres, que se sentem mobilizadas e pertencentes ao território fogueteiro, haja vista a legitimação da prática tradicional de produção de fogos de artifício; a insegurança na capacidade de gerir seu próprio negócio; e a ausência de recursos para investimento. Nesse contexto,

[...] o que pode ser notado é que alguns trabalhadores de empreendimentos solidários enfrentam grandes dificuldades financeiras, a ponto de não suprir as necessidades básicas. E um dos desafios está na construção e na execução de políticas públicas do setor. Afinal, o princípio de Economia Solidária requer fundamentação e base. É um processo construído de forma sistemática fundamentando-se a partir de identidades, cultura e anseios da comunidade local (SANTOS; VELOSO, 2013, p. 68).

Atualmente, o CRAS conduz ações para atender à qualificação da população – por meio de cursos e de medidas educativas e recreativas. Visa, sobremaneira, a valorização das mulheres, o fortalecimento na formação educativa dos jovens e a construção da sua identidade – e, com isso, sua integração ao território.

Em 2008, foi implementado, no município, o Centro de Referência de Ação Social (CRAS), ligado ao Movimento de Desenvolvimento Social (MDS). O CRAS é uma unidade pública, que tem como objetivo proporcionar atenção à família – desde a criança até o idoso – pertencente à área de vulnerabilidade e risco social, à família que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza e da ausência de renda. Em Santo Antonio de Jesus, o CRAS – Quilombola, implantado no bairro Irmã Dulce,

presta serviços visando atender, preferencialmente, as particularidades do território, as trabalhadoras fogueteiras. Nesse contexto, a partir do diagnóstico socioterritorial, promoveram-se atividades específicas, a exemplo do Programa de Inclusão Produtiva, o qual gerou cursos e oficinas para qualificar mulheres, crianças e idosas, almejando a que as mesmas tenham aumento de renda em outras atividades, ou seja, que busquem alternativas além das atividades da pirotecnia (Quadro 4).

Quadro 4  
Bairros Irmã Dulce e São Paulo  
Políticas Públicas: CRAS  
2014

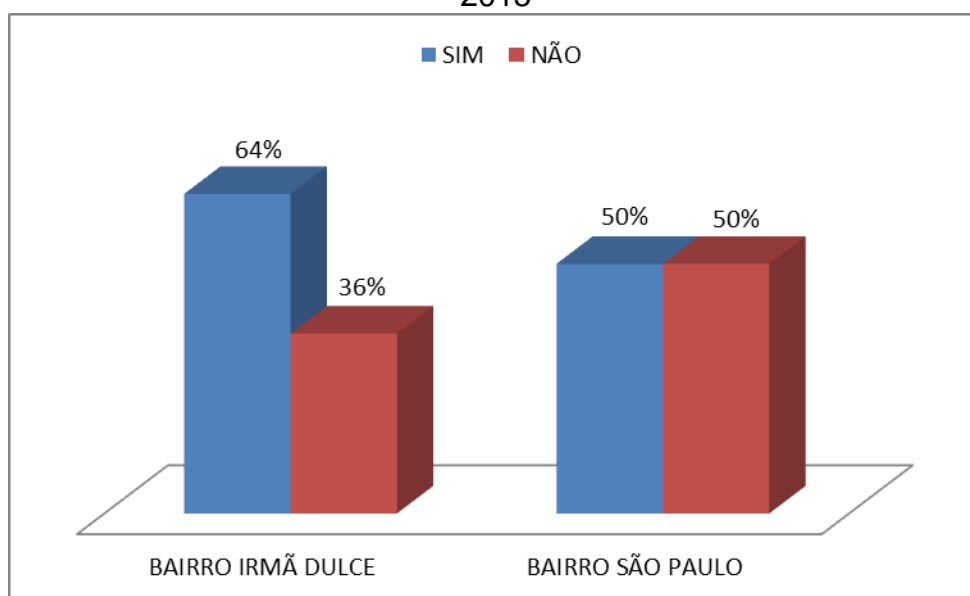
Público-alvo	Atividades/Ações	Total de atendimento (mensal – não contínuo)	
		Irmã Dulce	São Paulo
Mulheres	1 – Palestras de caráter não continuado - Curso de manicure - Curso de material reciclado	25	30
	2 – Outubro ROSA	20	25
	3 – Palestra motivacional		
	4 – Produção de bijouterias		
	5 – Curso de culinária		
Crianças/Jovens 7 a 14 anos	1 – Cursos diversos	146	90
	2 – Atividades recreativas continuadas		
	3 – Atividade artesanal		
	4 – Atividade educacional		
Jovens 15 a 17 anos	1 – Curso de culinária	196	127
	2 – Curso de informática	12	19

Fonte: CRAS Quilombola (2015). Organizado pela autora.

O programa Pró-jovem Adolescente, ao contrário do PETI (que transfere renda), também é desenvolvido no território fogueiteiro e tem por finalidade socioeducativa o atendimento ao jovem de 15 a 17 anos. Vinculado ao CRAS, a iniciativa promove atividades, no território fogueiteiro, com o objetivo de desenvolver potencialidades e de oportunizar o ingresso dos jovens no mundo do trabalho.

Outra política pública, vigente nos territórios fogueiteiros, é o Programa Bolsa Família, que também agrega o Programa Bolsa Escola via PETI. O Programa é vinculado ao MDS e tem como objetivo atenuar a pobreza de famílias em situação vulnerável, garantindo-lhes renda e inclusão produtiva. Por meio do Cadastro Único para Programas Sociais, é feita análise dos dados das famílias que recebem o benefício. Mulheres grávidas, amamentando, ou com filhos de até 17 anos de idade, ou em situações de risco têm direito ao benefício. Já aquelas cujos filhos participam do PETI têm, agregado à renda, o valor do Bolsa Família. O Programa atende aos bairros Irmã Dulce – onde contempla 64% das entrevistadas – e São Paulo – onde 50% das mulheres entrevistadas usufruem do benefício (Figura 20).

Figura 20  
Bairros Irmã Dulce e São Paulo  
Participantes do Programa Bolsa Família  
2015

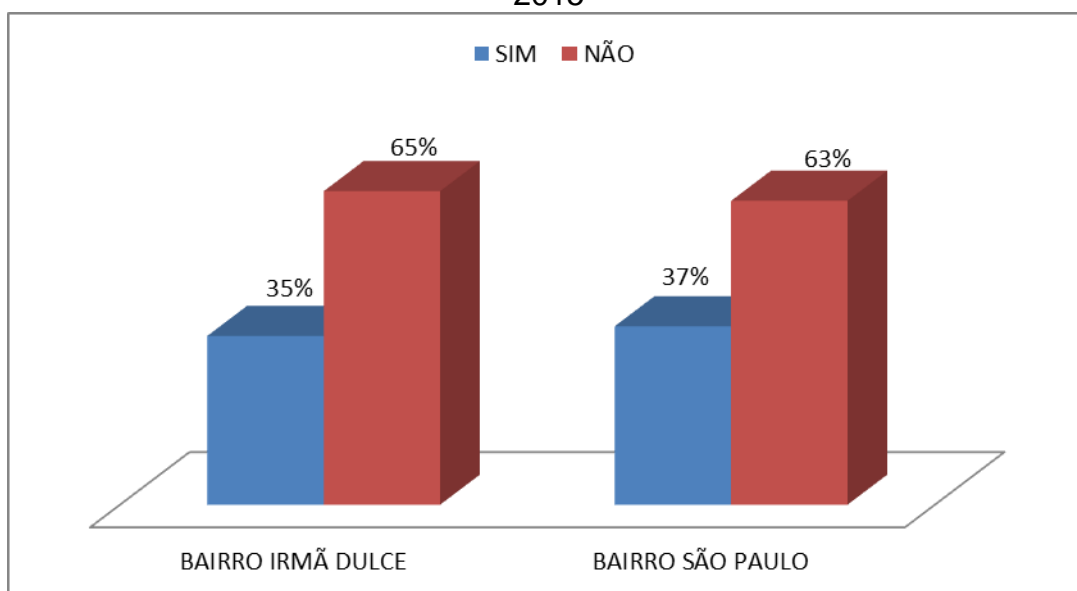


Fonte: Pesquisa de campo em 2015

Vale ressaltar que, por receio de perda do benefício, quando a assistente social faz visita aos territórios fogueteiros, as mulheres escondem-se com seus tabuleiros. Mas, como os cômodos das residências são pequenos e como costuma fazer muito calor dentro deles, é comum, cotidianamente, que as mulheres desenvolvam seu trabalho nas calçadas, levando, assim, para a rua, seu labor; deixando visíveis os conflitos entre trabalho e residência.

Das mulheres entrevistadas, 37% confirmaram que a atividade de traque em molde domiciliar possibilita a sobrevivência de si próprias e de suas famílias, pois gera-lhes renda e, também, ajuda-lhes a conciliar trabalho e atividades domésticas. A despeito disso, para a maioria das entrevistadas, nos dois bairros, a atividade é vista como complementar (Figura 21). Isso implica que, embora gere renda, o labor com fogos, per se, não traz renda suficiente, que possibilite a sobrevivência da família. Essa é a opinião de 63% das entrevistadas, no bairro São Paulo, e de 65%, no bairro Irmã Dulce.

Figura 21  
Bairros Irmã Dulce e São Paulo  
Possibilidade de sobreviver com a renda do traque por bairro  
2015



Fonte: Pesquisa de campo em 2015

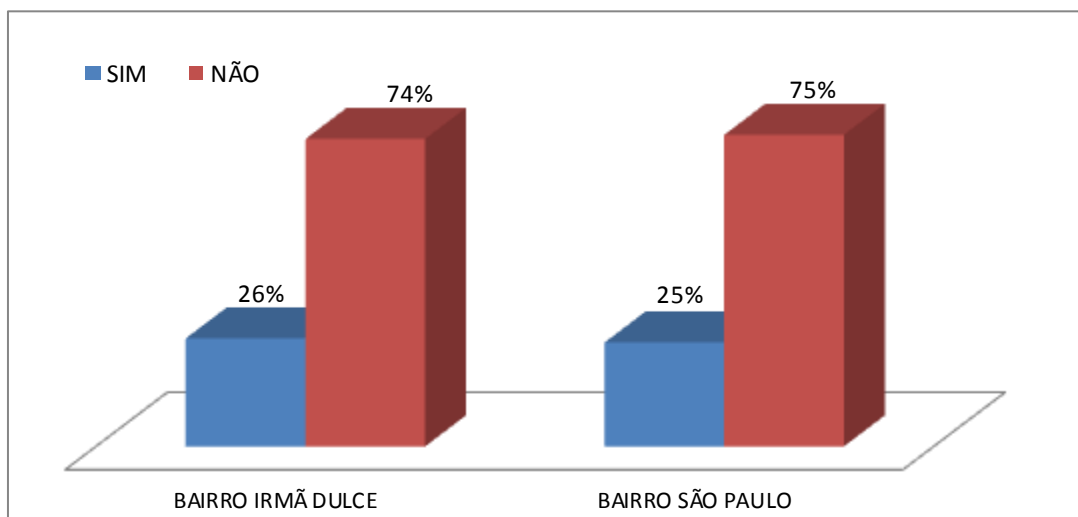
A despeito do baixo custo, pago na produção de traque, e das condições adversas do trabalho (especialmente os riscos), o trabalho com traque exprime uma forma de sobrevivência. Ressalte-se, nesse aspecto, que as fogueteiras também



têm complemento da renda por meio do Programa Bolsa Família e do Bolsa Escola, conforme evidenciado anteriormente.

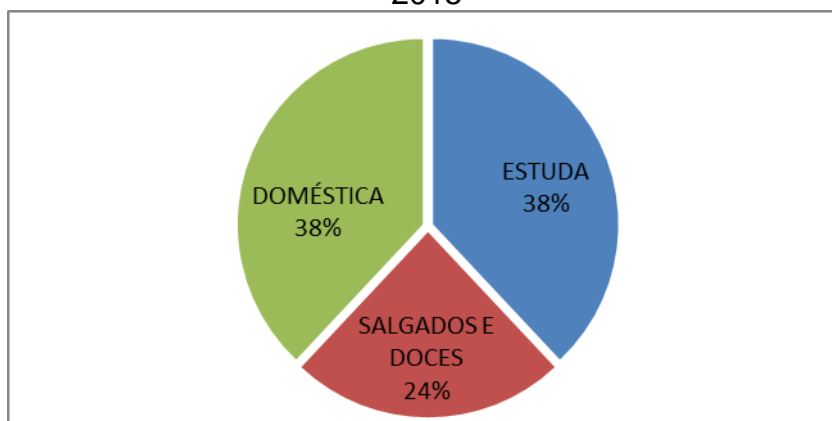
Além de exercer jornada dupla de trabalho – realizar atividades do lar e confeccionar traques –, as mulheres aumentam a renda familiar realizando, esporadicamente ou não, outras atividades não especializadas. Entre essas, citam o trabalho de faxineira, de doméstica, de doceira, de vendedora de produtos de beleza por meio de catálogos, entre outros (Figuras 22 e 23). A realização de outras atividades indica um terceiro turno de trabalho ou mesmo a flexibilização precária.

Figura 22  
Bairros Irmã Dulce e São Paulo  
Desempenham outras atividades  
2015



Fonte: Pesquisa de campo em 2015.

Figura 23  
Bairros Irmã Dulce e São Paulo  
Outras atividades desempenhadas  
2015

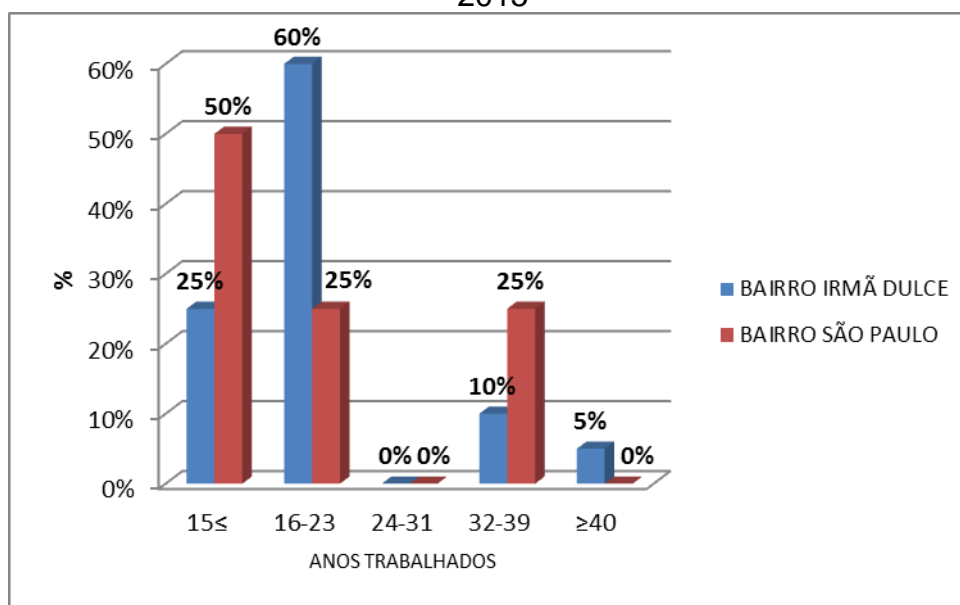


Fonte: Pesquisa de campo em 2015

Entre, 25% e 26% das mulheres dos bairros São Paulo e Irmã Dulce, respectivamente, desempenham outra atividade além da produção de traque, sendo assim o panorama: salgados e doces (24%); trabalhos domésticos de faxineira/diarista (38%); estudos (38%). O fato de haver percentagem significativa de mulheres estudando confirma a forte presença de jovens na atividade pirotécnica (Figura 23).

O período de atuação das mulheres na indústria da pirotécnica reafirma a temporalidade da atividade e sua territorialidade no município. A maioria trabalha com fogos há mais de 20 anos, incidindo assim, a inserção no trabalho infantil. Dentre as fogueiteiras pesquisadas, 50% do bairro São Paulo são crianças ou adolescentes de até 15 anos, enquanto, no bairro Irmã Dulce, 60% são de mulheres entre 16 e 23 anos. Algumas mulheres trabalham com fogos há mais de 40 anos. (Figura 24).

Figura 24  
Bairros Irmã Dulce e São Paulo  
Tempo de trabalho com a atividade pirotécnica  
2015

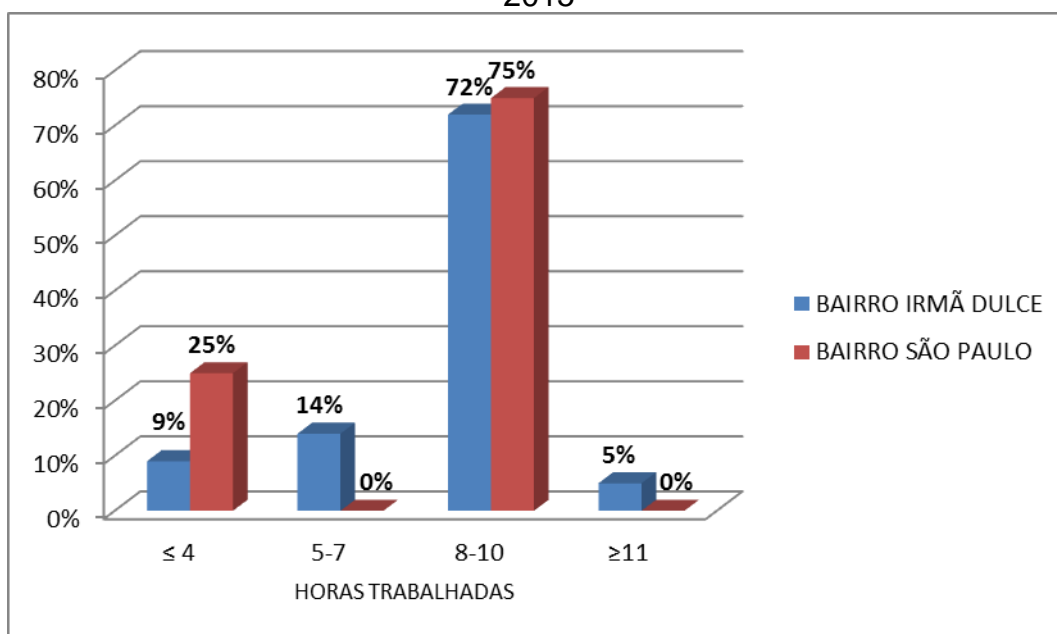


Fonte: Pesquisa de campo em 2015

Na análise do tempo dedicado à atividade laboral de confecção de traque, constatou-se que 70% das entrevistadas exercem carga horária acima de 8 horas diárias (Figura 25). No período de maior produção – meses antecedentes aos

festejos juninos e de final de ano, ou mesmo em grandes eventos esportivos –, a jornada de trabalho chega a ultrapassar 12 horas diárias. Além do tempo dedicado a confecção de traque, as mulheres fazem outros tipos de fogos, como o traque de riscar e também auxiliam o companheiro/marido na confecção de bombinhas<sup>20</sup>.

Figura 25  
Bairros Irmã Dulce e São Paulo  
Carga horária diária na confecção de traque  
2015



Fonte: Pesquisa de campo em 2015

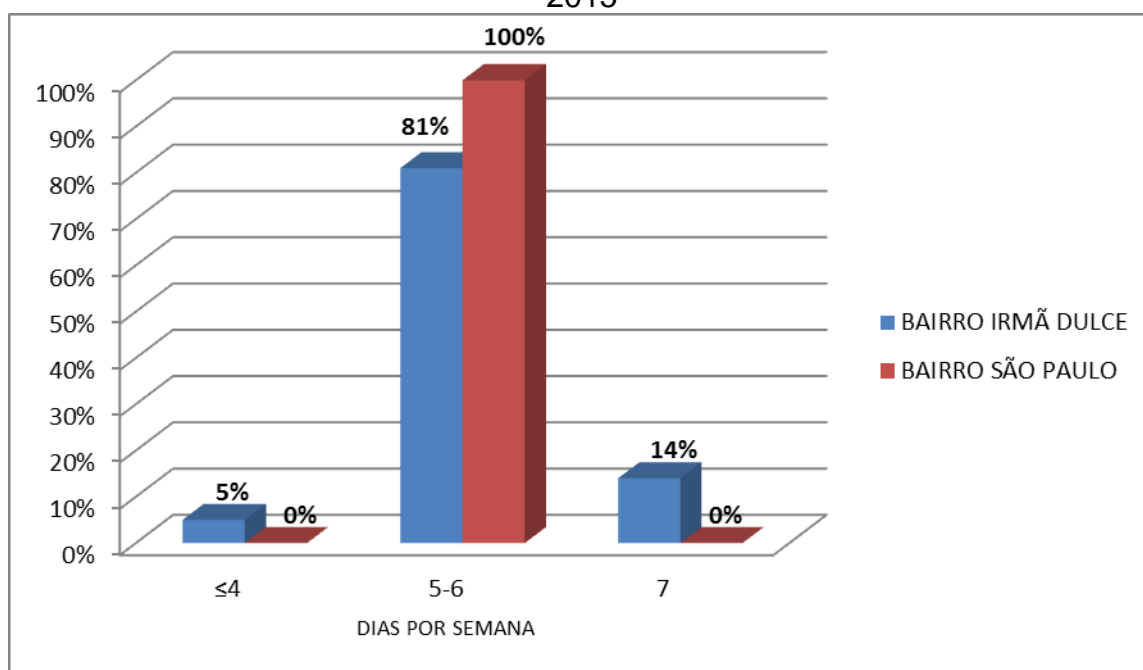
Aliada à quantidade de horas dedicadas a confecção de traque, registra-se a concentração dessa atividade, no bairro São Paulo, em 5 ou 6 dias da semana. Já no bairro Irmã Dulce, 14% trabalha os 7 dias da semana (Figura 26). A intensidade do trabalho indica o compromisso de entrega, gera um grande fluxo semanal de horas trabalhadas, a fim de atender a demanda. Assim, as mulheres desenvolvem seu trabalho em seus domicílios, instalando aí a produção e, com ela, levando para dentro de casa os riscos inerentes a atividade pirotécnica, além do mais, com a perda de razão social.

A pesquisa de campo apontou certa divisão por gênero na atividade pirotécnica. A confecção de traque é uma atividade eminentemente feminina, talvez

<sup>20</sup> Tanto o traque de riscar quanto a bombinha, a rigor, para manterem-se como atividades legais, demandam controle do Exército.

pela habilidade manual e pela agilidade ou mesmo por razões sexistas, por parte da comunidade, que considera aquele trabalho simplérrimo, a ponto de mulheres, crianças estarem aptos a fazê-lo [sic]. A atividade de enrolar traques (confeção de traque) concentrou-se nas mãos femininas, o que, de certa forma, conduziu a produção, caracterizando-lhe a fragmentação e a modesta divisão do trabalho.

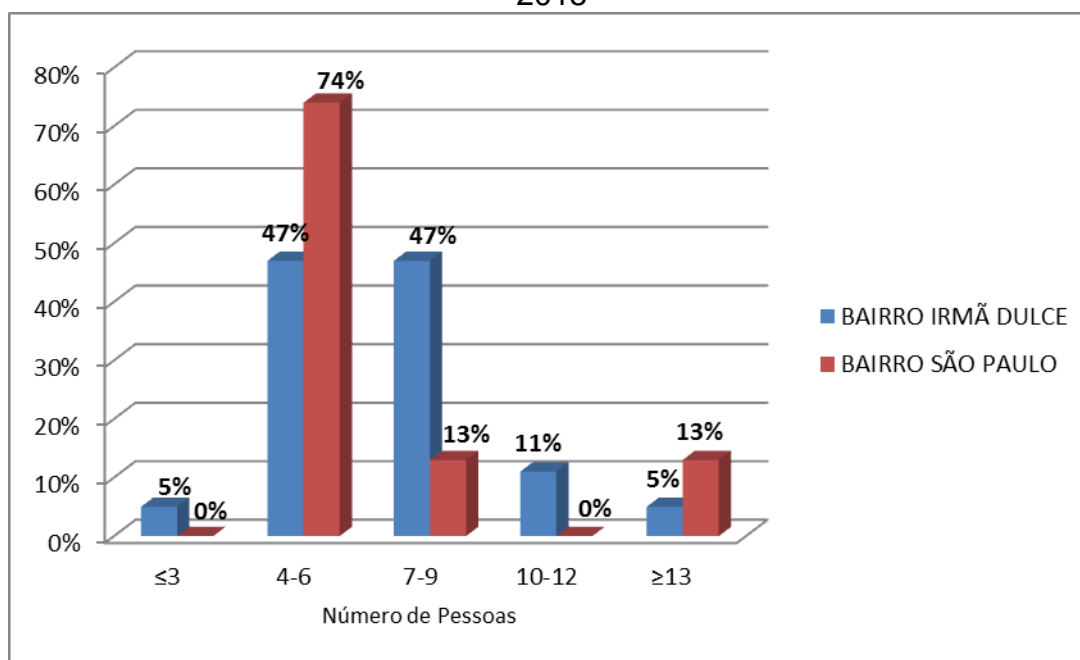
Figura 26  
Bairros Irmã Dulce e São Paulo  
Quantidade de dias trabalhados durante a semana  
2015



Fonte: Pesquisa de campo em 2015.

Assim, nas diversas idas aos territórios de produção, especialmente, nos bairros Irmã Dulce e São Paulo, encontraram-se mulheres, acompanhadas de crianças, sentadas nas calçadas ou dentro de suas casas, com os tabuleiros no colo. Como o número de mulheres por residência é maior, conforme evidenciado anteriormente, conseqüentemente, há disponibilidade de mão de obra barata, sem qualificação nesses locais. Entre as entrevistadas, predominaram famílias com 4 a 6 componentes. Para além dessa média, no bairro irmã Dulce, 47% das famílias têm entre 7 e 9 pessoas, enquanto, no bairro São Paulo, 13% das famílias são compostas por 13 pessoas (Figura 27).

Figura 27  
Bairros Irmã Dulce e São Paulo  
Quantidade de moradores por residência  
2015



Fonte: Pesquisa de campo em 2015

Embora haja uma simplória divisão de trabalho na confecção de traque, não se pode deixar de registrar que foram encontradas pessoas fabricando outros “produtos da terra”. Além disso, verificou-se preparação da massa para o traque no trabalho domiciliar. No que lidavam com o fabrico de massa, atuavam não só na informalidade, mas também na clandestinidade.

De acordo com as entrevistadas, o material – massa e papelote – é entregue pelo distribuidor e recolhido no dia seguinte. Uma fogueteira de 32 anos, afirma:

*A depender da necessidade pra pegar [termo usado como sinônimo de comprar] uma medicação, eu, com a ajuda da minha filha e da minha sobrinha, fico o dia todo enrolando [...]. Já cheguei enrolar até dez milheiro num só dia. (ENTREVISTA: Trabalhadora, 32 anos).*

Ao referir-se à ajuda da filha e da sobrinha – 7 e 11 anos de idade, respectivamente –, a trabalhadora assinala, nessa relação de trabalho, a exploração de mão de obra infantil, induzida pela vulnerabilidade da família à informalidade e ao trabalho precarizado, refletindo necessidades que precisam ser atendidas com certa pressa.

Há também, o compromisso da entrega da produção semanal. Isso ocorre na sexta-feira, por anteceder o dia da feira local. É comum que o pagamento da produção de dia(s) ou de uma semana ocorra também no mesmo dia.

A entrega do material – massa e papel/papelote de seda já cortado – e dos traques acontecem de várias formas:

- » As mulheres vão até a casa do distribuidor, se for o caso de este morar no bairro, como acontece no bairro São Paulo;
- » Distribuidor circula de carro pelas ruas, entregando e arrecadando a produção;
- » Em estabelecimento comercial, tratando diretamente com o produtor, que camufla a realização de atividade pirotécnica em tal estabelecimento.

Quanto à renda, os dados da pesquisa evidenciam que o ganho varia conforme a produção. O ganho refere-se à renda familiar, incluída a produção envolvendo crianças e idosas. O valor de mil traques varia entre R\$ 0,90 (noventa centavos) e R\$ 1,20 (hum real e vinte centavos). É visível, nas narrativas de trabalhadoras, o entusiasmo de ter ao menos esse trabalho. Na fala de uma fogueteira de 32 anos, constata-se o agradecimento por ter um trabalho pelo qual adquire o alimento:

*Se não fizer traque, não tem o que comer. Morre de fome, minha fia, Para por na mesa o pão, dou graças a Deus por ter o traque (ENTREVISTA: Trabalhadora, 32 anos).*

Como essa, há muitas outras mulheres que se orgulham de ter um trabalho e que se sentem realizadas por terem condições de prover, mesmo minimamente, sua família. Para elas, o cotidiano no labor com o traque mostra sua capacidade de construir – ao mesmo tempo que seguem resignadas sua rotina – sua vida fogueteira.

Não surpreende que, apesar das condições adversas de trabalho – já expostas, a exemplo da insalubridade, do risco de acidentes e até do risco de morte –, algumas fogueteiras defendam o trabalho com o mote de também defender o maior produtor de fogos da cidade, conhecido como o "pai dos pobres" o proprietário da fábrica clandestina que explodiu, ocasionando a tragédia.

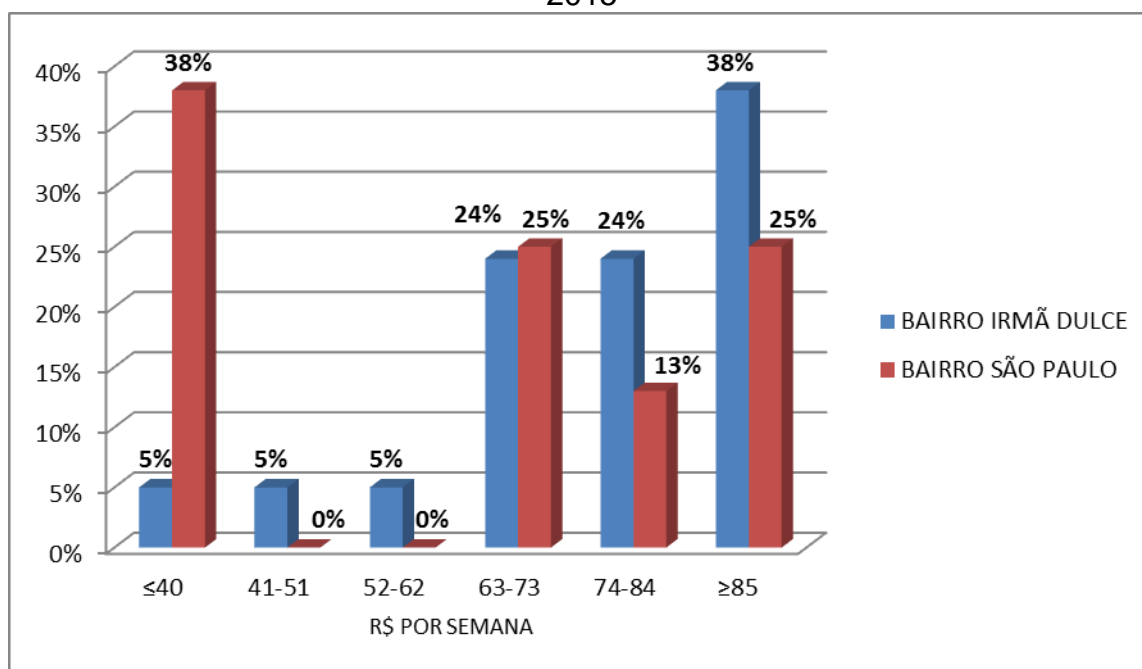
Paradoxalmente, há aquelas que não se conformam com a vida de fogueteira, que se sentem discriminadas e que não veem expectativa de mudança de profissão. Reclamam que os órgãos do governo não dão oportunidade para outros trabalhos. E, ao procurar inserção em outras áreas, não lhe são dadas oportunidades, seja pela ausência de qualificação, seja pelo estigma de morar em bairro periférico. Para essas mulheres, o mundo do trabalho apresenta-se, no dia a dia, sem muitas ilusões e sem perspectiva de melhor futuro. Vivem à margem da sociedade, sem ocupar seu lugar ao sol e, o que é pior, sentem-se marginalizadas perante a condição de clandestinidade que envolve a atividade pirotécnica.

A clandestinidade influencia negativamente na atividade pirotécnica, colocando as pessoas em situação de marginalidade. Tais características trazem no seu bojo a discriminação. Em entrevista, uma fogueteira de 27 anos expõe seu sentimento mediante a situação de marginalidade:

*O trabalho com fogos é igual a lidar com drogas. A gente pega a massa na loja de S. [produtor], mas, se tiver algum estranho por perto, tem de esconder o material. É essa a situação. É como o comércio de droga!* (ENTREVISTA: Trabalhadora, 27 anos).

Essa dualidade de sentimento, entre o bem e o mal, entre pessoas que defendem e as que condenam a atividade com fogos, exacerbou-se após o acidente do dia 11 de dezembro de 1998, pois a tragédia descortinou um trabalho invisível, somente deflagrado em festas e comemorações, pelo estampido e brilho dos fogos. É com esse tipo de trabalho que mulheres da periferia santantoniense têm a possibilidade de se manter, ainda que precariamente. Ao observar dados sobre o rendimento da atividade, constata-se que o ganho está bem abaixo de um salário mínimo mensal (Figura 28).

Figura 28  
Bairros Irmã Dulce e São Paulo  
Renda com a produção de traque  
2015



Fonte: Pesquisa de campo em 2015

Sujeitas ao valor pago pelo produtor, as mulheres chegam a ganhar, por um milheiro, atualmente, somente R\$1,20. Assim, para receber R\$ 40,00, é necessário enrolar cerca de 33.000 mil traques. No bairro Irmã Dulce, 38% das fogueteiras pesquisadas recebem R\$85,00 semanalmente, enquanto, no bairro São Paulo, a média é de R\$40,00.

No bairro Irmã Dulce, existe maior atuação de mulheres labutando com a confecção de traque do que no bairro São Paulo. Mesmo assim, há pouca variação no conjunto de dados. Em ambos os bairros, são semelhantes as características quanto ao tipo de produto (a confecção de traque é exclusiva das mulheres; os homens envolvem-se com a produção de outros artefatos), ao valor recebido e quanto ao envolvimento de crianças e idosas na atividade.

Ao analisar o contexto das trabalhadoras fogueteiras observa-se que a motivação das mulheres para trabalhar com essa atividade é a renda – ou seja, a lacuna deixada por outras oportunidades de trabalho leva essas mulheres a realizar o trabalho pirotécnico e, muito além disso, a conduzir a criança a se “profissionalizar” na confecção de traque. Vigora a crença de que educar é, também, colocar para

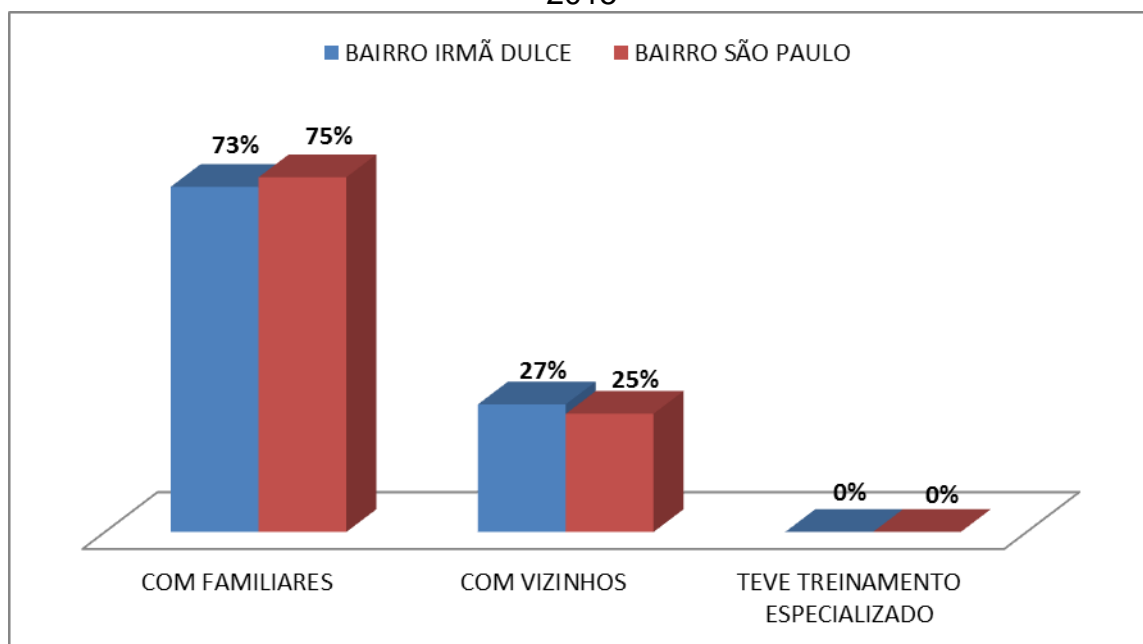


trabalhar. Nesse contexto, fogueteira, mãe de 3 filhos, define que o trabalho lhe garante dignidade:

*Sempre trabalhei. Tenho dignidade por trabalhar, mesmo sendo assim e assim que crio meus filhos, desde cedo já trabalha pra não dá pra coisa que não presta [sic]. Nos traques elas aprende uma profissão (ENTREVISTA: Trabalhadora, 39 anos).*

Assim, o aprendizado com a atividade pirotécnica ocorre no cotidiano do trabalho domiciliar com a mãe, tia, avó ou com a vizinha (Figura 29). É de praxe que mulheres, com seus tabuleiros, sentem-se na calçada, para enrolar traque, acompanhadas de crianças, com seu "tabuleiro de brinquedo" no colo, enquanto as mães passam-lhes a massa e o papelote e dizem-se orgulhosa com a agilidade da filha na confecção do traque. A visibilidade das crianças, no território fogueteiro, com a atividade pirotécnica, expõe o trabalho "invisível", oculto de uma Santo Antonio de Jesus que brilha para outras crianças, especialmente em momentos festivos.

Figura 29  
Bairros Irmã Dulce e São Paulo  
Forma de aprendizado para confecção de fogos de artifício  
2015



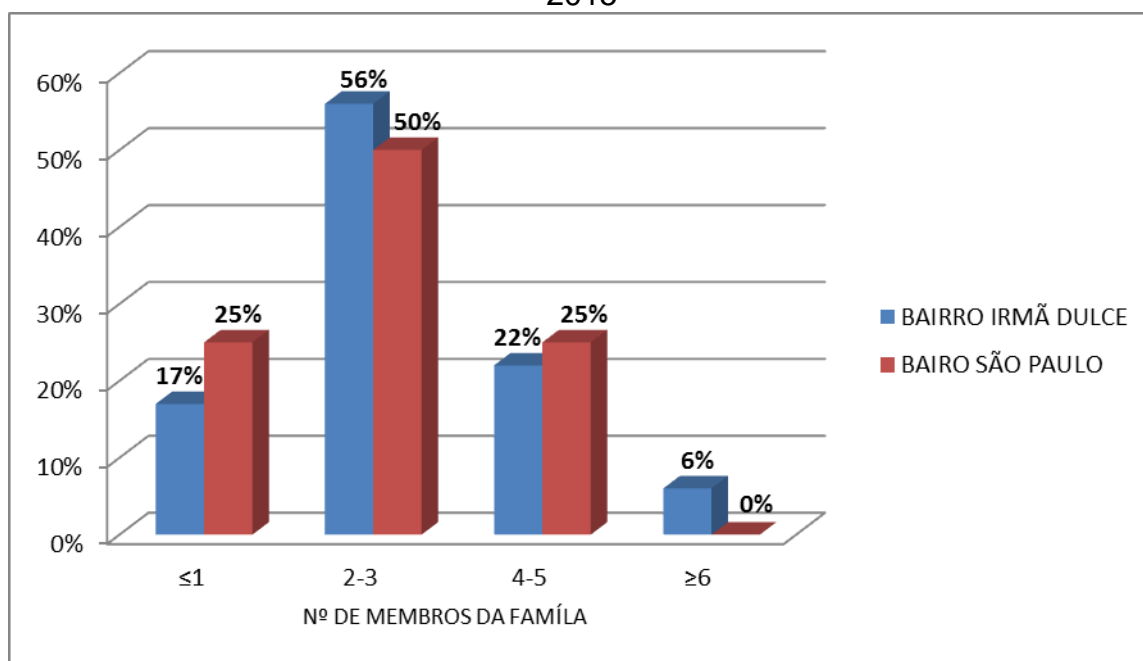
Fonte: Pesquisa de campo em 2015

Um dos objetivos do Projeto Fênix, conforme já dito anteriormente, perante a situação pós-explosão, seria qualificar, por meio de treinamento especializado,

peças para atuarem na fabricação de fogos, garantindo conhecimento e segurança no manuseio com material e insumos pertinentes à indústria pirotécnica. Contudo não foi registrado nenhum tipo de ação nesse sentido. Nem pelo projeto, já desestruturado, tampouco por órgãos públicos.

A confecção de traque continua sendo realizada nas casas, com mão de obra feminina, envolvendo crianças e idosas. A pesquisa apontou predominância de mulheres nas residências e também verificou que, pelo menos em 50% dos casos, entre 2 e 3 membros da família trabalham com fogos. Há mesmo casos em que 6 familiares se envolvem na atividade (Figura 30).

Figura 30  
Bairros Irmã Dulce e São Paulo  
Quantidade de pessoas da família que trabalham com fogos  
2015



Fonte: Pesquisa de campo em 2015

Ambos os bairros, Irmã Dulce e São Paulo, são territorializados pela produção de fogos de artifício, sendo que a confecção de traque é dominante ali, caracterizada pelo trabalho domiciliar, invisível, precário, fragmentado, informal e/ou clandestino; com mão de obra feminina.

A produção de fogos encontra condições ideais de desenvolver-se no trabalho domiciliar devido o processo produtivo ser realizado de forma artesanal, sem

necessidade de estrutura física, equipamentos nem uso de mão de obra qualificada. Isso se traduz no aproveitamento trabalho feminino, com pessoas desenvolvendo atividades laborais por opção ou falta dela, sem qualquer tipo de garantia, de direitos trabalhistas ou ligados à saúde, advindos de seu labor. A força de trabalho é constituída por mulheres vulneráveis – por razões educacionais, econômicas e de gênero.

### **5.5 Globalização, precarização: Vislumbra-se o território fogueteiro**

A fase atual do capitalismo, a globalização, conforme apontam Antunes e Pochamann (1999, 2007 e 2002), ocasionou um cenário decorrente da reestruturação produtiva, com características marcadas pela diminuição do emprego industrial, pela expansão do setor de serviços e pela ampliação do trabalho feminino formal. Nesse contexto, o desemprego instala-se, insere-se a mulher no trabalho informal e ocasiona-se elasticidade e aumento do grau de precarização do trabalho, intensificando a pobreza.

A globalização impõe mecanismos que transformam as relações de trabalho; desponha processos que dilatam o trabalho informal; ocasiona e intensifica a precarização; e tudo isso resulta em sérias consequências na sociedade (Antunes, Thomaz Jr. et al., 1999, 2012). No entender desses autores, no tocante ao trabalho feminino, as mulheres recebem negativamente o produto das mutações do trabalho, visto que, cada vez mais, realizam atividades mais precarizadas e com menos valor de remuneração.

A atividade pirotécnica é singular devido aos riscos decorrentes com o material utilizado para confecção de fogos de artifício. Como, em Santo Antonio de Jesus, o trabalho é ‘invisível’ para o poder público e para os gestores municipais, não existem, atualmente, políticas que atendam às necessidades do setor pirotécnico, com ações para melhoria das relações de trabalho e formação profissional.

Assim sendo, o conhecimento sobre os perigos com o manuseio é estranho a muitos trabalhadores, ou então é minimizado por aqueles que detêm o poder da

produção. Um produtor de 92 anos de idade, que trabalha com sua esposa, de 79 anos, relata:

*Não tem perigo, não. Basta ter um pouco de cuidado, que não morre. Olha eu aqui com minha mulher, nós dois enrolamos bombinhas, cobrinhas... e estamos aqui vivinhos (ENTREVISTA: Produtor, 92 anos).*

Não é bem assim que narra uma entrevistada de 53 anos, membro do Movimento 11 de Dezembro e vítima da tragédia (perdeu uma filha):

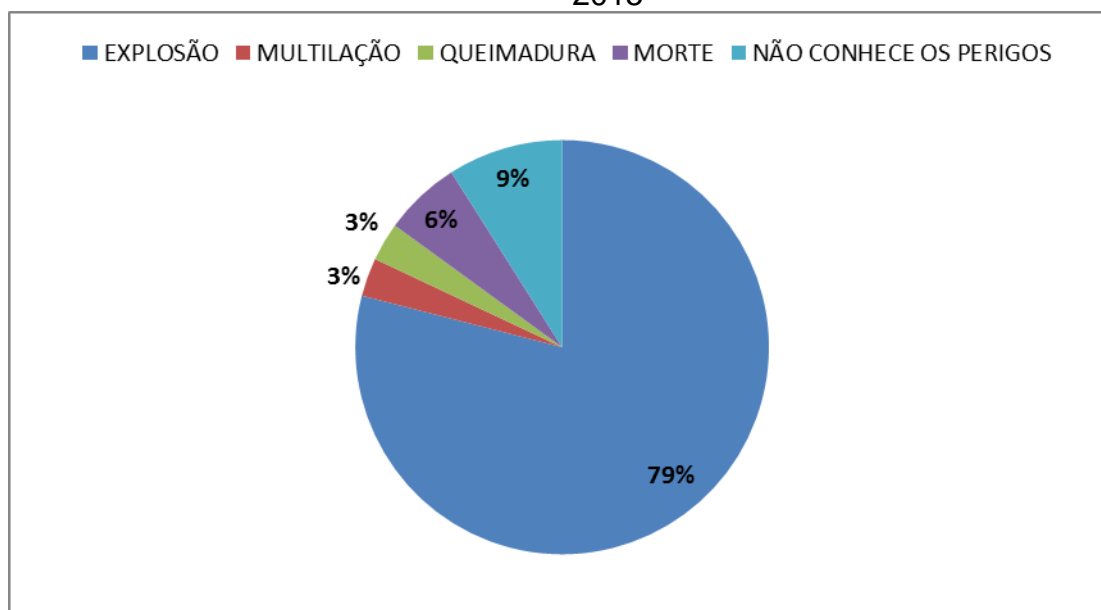
*Se a gente soubesse que tinha perigo de morrer, a gente não ia pra tenda e levava os filhos pra ajudar [...] [suspiros]. Ninguém avisou do perigo, ninguém falou que era assim [...] (ENTREVISTA: Integrante do Movimento 11 de Dezembro, 53 anos).*

O desconhecimento em torno de risco eminente de acidente e até de morte, na atividade pirotécnica, também é registrado por uma fogueteira de 62 anos, que perdeu duas filhas no acidente de 1998:

*Antes da explosão, eu não sabia que matava daquele jeito; se eu soubesse, se tivesse sido avisada, não deixava minhas filhas ir [sic] e perder elas como aconteceu [...] A gente não sabia dizer que o perigo de morrer tava ali [...] nas tendas [...] todo dia minhas filhas iam ao encontro da morte e eu não sabia [...] [choro] (ENTREVISTA: Trabalhadora, 62 anos).*

Mesmo pós-tragédia, há pessoas que manuseiam fogos e que ainda dizem não ter conhecimento do perigo: 9% das entrevistadas dizem desconhecer os riscos da atividade (Figura 31). A informação reflete a ausência de políticas governamentais e de atenção das autoridades em relação à problemática. Entre os que estão cientes de tais riscos, 79% registram que o maior perigo é deflagrar (explodir) – e isso reflete as marcas da tragédia. Conforme Barbosa (2008), os riscos para a saúde que podem ser adquiridos na atividade pirotécnica são: queimadura, LER/DOT, irritação das vias respiratória, aluminose (doença pulmonar) e irritação ocular. Há, em suma, riscos de natureza física e química, riscos ergonômicos e o risco de acidentes. Isso posto, leva-se em análise o conhecimento minimizado, quanto ao risco, sobre o manuseio dos produtos pirotécnicos.

Figura 31  
Bairros Irmã Dulce e São Paulo  
Conhecimento sobre risco na atividade pirotécnica/traque  
2015



Fonte: Pesquisa de campo em 2015

Ao longo do levantamento dos dados, anotou-se somente aqueles acidentes da área de jurisdição municipal e devidamente registrado nos órgãos responsáveis. Com isso, não se quer dizer que outros acidentes não tenham ocorrido, pois, em casos mais graves, como queimaduras e acidentes fatais, geram-se boletins policiais. Porém há situações em que os acidentes decorrentes do labor com fogos de artifício não são registrados.

Em uma das fábricas de fundo de quintal, localizadas durante a pesquisa de campo, pôde-se observar a produção na fase de embalagem, e o risco com o acondicionamento do produto (Figura 32).

Figura 32  
Bairros Irmã Dulce e Bairro São Paulo  
Aspectos da etapa da produção de traque. Embalagem em fábrica de fundo de quintal



Fonte: Pesquisa de campo em 2015

Embora o Brasil tenha-se comprometido, perante a Comissão Interamericana de Direito Humano da OEA, a fiscalizar e a coibir a produção clandestina de fogos de artifício no município de Santo Antonio de Jesus, os fatos que se apresentaram nos anos seguintes à tragédia não se coadunam com o comprometimento de ação pública que Estado tomara para si, a saber: mudar/reconfigurar a atividade de produção pirotécnica (Quadro 5).

Quadro 5  
Santo Antonio de Jesus/BA  
Acidente com fogos de artifício  
Período 1998-2014

<b>Data</b>	<b>Local</b>	<b>Situação</b>	<b>Tipo</b>	<b>Estabelecimento</b>
Dezembro 1998	Zona Rural	64 mortes 05 sobreviventes	Explosão	Fábrica Ilegal Fábrica Clandestina
Março 2007	Zona Urbana Periferia	03 mortes	Explosão	Fábrica 'Fundo de quintal' Fábrica Clandestina
Abril 2007	Zona Urbana Bairro São Benedito/Casco	01 morte	Explosão	Depósito Clandestino
Fevereiro 2008	Zona Urbana Periferia	02 feridos Queimaduras	Explosão	Fábrica 'Fundo de quintal' Fábrica Clandestina
Maio 2010	Zona Urbana Bairro Santa Madalena	Sem vítima	Explosão	Depósito Residencial Depósito Clandestino

Fonte: Pesquisa de campo em 2015

Este estudo conduziu o olhar para a vulnerabilidade e para a contingência a riscos, impostas pela atividade pirotécnica, em virtude do tipo de trabalho realizado. O termo risco refere-se à proximidade ou mesmo à probabilidade de ocorrência eventual de um possível dano.

Há estudos que direcionam o risco ao controle do poder. Nesse sentido, no risco, devem-se considerar as particularidades e singularidades socioculturais por ter no seu bojo questões políticas, isto é, embutido de poder.

Entende-se sobre risco:

[...] é uma probabilidade calculada de ocorrência de danos, cujos fatores intervêm em diferentes graus e que pode ser estimado se forem conhecidas as características da ameaça (a magnitude da apresentação) e as características da vulnerabilidade (de infraestrutura, social, econômica, de liderança etc.), o que se poderia controlar de acordo com os interesses da comunidade (LIDERES, 2004, p. 23).

Nessa perspectiva, a atividade fogueteira construiu a territorialidade de fogos de artifício revestida de poder concentrado no produtor. Assim, todo o processo dessa atividade, inclusive o risco, não é defendido pelo poder público, tampouco pelo produtor, o qual põe em situação de riscos centenas de trabalhadoras, no território santantoniense, pelas condições de vulnerabilidade da atividade pirotécnica.

A vulnerabilidade, aqui, é definida como a “suscetibilidade ou a predisposição intrínseca de um elemento ou de um sistema de ser afetado gravemente. É o fator interno do risco, dado que esta situação depende da atividade humana” (LIDERES, 2004, p. 23). Entre outros aspectos, frisados anteriormente, a precariedade da atividade pirotécnica também se encontra no manuseio de substâncias tóxicas; na sobrecarga de trabalho em que as mulheres estão expostas para cumprir a produção; na exploração do trabalho infantil e do idoso no trabalho domiciliar.

Quanto à ameaça de risco, embora não estejam atentas para o risco diário, 81% das fogueteiras não sentem segurança no local de trabalho, mesmo sendo sua casa. Tal assertiva vem do convívio cotidiano com acidentes (Quadro 5). Nas narrativas, os riscos não são refutados pelas fogueteiras, e os acidentes são narrados como um acontecimento comum:

*Com minha irmã estourou lá no olho. Ela teve de ir pro hospital e tirar a pedrinha, mas não ficou cega, não [...] (ENTREVISTA: Trabalhadora, 19 anos).*

*Já chegou a estourar com minha tia, ela ficou com o braço manchado. Mas foi pouca coisa os queimados [sic] (ENTREVISTA: Trabalhadora, 22 anos).*

*Comigo mesma já estourou algumas vezes. Tanto tempo que enrolo traque, então é normal ter tido muito estouro [...] já aconteceu no rosto e nos braços. Faz uma queimadura que depois seca. É só deixar a massa seca, que ela estoura (ENTREVISTA: Trabalhadora, 26 anos).*

A prevenção que se deve ter para a massa do traque não deflagrar/estourar é borrificar água na mesma. O armazenamento da massa e do próprio traque, após a produção, é feito sem qualquer tipo de cuidado. Tudo indica que o material pirotécnico faz parte do cotidiano dessas famílias. Armazenagem em locais impróprios é frequente e comum. São usados armário de cozinha, guarda-roupas, a cama, o chão de quarto e até o berço. De fato, é a insalubridade instalada. É o risco



iminente, entretanto, 81% das trabalhadoras consideram que trabalham em lugar seguro

A precariedade no trabalho, na pirotecnia, decorre do processo produtivo antagônico a essa atividade. Mesmo com as adversidades impostas pelo trabalho domiciliar informal e precário, 84% das trabalhadoras afirmam que gostam de trabalhar com fogos, sentem-se identificadas com a atividade e têm satisfação por ter a liberdade de fazer seu próprio horário de trabalho.

A prevenção que se deve ter para a massa do traque não deflagrar/estourar é borrificar água na mesma. O armazenamento da massa e do próprio traque, após a produção, é feito sem qualquer tipo de cuidado. Tudo indica que o material pirotécnico faz parte do cotidiano dessas famílias. Armazenagem em locais impróprios é frequente e comum. São usados armário de cozinha, guarda-roupas, a cama, o chão de quarto e até o berço. De fato, é a insalubridade instalada. É o risco iminente, entretanto, 81% das trabalhadoras consideram que trabalham em lugar seguro

A precariedade no trabalho, na pirotecnia, decorre do processo produtivo antagônico a essa atividade. Mesmo com as adversidades impostas pelo trabalho domiciliar informal e precário, 84% das trabalhadoras afirmam que gostam de trabalhar com fogos, sentem-se identificadas com a atividade e têm satisfação por ter a liberdade de fazer seu próprio horário de trabalho.

Vale ressaltar que a pesquisa mostrou que confecção de traque faz parte da cotidianidade dessas mulheres, cuja vida, dialeticamente, é composta com fogos. A pesquisa mostrou também que, com esse trabalho, as mulheres obtêm renda para o sustento de si próprias e de sua família. Todavia, como o valor referente ao produzido é muito baixo, para elevar ainda mais a renda, as mesmas realizam elevadas jornadas de trabalho, as quais variam, conforme a sazonalidade dos festejos, de 4 a 12 horas por dia, e, até mais horas, sem distinção de turnos, pois faturam conforme a produção.

Em entrevista, o Secretário de Desenvolvimento e Meio Ambiente de Santo Antonio de Jesus também apontou o contexto do trabalho domiciliar:

*Por mais que ela [a pirotecnia] seja subterrânea, ela distribui renda, porque pessoas sem qualificação – até mesmo na falta de uma creche, a mãe não*

*pudesse ausentar de casa, então dentro de casa ela consegue produzir. Então existe uma distribuição de renda. A renda é injusta, porque não remunera à altura, mas é uma fonte disponível, que SAJ [Santo Antonio de Jesus] é uma grande cidade pequena, com situação de cidades grandes, com desemprego. Pessoas desempregadas, por falta de qualificação. Então essas pessoas migram do campo. E outros fatores. Muitas mulheres não querem fazer o trabalho de doméstica, em muitas casas não são valorizadas. Então elas preferem os fogos. Se a pessoa quiser trabalhar uma hora, duas horas, o tempo disponível ela utiliza dentro de casa. Para o produtor interessa porque fica ali livre de encargos sociais de riscos e outras coisas mais. Depois da tragédia, há muita crítica da atividade e assim, ela se tornou pejorativa (ENTREVISTA: José Carlos Toneto, 2015).*

Como esclarecem Thomaz Jr. e Cavalhal (2012), o trabalho domiciliar forma, na trabalhadora, uma identidade de classe social, aflui o sentimento de pertencimento com o labor. A pertença é decorrente das formas de trabalho desempenhadas pela mulher, contextualizadas na plasticidade em que elas assumem no processo de produção. Por conseguinte, ainda citando Thomaz Jr. e Cavalhal (2012), o trabalho domiciliar transforma o lar num ambiente insalubre, em virtude do produto e das implicações as quais são submetidas essas mulheres, para atender à produção. Assim as mulheres se tornam reféns do trabalho, mesmo que domiciliar. Embora realizem um trabalho sob condições adversas, nas entrevistas, as fogueteiras demonstram que se sentem contempladas por terem um trabalho. Entretanto, como observam Thomaz Jr. e Cavalhal (2012):

*[...] cada vez mais fragmentam-se as trabalhadoras nas suas unidades produtivas, territorializadas em suas próprias casas [...], enquanto cada uma delas se torna responsável por uma parte do processo de produção. Assim, a divisão social é reforçada pela divisão territorial do trabalho, com as etapas do processo [...] territorializadas nas casas das trabalhadoras. Dessa forma, o sistema faz da casa o lócus da produção em contraposição à reprodução, reforçado pelo fato da perda do saber fazer, e do processo de alienação que se encontra em relação a todo o processo produtivo (THOMAZ Jr; CARVALHAL, 2012, p. 13).*

Ainda nesse contexto, Thomaz Jr. e Carvalhal (2012, p. 13) salientam que “a ideologia de liberdade e autonomia permeia essas trabalhadoras, pois enfatizam a circunstância de trabalharem quando querem, e muitas justificam que, ao ficarem em casa, se sentem mais livres e com menor pressão para trabalharem”. Em face do exposto, a liberdade à qual as fogueteiras se referem é, na verdade, a prisão ao modo de produção econômica em que se inserem, a saber: um trabalho marcado pelo feminino, o domiciliar, o alienante, o insalubre, o precário. José Carlos Toneto

(2015), em entrevista, confirma a relação de dependência das mulheres com o produtor:

*As mulheres que estão produzindo chegam a um grau cumplicidade com quem fornece o material pra produzir que chegam a agradecer, porque, digamos: Ah, não tenho dinheiro pra receber, preciso comprar um remédio. O produtor adianta o valor. Tem uma cumplicidade, uma relação de dependência, é um passarinho preso na gaiola com água, mas não pode voar, é manter pra não morrer de fome ou coisa assim, o básico (ENTREVISTA: José Carlos Toneto, 2015).*

Marcado por dependência e precarização, o trabalho domiciliar implica em longas jornadas de trabalho, sem seguridade social, exposto ao risco de acidente súbito. Para garantir ao menos uma renda mínima, as fogueteiras dobram, triplicam sua produção de traque. A casa, seu lar, confunde-se com o ambiente de trabalho; tal fato gera maior precarização, tendo em vista que as residências são pequenas e com moradores além da capacidade. Sobre esse tipo de cenário, Sorj (2000) discorre:

*As mulheres continuam a prevalecer no trabalho a domicílio, uma vez que carecem de mobilidade e de flexibilidade de opções no mercado de trabalho. Tanto em virtude do viés de gênero presente nas definições de postos de trabalho como pelas responsabilidades familiares que recaem sobre elas e seus fortes vínculos comunitários, as mulheres constituem a principal oferta de trabalho a domicílio (SORJ, 2000, p. 215).*

Após a tragédia, descortinaram-se as relações de trabalho, expondo-se a atividade fogueteira e dando-se visibilidade às questões ligadas ao sistema produtivo dos fogos de artifício. Diante da situação, advinda da informalidade e clandestinidade, houve fiscalização intensa, por parte dos órgãos competentes, e, como consequência, os produtores dispersaram a produção de fogos de artifício, criando e/ou reforçando novas fronteiras, em outros municípios do Recôncavo, como São Felipe, Muniz Ferreira, Maragojipe, Castro Alves extrapolando-a mesmo para municípios de outras regiões.

Nesse contexto, o presidente da ASFOGOS afirma:

*Muitos produtores continuam sua produção com fogos no município. Outros foram para outros municípios, como Muniz Ferreira, São Felipe. Principalmente para Muniz. Então houve uma derivação, porque há uma fiscalização concentrada em Santo Antonio de Jesus permanente; isso fez com que os médios e os grandes produtores se alojassem em outros municípios. Os grandes “se viram” (ENTREVISTA: FABIO QUADROS, PRESIDENTE ASFOGOS, 2015).*

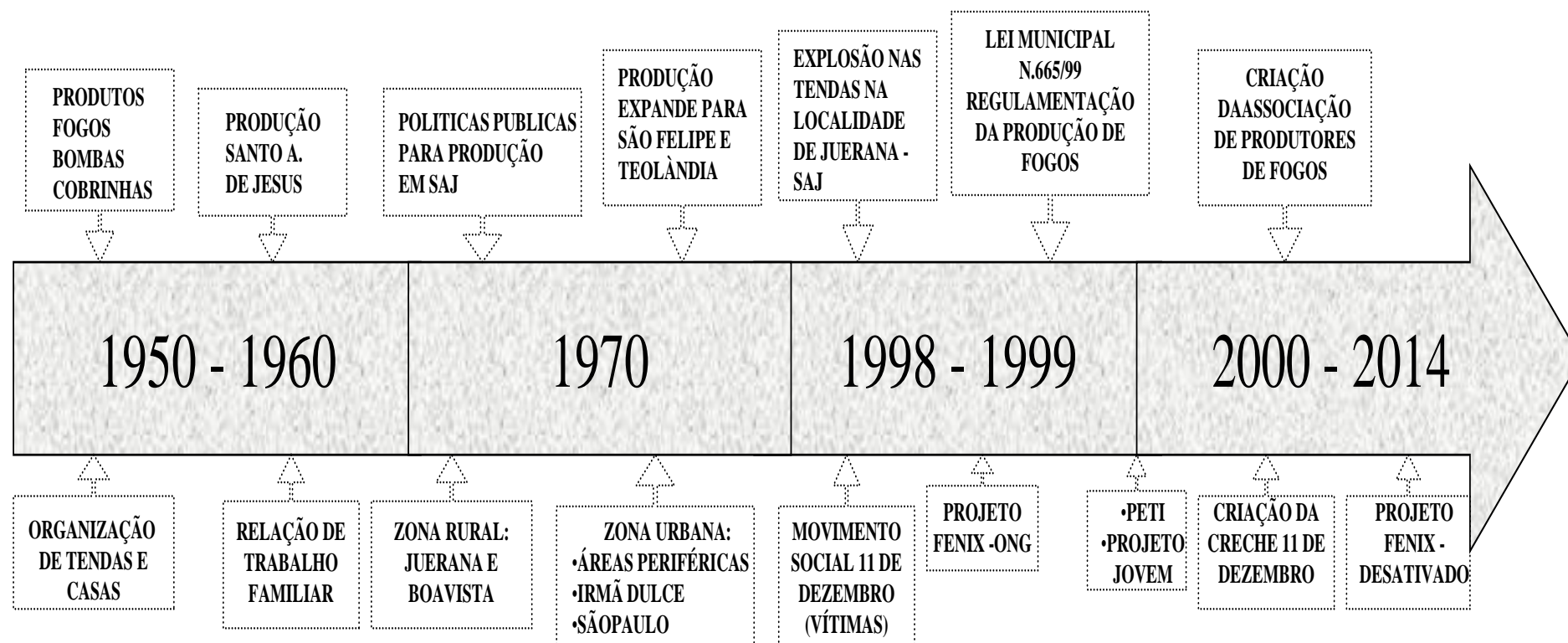
No ramo da pirotecnia, as especificidades, singularidades do processo produtivo podem ser analisadas a luz da globalização. A partir dos processos de globalização e de reestruturação produtiva, produtores estão buscando a substituição da mão de obra barata das fogueteiras pelo uso da máquina. Segundo o presidente da ASFOGOS, a máquina de fazer estalo de salão custa em torno de cem mil reais, e já existem, em Santo Antonio de Jesus, produtores que a adquiriram, inserindo assim, a mecanização da produção de traque no território. O mesmo relatou, em março de 2015, que pretende comprar a máquina para atender à demanda da produção.

Diante do conhecimento da máquina, criou-se um clima de perplexidade frente à possibilidade de não se ter mais o trabalho artesanal. Uma fogueteira, 29 anos, que desde os 6 trabalha com fogos, expõe:

*Eu fui criada fazendo fogos. Já fiz de tudo um pouco dentro de casa e, na tenda, fiz bombinha, cobrinha, vulcão [...], tudo que é produto da terra, até a massa eu já fiz. Eu e minhas duas irmãs aprendemos vendo minha mãe fazer, minhas sobrinhas também faz ... Eu vivo do traque, minha vida foi feita no traque. Da comida a roupa, é pelo traque que consigo. Compro na rua [refere-se ao comércio local], faço vale [nota promissória muito utilizada no comércio da cidade] e, quando recebo, vou e pago o vale. Até celular pra mim já peguei [comprou]. Traque é a vida da mulherada aqui do Mutum [bairro Irmã Dulce] (ENTREVISTA: Trabalhadora, 29 anos).*

Frente à globalização, em consonância com a reestruturação produtiva, mediada por transformações econômicas, delineia-se nova (?) configuração no território fogueteiro santantoniense. Essa reconfiguração favorece e intensifica, ainda mais, a precarização. Enfim, em Santo Antonio de Jesus, o tempo encolhe, para dar passagem ao território fogueteiro (Figura 33).

Figura 33  
Santo Antonio de Jesus -BA  
Linha do tempo da produção pirotécnica



Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pela autora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da dinâmica socioespacial do território santantoniense, tendo como pano de fundo a discussão sobre o mundo do trabalho, traz à tona questões sobre precariedade e informalidade, nos âmbitos do trabalho feminino e do sistema de produção de fogos de artifício. Esta pesquisa analisou a produção de estalo de salão/traque e suas relações no território onde a mesma se insere.

A produção de fogos de artifício constitui um relevante instrumento para a análise e entendimento da dinâmica socioespacial de Santo Antonio de Jesus, especificamente no tocante às singularidades e às particularidades do território designado como território fogueteiro. Não foi objetivo realizar uma análise da produção de fogos de artifício *per se*, mas, sim, estabelecer as relações advindas dessa atividade com o território. Neste sentido, o olhar se debruçou sobre a dinâmica socioespacial do território santantoniense.

O processo histórico de ocupação humana é fruto de relações econômicas, culturais, políticas e técnicas, as quais marcam o território com arranjos estrutural e espacial distintos, resultantes da produção do espaço. As políticas públicas criam, fomentam e potencializam as ações nesse espaço, modificando sua configuração espacial.

Mudanças decorrentes do processo de ocupação histórica e econômica, pela reprodução do capital, criam e recriam espaços, a exemplo da região Território do Recôncavo. Formado por cidades de diferentes aspectos estrutural e cultural, com peculiaridade e singularidade, com distintas configurações socioespaciais, o Recôncavo é, na verdade, um conjunto do qual despontam vários Recôncavos. Contingência históricas e econômicas evidenciam, por exemplo, diferenciações estruturais e funcionais na cidade de Santo Antonio de Jesus.

Em relação a esse município, a partir da conjuntura socioeconômica, definiram-se, como marcos de desenvolvimento, dois períodos distintos. Primeiro – da sua fundação até a década de 1970. Nesse, o dinamismo é impulsionado pela estrutura ferroviária, que fomenta a produção de produtos do setor primário e incrementa o crescimento urbano. A partir de 1970 – o segundo marco –, mudanças na infraestrutura da rede viária potencializam o incremento de bens, a implantação

de serviços e a circulação de mercadoria. Configura-se novo arranjo estrutural, funcional e espacial – e, conseqüentemente, novo dinamismo no serviço e no comércio, porém, agora, sem políticas de implantação de infraestruturas para/relacionadas ao setor secundário.

A ausência de tais ações liberou a mão de obra excedente, oriunda do processo histórico de ocupação, e, assim, propiciou o surgimento de fábricas de fundo de quintal, a exemplo de fabricação de artefatos de fogos.

A cidade se caracteriza, hoje, como o centro mais dinâmico e polo regional do Território do Recôncavo. A base econômica apresenta-se essencialmente comercial. Santo Antonio de Jesus desempenha, no Recôncavo, papel relevante, por suprir demandas que potencializam o limiar e alcance de seu comércio, de seus serviços e também da atividade industrial informal – especificamente, da produção de fogos de artifício.

O dinamismo socioeconômico, advindo da reestruturação espacial na região, constitui, no município, atividades nos setores formal e informal da economia. Nesse contexto, estabeleceu-se a atividade pirotécnica no município.

A atividade pirotécnica é regida por normas as quais devem ser atendidas durante a produção, distribuição e comercialização do produto, de modo a resguardar o trabalhador contra riscos de saúde, de acidente e de morte. Qualquer atividade referente à pirotecnia que não cumpre as leis encontra-se na ilegalidade, caracterizando-se como atividade informal. Alia-se a esse fato a clandestinidade, haja vista que a matéria-prima utilizada na pirotecnia é controlada pelo Exército.

A atividade pirotécnica insere-se, no município de Santo Antoni de Jesus, com base no trabalho domiciliar, nas zonas rural e urbana, predominantemente em áreas periféricas da cidade. Insere-se, ademais, com características de informalidade e precariedade, absorvendo mão de obra feminina não qualificada.

A pirotecnia gerou, no território, uma rede de produção complexa. Ademais, é flagrante a ausência do poder público no tocante à fiscalização e à regularização das atividades e das funções do trabalho pirotécnico.

Problemáticas atinentes à atividade pirotécnica saíram dos muros da cidade e do Recôncavo, tornaram-se visíveis, para o país e para o mundo, após o acidente ocorrido em 1998, o qual descortinou o trabalho informal, precarizado e também

clandestino. A visibilidade foi direcionada para mulheres que se encontra(va)m à margem da sociedade, sem opções de emprego, usando sua força de trabalho para realizar um trabalho domiciliar que envolve também crianças, jovens e idosos, em um sistema semiescravo. A questão da mulher, no território fogueteiro, evidencia o contexto feminino, no processo histórico; o papel da mulher na sociedade; e o próprio processo de construção de ser mulher, que se estabelece no trabalho domiciliar.

A tragédia, ocorrida no território santantoniense, em 1998, desencadeou ainda políticas públicas, por meio do Projeto Fênix, e fez emergir o movimento social 11 de Dezembro. O Projeto Fênix, com participação de segmentos dos setores público e privado, desdobrou-se numa ONG, Instituto Fênix, e no Condomínio de Fogos (COEFENIX).

O condomínio, implantado pelo Estado da Bahia, começou a funcionar em 2002. Sua finalidade era de agregar os produtores e regularizar a produção clandestina, promovendo empregos para os trabalhadores. Funcionou com concessão pública de uso, com a contrapartida de contratar trabalhadores informais. Ter assinada a carteira de trabalho, ter garantias como seguro, adicional periculosidade, transporte e creche, seriam a oportunidade de os trabalhadores pirotécnicos saírem da informalidade/clandestinidade. Contudo os projetos não conseguiram êxito. Entre os motivos, um deles foi a falta de interesse dos grandes produtores de se instalarem no condomínio, tendo em vista ser mais rentável a produção informal e clandestina.

A experiência com o modelo de produção de Minas Gerais também não trinfou. Empresários mineiros instalaram-se no condomínio, porém, após a tragédia, a fiscalização trabalhista intensificou-se e, aliado a isso, houve conflito cultural que desagradou aos empresários, o que eles dizem ser o "jeito baiano". Consequentemente, fecharam-se as fábricas.

Ante o fracasso das políticas públicas, a área do condomínio retorna para o Estado da Bahia e, em 2014, a SUDIC apresentou para a sociedade o projeto de ampliação do Distrito Industrial, na área antes destinada ao Projeto Fênix. Ao mesmo tempo, afirmou ter um compromisso de responsabilidade social perante o Movimento 11 de Dezembro: de que o novo Distrito Industrial, as fábricas, iriam



admitir pessoas dependentes financeiramente do trabalho informal com fogos de artifício, bem como como as vítimas da tragédia de 1998.

Ao longo dos anos, o poder público, ao vedar os olhos — novamente — para problemas inerentes à atividade pirotécnica, desresponsabiliza-se da busca de soluções para acolher os trabalhadores informais da pirotecnia de Santo Antonio de Jesus.

Ora, se o Projeto Fênix, atendendo às normas de instalação do R-105, não agregou a pirotecnia, não será um discurso político que resolverá tal questão. A população periférica santantoniense é vulnerável às condições de trabalho semiescravo da pirotecnia, e esta situação se mantém até os dias atuais.

Embora tenha havido tentativas, políticas públicas não atendem às demandas do setor pirotécnico e, conseqüentemente, não prosseguem com os direitos de cidadania da população nem efetivam os mesmos. Em face da desresponsabilidade do setor público para com trabalhadores fogueteiros, não há, atualmente, implementação de políticas públicas, no município, voltadas para essa atividade.

Por outro lado, o Movimento 11 de Dezembro desponha e dá voz às vítimas da tragédia. Mobiliza instituições e entidades civis, que se unem ao movimento, na luta por justiça pela tragédia de 1998. Nesse contexto, o Exército foi acusado de negligente e condenado a pagar pensão aos filhos das vítimas, por não ter cumprido o papel que lhe é competente, a saber: cuidar da permissão, fiscalização, distribuição de empresas de atividade pirotécnica, em virtude de essa atividade utilizar material de risco, os quais são de seu controle.

A criação da Lei Municipal de Normas para Fiscalização e Regulamentação das Industriais de Fogos de Artíficos e Produtos Pirotécnicos, que liberou a produção de estalo de salão/traque, foi uma tentativa de regulamentar a atividade de fogos de artifício. O Exército considera a matéria-prima utilizada para confecção de traque como sendo baixo risco, tendo em vista que não deflagra. A medida não sanou, tampouco amenizou os problemas referentes ao trabalho precário. A legalização da produção de traque nas residências escamoteou a utilização do trabalho feminino infantil. O discurso da legalização foi apropriado pelos produtores de fogos de artifício para justificar a continuidade da forma de produção do traque de salão: o trabalho domiciliar precário.

Com relação à caracterização do trabalho pirotécnico no território santantoniense, as atividades concentram-se na periferia, majoritariamente, nos bairros Irmã Dulce e São Paulo. Predominam aí confecção de estalo de salão/traque, com mão de obra feminina, domiciliar, informal, com participação de crianças e idosas. Pode-se dizer, em suma, com resquícios de semiescravidão. Este território, apropriado pelo produtor de fogos, se consolida dia a dia em decorência da falta de outras formas de ocupação e também em decorrência oportunidade de outra ocupação e também em decorência das condições da mão-de-obra ali presente.

Este território se caracteriza pela precarização do trabalho, de certa forma, também, influenciado pela reestruturação produtiva e pela ausência de políticas públicas de promoção social.

As trabalhadoras apresentam baixa escolaridade, com predominância do ensino fundamental incompleto, na faixa adulta. Os jovens apresentaram descontinuidade dos estudos, e as crianças mantêm a atividade escolar graças a políticas públicas, como Bolsa Família/Bolsa Escola, cujo recebimento do benefício é atrelado à permanência da criança na escola.

Observados os episódios da pirotecnia no território santantoniense, traçado o perfil das trabalhadoras e caracterizadas as atividades no contexto do trabalho feminino, foi possível identificar que a produção de traque, constituída como trabalho, apresenta-se, atualmente, nos mesmos moldes que tinha no princípio da produção. Em outras palavras, mantém a forma artesanal, desprovida de modernização.

A produção santantoniense de fogos de artifício – especificamente, do estalo de salão/traque –, após a tragédia, não sofreu alteração quanto ao sistema de produção. Perduram os mesmos modelos de confecção e relação de trabalho; de incremento da matéria-prima e de incremento tecnológico. E esses modelos sustentam-se na exploração de mão de obra não qualificada, com longas jornadas de trabalho, e com modo de produção artesanal. Tais características são mantidas pelo produtor, com controle, para que se perpetue o sistema e seja maximizado o lucro.

As trabalhadoras fogueteiras clamam por outras oportunidades de empregos, e, nas narrativas, é claro o sentimento diminutivo da sua condição humana. Para

essas mulheres, o mundo do trabalho se apresenta no dia a dia sem muitas ilusões, sem perspectivas de melhor futuro, haja vista que as fogueteiras não foram contempladas, após a tragédia, com ações de políticas públicas. Assim sendo, sentem-se marginalizadas.

Apesar das condições adversas do trabalho – a insalubridade, a periculosidade, os riscos de acidente e até de morte –, em período de maior produção, mulheres e crianças trabalham também nas tendas clandestinas. São recrutadas, ao nascer do sol, pelo produtor, e só retornam à casa à noite. Essa dinâmica escamoteia de certa forma, a aliceração de mulheres e de jovens no trabalho pirotécnico. Algumas trabalhadoras orgulham-se de ter a capacidade de exercer esse trabalho e sentem-se realizadas, por meio dele, por terem condições de prover sua família, enquanto outras, sentem-se estigmatizadas, discriminadas por exercer tal atividade.

O trabalho infantil é expresso pelas mulheres como algo normal, até porque sua vida foi construída nesse modelo, sendo referência do que é ser criança: ajudar, desde sempre, em casa. Dessa forma também se educa. A “normalidade” de ter crianças trabalhando com fogos nas calçadas das residências foi minimizada ante a explosão, contudo, no contexto da não contemplação de políticas públicas efetivas, que dessem sustentação e suporte para as mães e suas famílias, constata-se o retorno das crianças ao trabalho com traque. Até hoje, os órgãos competentes não adotaram medida eficaz para a erradicação do trabalho fogueteiro infantil.

Espera-se que tais observações possam, de alguma forma, contribuir para o planejamento de políticas públicas destinadas às trabalhadoras fogueteiras, amenizando as carências ou mesmo minimizando sua vulnerabilidade social. É nesse sentido que deve ser (re)colocada em pauta a discussão sobre regulamentação e profissionalização da atividade pirotécnica. Deve-se, ademais, implementar políticas públicas para a gestão do território fogateiro, visando a seu desenvolvimento, tendo em vista estratégias de inclusão social, equidade no acesso aos recursos sociais e a realização da justiça territorial.

Em face do exposto, ressalva-se que a mulher fogueteira acredita que seu labor com traque, embora precário, dá-lhe a capacidade de construir, de sobreviver e, paradoxalmente, ela se sente resignada a sua rotina de trabalho, identificando-se com o território fogueteiro; sentindo-se, assim, territorializada. A atividade pirotécnica

em Santo Antonio de Jesus está inserida no território, entendido como produto de relações conflituosas, com forças desiguais de poder, as quais geram uma territorialidade que implica no domínio e/ou controle do território.

Nesse contexto, as relações do trabalho pirotécnico com a produção, distribuição, comercialização e consumo instituem-se na atividade uma rede de conectividade, mesmo que simplória, formada por pontos e nós, envolvendo fixos e fluxos, perpassando concepções socioculturais, socioeconômicas e sociopolíticas, que viabilizam e animam as tramas no território pirotécnico.

## REFERÊNCIAS

ALVES, G. **A condição de proletariedade na modernidade salarial** – por uma analítica existencial do proletariado. Revista Pegada (Ecos da IX Jornada do Trabalho), Presidente Prudente, vol. 9, n. 2, p. 1-38, dez. 2008.

ALVES, G. **Dimensões da globalização: o capital e suas contradições**. Londrina: Práxis, 2001.

ALVES, G. **O novo e (precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. 12. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2005.

ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2006.

ANTUNES, R. **A condição de proletariedade na modernidade salarial** – por uma analítica existencial do proletariado. Revista Pegada (Ecos da IX Jornada do Trabalho), Presidente Prudente, vol. 9, n. 2, p. 1-38, dez. 2008.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 1998.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, R. L. C; ALVES, G. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Rev. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**. Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, R. **O sistema de metabolismo social do capital e seu corolário, a alienação, na obra de István Mészáros**. In. István Mészáros e os desafios do tempo histórico. JINKINGS, I.; NOBILE, R. (Org.). São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Org.). **Infoproletarios**. Degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, C. M. P. de. **Disciplina ciência política**. Fortaleza: UFC Virtual, 2010.

ARAUJO, G.; HIRATA, H.; SUGITA, K. (Org.) **Trabalho flexível, empregos precários?** São Paulo: EDUSP, 2009.

AURÉLIO, M; SPOSITO, E. (Org). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

AZAIS, C. **Território e trabalho: uma inscrição em temporalidades diferentes**. Novos Cadernos NAEA, v. 7, n. 1, p. 31-56, jun. 2004.

BAGNO, M. **Preconceito lingüístico – o que é, como se faz**. Loyola: São Paulo, 2002.

BARBOSA JR., J.A. **A produção de fogos de artifício no município de Santo Antonio de Jesus-BA. Uma análise de sua contribuição para o desenvolvimento local**. UNEB, 2008. Dissertação de Mestrado.

BENKO, G. e LIPIETZ, A. O novo debate regional. In: BENKO, G. e LIPIETZ, A. (Org.). **As regiões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Lisboa: Celta, Oeiras, 1994.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BEZERRA, M. G. **Análise sócio-ambiental da porção urbana do Rio Mutum, Santo Antonio de Jesus Bahia**. UNEB, 2007. Dissertação de Mestrado.

BOMFIM, M. V. P. **A Rede urbana do recôncavo e seu funcionamento técnico**. Salvador: UFBA, 2006. Dissertação de Mestrado.

BORGES, A. **O capital e a mão invisível do trabalho do trabalho**: notas sobre a centralidade do trabalho no capitalismo contemporâneo. Salvador: Caderno CRH, n.33 p. 179-196, jul./dez.2000. Disponível:[https://scholar.google.com.br/scholar?start=20&q=%C3%82ngela+Borges+O+capital+e+a+m%C3%A3o+invis%C3%ADvel+do+trabalho+&hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5](https://scholar.google.com.br/scholar?start=20&q=%C3%82ngela+Borges+O+capital+e+a+m%C3%A3o+invis%C3%ADvel+do+trabalho+&hl=pt-BR&as_sdt=0,5)> Acesso em: 20. mar. 2015.

BRAGA, R. M. **Tendências e perspectivas das teorias locacionais no capitalismo contemporâneo**. Geografares, Vitória, nº 6, p. 167-179, 2008.

BRANDÃO, C. R. **Território e desenvolvimento – as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: UNICAMP, 2007.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. 5a. ed. São Paulo: Saraiva, 1995. 210p.

BRASÍLIA, DF. MDA. **Desenvolvimento territorial na Bahia**. Salvador: SEI, 2005. 1 CDROM.

BUCCI, M.P.D. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 241.

CACCIAMALI, M. C. “Globalização e processo de informalidade”. In: **Economia e sociedade**. Campinas, IE/Unicamp, n.14 jun. 2000, p. 152-74.

CACCIAMALI, M. C. **Setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983.

CANDIOTTO, L. Z. P. “Uma reflexão sobre ciência e conceitos: o território na geografia”. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

CARDOSO, A. & LAGE, T. **A Inspeção do trabalho no Brasil**. DADOS, vol. 48, nº 3, 2005.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.

CASTILHO, R. “Tecnologia da informação e organização do espaço brasileiro: monitoramento e fluidez”. In: SOUZA, M. A. A. de. (org). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003.

CASTRO, I. E. de, GOMES, P. C. C. E CORRÊA, R. L. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CASTRO, I. E. de. **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

CERTEAU, M de. **A invenção do cotidiano 1: artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORRÊA, R. L. "Corporação, práticas espaciais e gestão do território". **Revista brasileira de geografia**. Rio de Janeiro, 1992. 54 (3): 115-121, jul/set.

CORRÊA, R. L. "Reflexões Sobre Paradigmas, Geografia e Contemporaneidade". **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, n. especial, p. 59-65, out. 2011.

CORRÊA, R. L. "Territorialidade e Corporação: um exemplo". In: SANTOS, M. (org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1987.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1997.

Desenvolvimento territorial na Bahia. **Análise territorial da Bahia rural**. Salvador, SEI, 2004.

Desenvolvimento territorial na Bahia. **Brasília, DF. MDA**; Salvador: SEI, 2005. 1 CDROM.

DIAS, C. L. e SILVEIRA, R. L. L. **Redes, sociedades e território**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

DIAS, L. C. "A importância das redes para uma nova Regionalização Brasileira: notas para discussão". In: **Brasil, século XXI, por uma nova regionalização, agentes, processos, escalas**. (org.) LIMONAD, E. et alli.. São Paulo: Max Limonad, 2004.

DIAS, L. C. "Redes: Emergência e organização". In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C. da; CORRÊA, R. L. **Geografia: Conceitos e temas**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

FRANÇA, V. L. A. Conferência de Desenvolvimento Regional. **Eixo III – desigualdades regionais e critérios de elegibilidade. redes de cidades – O caso sergipano**. Aracaju, 2012.

<[http://www.integracao.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=c803bec0-5359-423d-b6cf-2e7b61903ef6&groupId=63635](http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=c803bec0-5359-423d-b6cf-2e7b61903ef6&groupId=63635)>. Acesso em: 20 set. 2014.

FRANÇA, V. L. A. e FALCON, M. L. de O. **Aracaju: 150 Anos de vida urbana**. Aracaju: PMA, 2005.

FRANÇA, V. L. A. **Geografia e ciência: Considerações sobre regionalização**. Aula proferida no Núcleo de Pós-Graduação - NPGeo, UFS, 23/03/2011.



FRANÇA, V. L. A. **Impactos sociais, ambientais e urbanos das atividades petrolíferas: o caso de Macaé.** Cap. 4-1: Vera França – Pag 415. Carmópolis, Impactos da Indústria Extrativo-Mineral. Disponível em: <[http://www.uff.br/macaeimpacto/OFICINAMACAE/pdf/41\\_VeraFranca.pdf](http://www.uff.br/macaeimpacto/OFICINAMACAE/pdf/41_VeraFranca.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2014.

FRANÇA, V. L. A. **Urbanização brasileira:** Alguns Comentários. Disponível em: <<http://gpm.gid-ufs.org/wp-content/uploads/2011/09/VeraFranca.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2014.

GAUDEMAR, J. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital.** Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOMES, H. **A produção do espaço geográfico no capitalismo.** São Paulo: Contexto, 1990.

GOMES, P. C. C. **Geografia e modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

GONÇALVES, H. A. **Manual de monografia, dissertação e tese.** São Paulo: CONTEXTO, 2002.

GONÇALVES, M. A.; THOMAZ Jr. A., “A Informalidade e precarização do trabalho: uma contribuição a geografia do trabalho”. **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, vol.VI, nº/ 119 (31), 2002.

GRAMSCI, A. **A concepção dialética da história.** 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HAESBAERT, R. **A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda.** Terra Livre, São Paulo, v. 1, n. 18, jan. /jun. 2002, p.37- 46.

HAESBAERT, R. **Blocos, internacionais de poder.** São Paulo: Contexto, 1990.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste.** Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, R; LIMONAD, E. “O território em tempos de globalização”. **Etc. Espaço Tempo e Crítica. Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas**, n. 2 (4), vol.1. Niterói: UFF, 2007. Disponível em: <[http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007\\_2\\_4.pdf](http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_4.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2014.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HARVEY, D. **O Enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HIRATA, H. “A crise mundial e o impacto da reestruturação produtiva na divisão sexual do trabalho”. In: COSTA, Albertina et al (Org.) **Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

HIRATA, H. **A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. Sociologias**. Porto Alegre, v.11, n.21, jan/jun, p.24-41, 2009.

HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções – 1789 - 1848**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

INSTITUTO EUVALDO LODI. **Diagnóstico das indústrias de fogos de artifício de Santo Antonio do Monte**. Belo Horizonte, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados estatísticos – municípios brasileiros**. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/> (Acessado em abril, maio 2015).

JAKOBSEN, K.; *et al.* (Org.). **Mapa do trabalho informal**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.

JAKOBSEN, K.; MARTINS, R.; DOMBROWSKI, O.(Orgs.). **Mapa do trabalho informal**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal. Lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo, Cortez, 2007.

LESTEGÁS, F. R. **La actividad humana y el espacio geográfico**. Madrid: Síntesis, 2000.

LIMA, E. R. **O léxico dos trabalhadores na produção artesanal de fogos em Muniz Ferreira – BA**. Dissertação de Mestrado em Letras e Linguística da UFBA. Salvador – BA, 2006.

LIPIETZ, A. (Org). **As regiões ganhadoras**. Distritos e redes. Oeiras: Celta, 1994.

LISBOA, J. **A Trajetória do discurso do desenvolvimento para o nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. São Cristóvão: Tese de Doutorado, NPGeo: UFS, 2007.

MAIS, D. de. **O Futuro do trabalho**. Fadiga e ócio na Sociedade pós-industrial. 9 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

MARX, K. **Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão popular, 2006.

MESZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MOREIRA, R. “As Novas Noções do Mundo do Trabalho”, in **Anais** do XII Encontro Nacional dos Geógrafos, p. 52-60. Florianópolis: AGB-Nacional. 2000.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro**. As matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2008.

MOREIRA, R. **O que é geografia?** São Paulo: Contexto, 2007.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOREIRA, R. “Teses para uma Geografia do Trabalho”. In **Revista Ciência Geográfica**, ano VIII, vol. II, no. 22. Bauru: Seção Local da AGB. 2002b. [http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:jxJDJJ09cDQJ:scholar.google.com/+teses+para+uma+Geografia+do+Trabalho+Ruy+Moreira&hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5](http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:jxJDJJ09cDQJ:scholar.google.com/+teses+para+uma+Geografia+do+Trabalho+Ruy+Moreira&hl=pt-BR&as_sdt=0,5) Acessado em 11.03.2013.

MULLER, P.; SUREL, Y. **L’analyse des politiques publiques**. Paris: Montchrestien, 1998.

OFFE, C. **O capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo**. Informe Regional sobre Desarrollo Humano para América Latina y el Caribe: Actuar sobre el futuro: romper la transmisión intergeneracional de la desigualdad, 2010.

PEDRÃO, F. **Novos e velhos elementos da formação social do recôncavo da Bahia de Todos os Santos**. Revista Recôncavos. Centro de Artes, Humanidades e Letras, UFRB, vol. 1, Ano I, p. 8-22, 2007.

PEDRÃO, F. **Recôncavo, um estudo social regional**. Disponível em: <[http://www.fernandopedrao.com.br/sites/default/files/books/reconcavo\\_um\\_estudo\\_social\\_regional.pdf](http://www.fernandopedrao.com.br/sites/default/files/books/reconcavo_um_estudo_social_regional.pdf)>. Acesso em: fev. 2015.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização**. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. 2 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Ática: São Paulo, 1993.

RAMOS, J. A. B. **A crise da economia fumageira do Recôncavo da Bahia nos últimos quarenta anos**. Dissertação (Mestrado em Economia) Faculdades de Ciências Econômicas, UFBA, Salvador, 1990.

REBOUÇAS, D. Reportagem “Produtores de Fogos se Calam e Reforçam a Impunidade” – **Jornal “A Tarde”**, caderno 5, p.6 (17/06/2007). Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=760607>> Acesso em: mar. 2015.

RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SAMPAIO, A. V. O. **Mobilidade do trabalho e produção do espaço regional de Vitória da Conquista – Bahia**. Tese de Doutorado, Núcleo de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, SE, 2013.

SANTOS, B. S. “Os processos da globalização”. In. SANTOS, B. S. (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, E. M. M. **O trabalhador pirotécnico de Santo Antonio do Monte e seu convívio diário com o risco de acidente súbito**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SANTOS, H. R. dos. **Vidas nas Fronteiras: Práticas Sociais e Experiências de Feirantes no Recôncavo Sul da Bahia Santo Antonio de Jesus 1948- 1971**. 2007. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional). Campus V- UNEB. [2007].

SANTOS, L. dos; VELLOSO, T. R. Aprendizados no Processo de Construção de Alternativas de Inclusão Social do Grupo do Movimento 11 de Dezembro no Município de Santo Antonio de Jesus – BA. **Revista NAU Social** - v.3, n.5, p. 63-68, nov. 2012/abr. 2013.

SANTOS, M. “O Retorno do Território”. In: **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1994a.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002a.

SANTOS, M. C. **O dinamismo urbano e suas implicações regionais: o exemplo de Santo Antonio de Jesus**. Ed. UNEB. Salvador. 1999.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **O Retorno do território**. In **TERRITÓRIO. globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1994a.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo**. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec; Annablumme, 2002b.

SAQUET, M. A. “O território: diferentes interpretações na literatura italiana”. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S.(Org). “Por uma abordagem territorial”. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org). **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S.(Org). **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAQUET, M. A. “As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade”. Florianópolis: **Geosul**, v.22, n.43, p55-76, jan/jun. 2007.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SASAHARA, A. Documentário “**Salve, Santo Antonio**”. Produzido em parceria com a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Via TV, 2004.

SASSEN, S. **As cidades na economia global**. São Paulo: Nobel, 1998.

SCOTT, A. J. *et al.* Cidades-regiões globais. **Revista Espaço & Debates número 41**. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 2001.

SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Bahia). **Perfil empresarial de Santo Antonio de Jesus**. Santo Antonio de Jesus, jun/2002.

SEBRAE. **Aspectos legais para a para a implantação de indústrias de fogos de artifício**. Salvador: SEBRAE/BA, 2003.

SERPA, A. S. P.(Org). **Territórios da Bahia: regionalização, cultura e identidade**. Salvador: Edufba, 2015.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SIGER, P. Força de trabalho e emprego no Brasil. **Caderno CEBRAP**, S.Paulo: CEBRAP, n. 3, 1991.

SILVA, H. R. da. **Vidas nas fronteiras**: práticas sociais e experiências de feirantes no Recôncavo Sul da Bahia. Santo Antonio de Jesus – 1948 – 1971. Dissertação de Mestrado em História da UNEB. Santo Antonio de Jesus – BA, 2007.

SILVA, M; YAZBEK, M. (Org.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2006.

SILVA, S. B. de M.; SILVA, B. C. N. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. 2.ed. Salvador: UFBA. Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, 2006.

SILVA, S. C. B. de M. “Teorias de localização e de desenvolvimento regional”. **Revista Geografia**, 1 (2), Rio Claro, p. 1- 23. out. 1976.

SILVA, S. C. B. de M.; ORNELAS, W. V. “Desequilíbrios regionais e municipais no estado da Bahia: uma análise dos padrões recentes”. In: SEI - **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia**. Desenvolvimento Regional: análises de Salvador e da Bahia. Salvador: SEI, 2006.

SILVA, S. C. B. de M.; ORNELAS, W. V. “Planejamento Territorial: considerações sobre o caso baiano”. **Planejamento**. Salvador, v. II, n. 12, p. 545-549, set./dez. 1974.

SILVA, S. C. B. de M; FONSECA, A. A. M. da. “Políticas territoriais de integração e fortalecimento urbano e regional para o Estado da Bahia”. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 1,n. 17, p. 15-22, jan. 2008.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2003.

SMITH, A. **A Riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural LTDA, 1996.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas**. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SORJ, B. “Os cuidados com a família e as desigualdades de gênero e classe”. In: COSTA, A., et al., (Orgs.). **Divisão sexual do trabalho, estado e capitalismo**. Recife: SOS Corpo; Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

SOUZA, C. **Políticas públicas**: Questões temáticas e de pesquisa. Caderno CRH 2003.

SOUZA, M. J. L. “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. *In*: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C. & CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, M. J. L. **Análise territorial da Bahia Rural**. Salvador: SEI, 2004.

SPOSITO, E. S. “Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná”. *In*: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SPOSITO, E. S. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, E. C. **O Papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. 2002 Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf)>. Acesso em março de 2014.

TERRA LIVRE. **As escalas da lógica territorial**: do local ao global. Ano 1. n. 1. São Paulo, 1986.

THOMAZ Jr, A. “O Mundo do trabalho”. **Revista Pegada**, vol. 12, n.1, p. 104-122, 2011. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/917/946>>.

THOMAZ Jr, A. “Qualificação do trabalho: Adestramento ou Liberdade? Uma contribuição para o entendimento dos Desafios postos ao Movimento Sindical, diante da Reestruturação Produtiva do Capital”. **Revista Eletrônica do II Colóquio Internacional de Geocrítica** “Innovación, Desarrollo y Medio Local – Dimensiones Sociales y Espaciales de la Innovación”. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2000.

TOMASONI, M. A. **A Dimensão geoambiental do Recôncavo Sul**. *In*: CAR Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Recôncavo Sul da Bahia.



Salvador: Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia/SEPLANTEC Governo da Bahia. 2001.

TOMASONI, S. M . R . P. “A Universidade do estado da Bahia como instrumento de regionalização”. In. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, n. 97, p. 22-31, 2002.

TOMASONI, S. M . R . P. **Territorialidade da universidade do estado da Bahia-UNEB no espaço Baiano: Uma análise geográfica da UNEB em Santo Antonio de Jesus-BA**. Dissertação de Mestrado: UFBA, 2000.

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar**. A Perspectiva da Experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VALADÃO, H. **Santo Antonio de Jesus, sua gente e suas origens**. Gráfica Exemplar. Santo Antonio de Jesus. 2005.

VIANNA, R.; SOUZA FILHO, L. V. de; PINTO, L. C.de M.; CHASTINET, A. “Equipe de jornalista e produtores do documentário”. **Terra de Fogos**. Exibido pela Rede Record de TV, 2007.

VIEIRA, C. E. C. *et al.*, “Os bastidores da produção de fogos de artifício em Santo Antonio do Monte: degradação das condições de trabalho e saúde dos pirotecnistas”. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo , v. 15, n. 1, jun. 2012. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-37172012000100010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172012000100010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso: 21 maio 2015.

## SITES CONSULTADOS:

ASSOBRAPI – Associação Brasileira de Pirotecnia  
<http://www.assobrapi.com.br>

DFPC – Exército Brasileiro - Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados  
[www.dfpc.eb.mil.br](http://www.dfpc.eb.mil.br)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
<http://www.ibge.gov.br>

INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia  
<http://www.inmetro.gov.br>

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
<http://portal.mte.gov.br>

OIT – Organização Internacional do Trabalho  
<http://www.oit.org.br>

OMT – Observatório do Mercado de Trabalho  
<http://geo.dieese.org.br>

Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus  
<http://www.prefeiturasaj.ba.gov.br/>

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia  
[www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)

SEPLAN – Secretaria do Planejamento  
<http://www.seplan.ba.gov.br/>

YOUTUBE  
<https://www.youtube.com/watch?v=TQZ1-DqVlt0>

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Questionário – Mulheres que trabalham confeccionando estalo de salão/traque: Bairros Irmã Dulce e São Paulo



**Universidade Federal de Sergipe – UFS**  
**Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGeo**  
**Doutorado em Geografia**

A pesquisa de doutoramento trata da produção de fogos de artifício, especialmente, a confecção de estalo de salão/traque de bater no chão/traque em Santo Antonio de Jesus. O objetivo é explicar a atuação das trabalhadoras e a relação com a atividade fogueteira, buscando entender no conjunto da produção pirotécnica como se realiza as relações com a atividade e o território. Antecipadamente, agradecemos pela sua participação.

Pesquisadoras: Sônia Marise Tomasoni (Doutoranda – UFS-NPGeo/UNEB)  
 Dra. Vera Lucia França (Orientadora – UFS-NPGeo)

#### **Trabalhadoras**

1. Idade:
2. Escolaridade:
3. Local de nascimento:
4. Há quanto tempo trabalha com a atividade de fogos?
5. Quantas horas trabalha por dia?
6. Quantos dias trabalha na semana?
7. Quanto recebe por semana?
8. Com sua renda dá para sobreviver?  
 Sim ( ) Não ( )
9. Participa de algum programa do governo?  
 Sim ( ) Não ( ) Qual?



## APÊNDICE B – Entrevista – Produtor/Empresário



**Universidade Federal de Sergipe – UFS**  
**Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGeo**  
**Doutorado em Geografia**

A pesquisa de doutoramento trata da produção de fogos de artifício, especialmente, a confecção de estalo de salão/traque de bater no chão/traque em Santo Antonio de Jesus. O objetivo é explicar a atuação das trabalhadoras e a relação com a atividade fogueteira, buscando entender no conjunto da produção pirotécnica como se realiza as relações com a atividade e o território. Antecipadamente, agradecemos pela sua participação.

Pesquisadoras: Sônia Marise Tomasoni (Doutoranda – UFS-NPGeo/UNEB)  
 Dra. Vera Lucia França (Orientadora – UFS-NPGeo)

### **Segmentos da Sociedade: Produtor/Empresário**

1. Nome:
2. Idade:
3. Profissão (função):
4. Qual a sua origem?
5. Quando iniciou a atividade com fogos?
6. Como você define a produção de fogos em Santo Antonio de Jesus?
7. Em sua opinião como a produção de fogos exerce influência para a cidade de Santo Antonio de Jesus e para a Região?
8. Como você caracteriza a produção de fogos em Santo Antonio de Jesus?
9. Sua empresa tem uma tecnologia adequada para a produção de fogos?
10. De que forma se articulam com outras empresas no contexto estadual / nacional? Quais os níveis de interação entre a sua empresa e gestão pública federal, estadual e municipal?
11. Sua empresa possui todas as normas de segurança?
12. Quais são essas normas e quem as define?

13. Sua empresa recebe incentivos públicos?
14. Quais produtos sua empresa produz?
15. Como você avalia o Projeto Fênix?
16. O Projeto Fênix contribui para melhoria da segurança na produção de fogos?
17. Como o poder público contribui para melhoria dessa atividade?

## **APÊNDICE C – Entrevista – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Fogos de Artifício de Santo Antonio de Jesus/BA**



### **Universidade Federal de Sergipe – UFS Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGeo Doutorado em Geografia**

A pesquisa de doutoramento trata da produção de fogos de artifício, especialmente, a confecção de estalo de salão/traque de bater no chão/traque em Santo Antonio de Jesus. O objetivo é explicar a atuação das trabalhadoras e a relação com a atividade fogueteira, buscando entender no conjunto da produção pirotécnica como se realiza as relações com a atividade e o território. Antecipadamente, agradecemos pela sua participação.

Pesquisadoras: Sônia Marise Tomasoni (doutoranda – UFS-NPGeo/UNEB)  
Dra. Vera Lucia França (Orientadora – UFS-NPGeo)

### **Segmentos da Sociedade: Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Fogos de artifício de Santo Antonio de Jesus – BA**

1. Nome:
2. Idade:
3. Profissão (função):
4. Qual a sua origem?
5. Quando iniciou a atividade com fogos?
6. Como você caracteriza a produção de fogos em Santo Antonio de Jesus?
7. Quais os produtos que são fabricados em Santo Antonio de Jesus?
8. De onde vem a matéria-prima para fabricação dos fogos de artifício?
9. De que forma chega até os produtores?
10. Como são feitos os contatos e como se processa essa interação?
11. Para onde são distribuídos/vendidos esses produtos? Alcançam outros estados e/ou outros países? Quais?

12. De que forma chegam aos distribuidores? Desde quando compram? De que forma entram em contato? (Redes virtuais, redes sociais, sites).
13. Que tipo de empresas são essas? Locais, matrizes, filiais de empresas de fora, multinacionais?
14. Onde moram os gestores das empresas? Onde atuam? E os trabalhadores?
15. Em sua opinião como a produção de fogos exerce influência para a cidade de Santo Antonio de Jesus e para o Recôncavo?
16. Qual sua visão sobre a produção de fogos após o acidente de 11 de dezembro de 1998?
17. Qual a importância do Projeto Fênix na produção de fogos?
18. O Projeto Fênix contribui para melhoria da segurança na produção de fogos?
19. Como o poder público contribui para melhoria dessa atividade?



**APÊNDICE D – Entrevista – Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente Santo Antonio de Jesus/BA**



**Universidade Federal de Sergipe – UFS**  
**Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGeo**  
**Doutorado em Geografia**

A pesquisa de doutoramento trata da produção de fogos de artifício, especialmente, a confecção de estalo de salão/traque de bater no chão/traque em Santo Antonio de Jesus. O objetivo é explicar a atuação das trabalhadoras e a relação com a atividade fogueteira, buscando entender no conjunto da produção pirotécnica como se realiza as relações com a atividade e o território. Antecipadamente, agradecemos pela sua participação.

Pesquisadoras: Sônia Marise Tomasoni (doutoranda – UFS-NPGeo/UNEB)  
 Dra. Vera Lucia França (Orientadora – UFS-NPGeo)

**Segmento da Sociedade: Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente Santo Antonio de Jesus – BA**

1. Nome:
2. Idade:
3. Profissão (função):
4. Como você caracteriza a produção de fogos em Santo Antonio de Jesus do ponto de vista do trabalho formal? E do trabalho informal?
5. Como vê o envolvimento do poder público com a questão de qualificação dos trabalhadores em atividade com fogos?
6. De que maneira o poder público contribui para/com incentivos fiscais na produção de fogos?
7. Em sua opinião como a produção de fogos exerce influência para a cidade de Santo Antonio de Jesus e para a Região?
8. Como o poder público municipal e estadual contribuem com as questões de produção de fogos após o acidente de 1998, do ponto de vista legal e do ponto de vista financeiro, quanto aos investimentos aplicados no Projeto Fênix? Qual o resultado do mesmo?

9. Qual o envolvimento da SEBREA com o Projeto Fênix? Qual a importância do Projeto Fênix na produção de fogos?
10. O Projeto Fênix contribui para melhoria da segurança na produção de fogos?
11. Que projetos relacionados a indústria pirotécnica a SEBRAE desenvolveu e/ou desenvolve para o município e para a região e qual o sucesso dos mesmos e, se houve insucesso, a que você atribui?
12. Como o poder público contribui para melhoria dessa atividade?
13. Como você analisa a produção de fogos atualmente e que visão tem para o futuro dessa atividade em Santo Antônio de Jesus e no Território do Recôncavo?
14. De onde vem a matéria-prima para fabricação dos fogos de artifício? De que forma chega aqui? Como são feitos os contatos? Como se processa essa interação?
15. Além do Recôncavo para quais outros municípios são vendidos esses produtos? Alcançam outros estados e/ou outros países? Quais? De que forma chegam lá? Desde quando compram? De que forma entram em contato? (Redes virtuais, redes sociais, sites).
16. Onde moram os gestores das empresas? Onde atual? E os trabalhadores?
17. Quais os níveis de interação entre a sua empresa e gestão pública federal, estadual e municipal?

**APÊNDICE E – Entrevista – Secretário Municipal de Desenvolvimento  
Econômico e Meio Ambiente Santo Antonio de Jesus/BA**



**Universidade Federal de Sergipe – UFS  
Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGeo  
Doutorado em Geografia**

A pesquisa de doutoramento trata da produção de fogos de artifício, especialmente, a confecção de estalo de salão/traque de bater no chão/traque em Santo Antonio de Jesus. O objetivo é explicar a atuação das trabalhadoras e a relação com a atividade fogueteira, buscando entender no conjunto da produção pirotécnica como se realiza as relações com a atividade e o território. Antecipadamente, agradecemos pela sua participação.

Pesquisadoras: Sônia Marise Tomasoni (doutoranda – UFS-NPGeo/UNEB)  
Dra. Vera Lucia França (Orientadora – UFS-NPGeo)

**Segmentos da Sociedade: Integrante do Movimento 11 de Dezembro**

1. Nome:
2. Idade:
3. Profissão (função):
4. Qual a sua origem?
5. Relate sua vivência com a produção de fogos.
6. Como você caracteriza a produção de fogos em Santo Antonio de Jesus?
7. Qual sua visão sobre a produção de fogos após o acidente de 11 de dezembro de 1998?
8. Qual sua opinião sobre o Projeto Fênix?
9. Como o poder público contribui para melhoria dessa atividade?
10. Como é a relação e envolvimento das mulheres na produção de fogos?
11. Como é a relação e envolvimento das crianças na produção de fogos?
12. Relate seu envolvimento e atuação com o Movimento 11 de Dezembro

## ANEXOS

## ANEXO A – Ministério da Defesa – Exército Brasileiro. Ofício sobre controle de Estalo de Salão

05/03/2009 06:31 34154319

SAJ

PÁG. 01



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
DEPARTAMENTO LOGÍSTICO  
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS  
(DFPC - 1982)

Of nº 500 - Sec Reg

Brasília - DF, 23 de julho de 2007.

Do Subdiretor de Fiscalização de Produtos Controlados

Ao Sr Chefe do SFPC/4

Assunto: estalo de salão

Ref: Of nº 086-SFPC/4-SS.3, de 03 Jun 07, da 4ª  
RM/4ª DE a DFPC.

1. Trata o presente expediente do controle pelo Exército sobre estalos de salão.

2. Sobre o assunto, informo-vos que:

- a. em razão de características específicas do produto, o Exército não exerce qualquer tipo de controle ou fiscalização sobre a categoria de artigo pirotécnico denominada *estalo de salão*;
- b. a alocação de *estalo de salão* no Anexo D das *Normas Reguladoras para Classificação, Importação e Avaliação Técnica de Fogos de Artíficos Pirotécnicos e Artefatos Similares*, aprovadas pela Portaria 09, D Log, de 08 de maio de 2007, objetiva tão somente, uniformizar a nomenclatura empregada no setor;
- c. o disposto no subitem anterior não implica em determinação contrária ao disposto no subitem "a" acima, permanecendo o artigo em questão fora da esfera de fiscalização e controle do Exército.

  
CARLOS ALBERTO BORGES TEIXEIRA - Cel  
Subdiretor de Fiscalização de Produtos Controlados



ANEXO B – Cartilha Educativa: FÊNIX: Da Tragédia à Solução





# COMO FÊNIX SURTIU DAS CINZAS



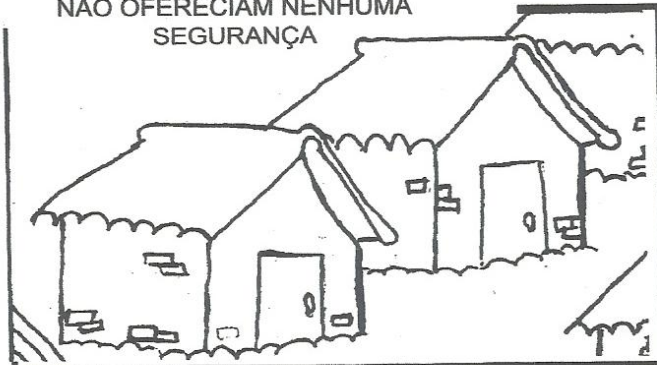
A FALTA DE EMPREGOS LEVOU MUITOS JOVENS AOS FABRICOS DE FOGOS.



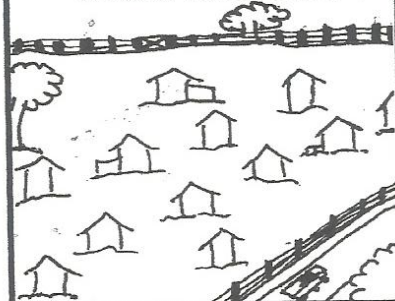
E A PRODUÇÃO DE FOGOS FEZ A ALEGRIA DE DIVERSAS GERAÇÕES.



OS FABRICOS CLANDESTINOS  
NÃO OFERECIAM NENHUMA  
SEGURANÇA



MAS MUITAS PESSOAS  
SE ARRISCavam, EM BUSCA  
DE UNS TROCADOS.



CRIANÇAS, JOVENS E MULHERES  
ACOSTUMARAM-SE AO RISCO DE  
EXPLOSÕES...



...QUE PODIAM OCORRER  
AO MENOR DESCUIDO.



EM 11 DE DEZEMBRO DE 1998:  
A EXPLOSÃO DE UMA TENDA DE FOGOS  
NA JUEIRANA  
FOI UMA IMENSA TRAGÉDIA.



A CIDADE ESTÁ CHOCADA...



REPERCUTIU  
EM TODO  
O MUNDO...

JORNAL  
Exposição  
de  
fogos  
em Santo  
Antônio  
de Jesus

JORNAL  
64 MORTOS  
NA TRAGÉDIA





DIVERSAS PESSOAS SE PRONTIFICARAM A AJUDAR, REVELANDO UMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA, MAS A SITUAÇÃO ERA TERRÍVEL.



IGREJAS, COMÉRCIO, CLUBES DE SERVIÇOS, PREFEITURA, ESCOLAS, ENFIM, MUITA GENTE SE REUNIA, RECOLHENDO ALIMENTOS E DISCUTINDO O QUE FAZER PARA EVITAR NOVOS ACIDENTES.



BOM DIA! NÓS TROUXEMOS AJUDA PARA VOCÊS



FÊNIX É O NOME DE UMA AVE MITOLÓGICA QUE RENASCE DAS CINZAS, POR ISSO ESTE FOI O NOME ESCOLHIDO PARA UM MOVIMENTO QUE SURTIA, UNINDO TODAS AS PESSOAS QUE QUERIAM AJUDAR NOSSA CIDADE A SUPERAR AS DIFICULDADES CAUSADAS PELA FABRICAÇÃO DE FOGOS.



ESTA É A ÚLTIMA DE HOJE!





MAS SÓ DAR ALIMENTOS E ROUPAS NÃO BASTAVA.  
ERA PRECISO APRENDER A FAZER FOGOS COM SEGURANÇA.  
ASSIM, ALGUMAS PESSOAS FORAM A CIDADE DE  
SANTO ANTONIO DO MONTE, NO ESTADO DE MINAS GERAIS,  
ONDE SE FABRICA FOGOS DE MANEIRA MODERNA E MAIS SEGURA.



EM SANTO ANTONIO DO MONTE, VIRAM  
E OUVIRAM MUITA COISA IMPORTANTE.

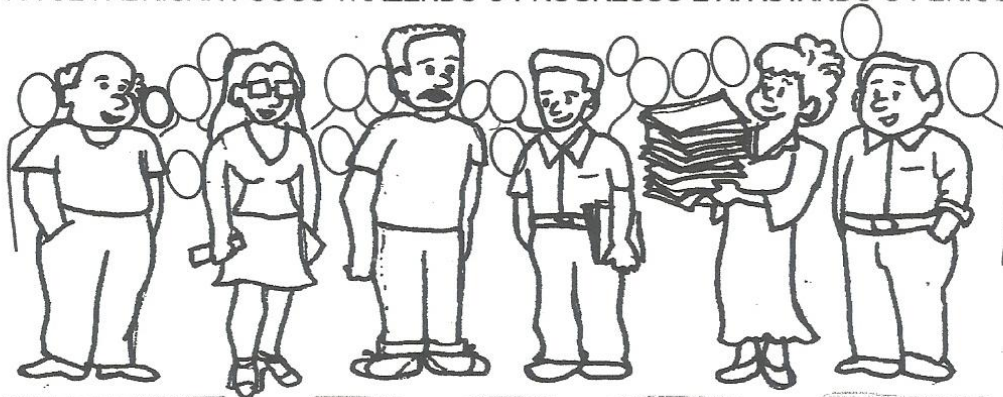
### FÁBRICA DE FOGOS



ENQUANTO EM  
SANTO ANTONIO DE JESUS,  
SE ESTUDAVA SOBRE  
AS PESSOAS QUE  
TRABALHAVAM COM FOGOS.



ASSIM, COM EMPENHO E DEDICAÇÃO, O FÊNIX ENCONTROU AS RESPOSTAS  
PARA SE FABRICAR FOGOS Trazendo o progresso e afastando o perigo!



MAS ERA PRECISO MUITO ESFORÇO PARA CONSTRUIR O QUE SERIA... UM  
CONDOMÍNIO MODERNO E SEGURO, ONDE SE PUDESSE TRABALHAR LEGALMENTE.

O GOVERNO DO ESTADO  
ASSINOU O PROTOCOLO  
DE INTENÇÃO  
PARA CONSTRUIR  
O CONDOMÍNIO,  
VIABILIZANDO O PROJETO.

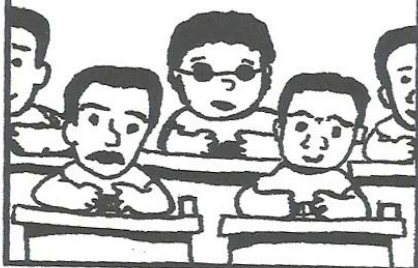


**GOVERNO  
DA BAHIA**

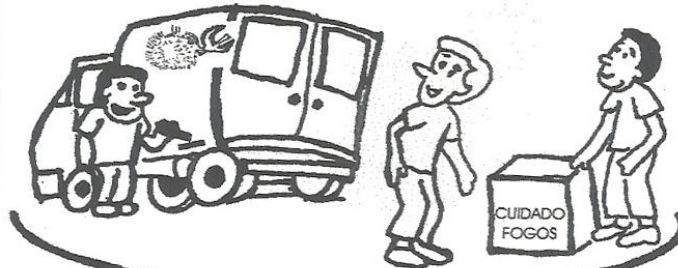
O CONDOMÍNIO FÊNIX JÁ ESTÁ PRONTO:  
É UMA ÁREA DESTINADA  
EXCLUSIVAMENTE A FABRICAÇÃO DE FOGOS,  
EM UM SISTEMA DE COOPERATIVA,  
CONTANDO COM VÁRIOS PRODUTORES.  
ALÉM DA SEGURANÇA, O COFÊNIX  
CONTA COM NOVAS TÉCNICAS  
PARA A PRODUÇÃO E IRÁ  
GERAR DIVERSOS EMPREGOS.



O COFÊNIX  
GERA EMPREGO E RENDA  
COM RESPONSABILIDADE  
E SEGURANÇA.



OS FOGOS PRODUZIDOS NO CONDOMÍNIO  
TÊM QUE TER EXCELENTE QUALIDADE  
E SEU COMÉRCIO VAI SER SEMPRE MAIS FÁCIL,  
POIS TUDO É FEITO DENTRO DA LEI.



1.200 CRIANÇAS SÃO ATENDIDAS  
PELO PROGRAMA DE ERADICAÇÃO  
DO TRABALHO INFANTIL (PETI).



QUE BOM  
QUE VOCÊ TEM  
A BOLSA-ESCOLA  
DO PETI!

É SIM,  
MAMÃE!

TRABALHANDO NO CONDOMÍNIO FÊNIX  
OS PRODUTORES DE FOGOS  
TÊM MAIS TRANQUILIDADE.



VIU SÓ  
COMO É BOM  
TRABALHAR  
LEGALMENTE?



O EXEMPLO DO TRABALHO COOPERATIVO DESENVOLVIDO EM SANTO ANTONIO DE JESUS JÁ ESTÁ SENDO SEGUIDO POR OUTROS MUNICÍPIOS, QUE PRETENDEM FABRICAR FOGOS SEM COLOCAR EM RISCO A VIDA DAS PESSOAS, AFINAL FOGOS SÃO PARA COMEMORAR OS MOMENTOS ALEGRES DA VIDA!!!



## Corpo diretivo do Instituto Fênix

### Diretoria Executiva

**Presidente:** Marconi Trindade Sampaio  
Entidade: SINCOMSAJ

**Vice-Presidente:** Railton Pinheiro C. Filho  
Entidade: COFENIX

**Secretária:** Ana Cristina F. Wanderley  
Entidade: COFENIX

**Tesoureiro:** André Gustavo de A. Barbosa  
Órgão: SEBRAE

### Conselho Administrativo

**Presidente:** Hernane Mercês de Oliveira  
Entidade: Rotary Clube

**Vice-Presidente:** Clóvis Ezequiel dos Santos  
Entidade: CMDCA

**Secretário:** Sálvio Ricardo G. Galvão  
Entidade: Maçonaria

### Conselho Fiscal

**Presidente:** Jaciara Nunes de Oliveira  
Entidade: CMAS

**Vice-Presidente:** Ir. Benedita Camurugy  
Entidade: NISSA

**Secretário:** Antônio Roberto Gama  
Entidade: Banco do Nordeste



### Membros do Conselho Administrativo

Geraldo Luiz Gouveia Galvão  
Entidade: CDL

João de Oliveira  
Entidade: ACISAJ

Padre Néelson Luiz da Franca  
Entidade: Igreja Católica

Pastor Fernando G. da Silva  
Entidade: Igreja Palavra Viva

Valdirene Oliveira Souza  
Entidade: Conselho Tutelar

Antônio André de S. Filho  
Entidade: Assoc. Moradores

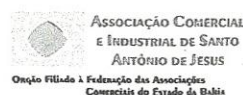
Telma Maria R. de Assis  
Entidade: Lions Clube

Benício Matos Filho  
Entidade: UNEB - CAMPUS V

### Realização:



### Apoio:



Desenhos, texto e arte final: Juciara Nogueira